



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII SUP. B AO Nº 47, TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2023

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - (cargo vago)

4ª - (cargo vago)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

Ata da 2ª Reunião, realizada em 1º de março de 2023.	4
Ata da 3ª Reunião, realizada em 8 de março de 2023.	19
Ata da 4ª Reunião, realizada em 15 de março de 2023.	38
Ata da 5ª Reunião, realizada em 16 de março de 2023.	73
Ata da 6ª Reunião, realizada em 22 de março de 2023.	136





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia hum de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros com a presença dos Senadores Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Eliziane Gama e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Apresentação do plano de trabalho. Finalidade:** Apresentação e discussão do plano de trabalho. **Resultado:** Lido o plano de trabalho, sua apreciação é adiada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 01 de 2023**, que "requer que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, informações no sentido de especificar a esta Comissão o montante dos recursos recebidos anualmente, pelo Fundo Amazônia, desde o ano de 2003, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)." **Autoria:** Sen. Mecias de Jesus. **Resultado:** Não lido. **ITEM 2 - Requerimento Nº 02 de 2023**, que "requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, com a devida aprovação do Plano de Trabalho e a autorização da FUNAI, a realização de diligência externa em Roraima." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama e Sen. Humberto Costa. **Resultado:** Não lido. **ITEM 3 - Requerimento Nº 03 de 2023**, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Dirigente da SESAI, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atual crise humanitária Yanomami." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama e Sen. Humberto Costa. **Resultado:** Não lido. **ITEM 4 - Requerimento Nº 04 de 2023**, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o responsável pelas operações da Polícia Federal em Roraima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atual crise humanitária Yanomami." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama e Sen. Humberto Costa. **Resultado:** Não lido. **ITEM 5 - Requerimento Nº 05 de 2023**, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. ALISSON MADRUGAL, Procurador da República – Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR), a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atual crise humanitária Yanomami." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama e Sen. Humberto Costa. **Resultado:** Não lido. **ITEM 6 - Requerimento Nº 06 de 2023**, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Representante da Coordenação Regional da Funai de Roraima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atual crise humanitária Yanomami." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama e Sen. Humberto Costa. **Resultado:** Não lido. **ITEM 7 - Requerimento Nº 07 de 2023**, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado os Dirigentes do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal que detinham responsabilidades administrativas com a crise humanitária no período 2019-2022, a comparecerem a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atual crise humanitária Yanomami." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama e Sen. Humberto Costa. **Resultado:** Não lido. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/03/01>

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros das suas terras.

A presente reunião destina-se, em primeiro momento, à apresentação do plano de trabalho e, posteriormente, à apreciação dos requerimentos.

Antes de passar a palavra ao Relator para apresentação do plano de trabalho, quero apresentar aqui um roteiro da visita do dia 20 de fevereiro, quando estive lá, na área do Pelotão Especial de Fronteira de Surucucu.

Às 8h07min, embarcamos no helicóptero do Exército Brasileiro, acompanhados do General Zucco, Comandante da Brigada, e de funcionários da Funai, que estavam em viagem de trabalho, a caminho de Surucucu, 4º Pelotão Especial de Fronteira (PEF).

Às 9h47, pousamos no 4º Pelotão Especial de Fronteira, onde permanecemos. Vistoriamos as obras de recuperação da pista de pouso e assistimos à apresentação de *briefing* sobre a consciência situacional da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação ianomâmi no Pelotão Especial de Fronteira, que foi proferida pelo Comandante do 7º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS).

Às 11h05, realizamos sobrevoo no helicóptero Black Hawk do 2º/10º Grupo de Aviação da Força Aérea, passando por aldeias indígenas, sobrevoando a região de garimpo do Homoxi, onde verificamos a quase completa liberação da área por parte daqueles que, na verdade, ocupavam ilegalmente aquela área.

Às 12h07, retornamos ao 4º Pelotão Especial de Fronteira em Surucucu.

Às 12h37, almoçamos no 4º Pelotão Especial de Fronteira em Surucucu.

Às 13h53, decolamos no helicóptero Super Puma, da Marinha do Brasil, com destino à Base Aérea de Boa Vista, localidade em que se executam operações de rotina.

Às 15h09, pousamos na Base Aérea de Boa Vista.

Todos esses dados, essas informações estão registradas na operação que controla *in loco* a operação de retirada dos garimpeiros.

Algum Senador deseja se manifestar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Senador Chico Rodrigues, só para frisar aqui um ponto específico. As informações... Ao que me parece, nós fizemos um protocolo de um requerimento, tanto eu quanto o Senador Humberto, pedindo esclarecimentos sobre essa viagem, que é o que me parece que o senhor está a fazer. Só para frisar então: significa que o senhor não foi numa visita da Comissão, o senhor foi acompanhando uma outra visita que já estava programada, ou seja, ela não faz parte do roteiro desta Comissão Externa, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senadora Eliziane, que fez o questionamento logo no ato da nossa presença, tem razão ao fazer essa indagação, até porque nós fizemos uma solicitação por escrito ao Ministério da Defesa na sexta-feira, pedindo exatamente, como Presidente da Comissão, mas sabendo que ela não estava ainda em funcionamento, a possibilidade de que houvesse o deslocamento para a área. E a resposta que tivemos veio só chegar na quinta-feira... Perdão, no domingo de Carnaval, às 16h. Eu estava em deslocamento para Boa Vista e fui comunicado pela minha assessoria parlamentar em Boa Vista de que havia sido feita a comunicação de que estaria disponibilizado um voo na segunda-feira, às 8h da manhã, para a área de Surucucu, que é uma operação de rotina desses helicópteros que eu acabei de mencionar, levando, inclusive, suprimentos lá para a base aérea, para a base logística de Surucucu. E fomos. Foi uma espécie de carona nessa aeronave.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao chegarmos lá, participamos de todos esses procedimentos. E, na verdade, de uma forma direta, se podemos considerar assim, foi uma visita do Senador da República àquela área. Portanto, nós não participamos de nenhuma orientação...

Eu gostaria que você deixasse a gente concluir.

Senadora Eliziane, que fez a manifestação, quero dizer para V. Exa. que eu fiz o ofício encaminhando à coordenação do Ministério da Defesa, mas não teve nenhum desdobramento, não fiz nenhum relatório em relação à ação e atividade desenvolvida por esta Comissão, como, na verdade, será feito, até porque não tinha roteiro ainda. O roteiro deverá ser apresentado pelo Relator agora, nesta sessão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Senador Chico, ou seja, o senhor fez o pedido ao Ministério da Defesa, mas o senhor, na verdade, não fez, por exemplo, o pedido de autorização, porque tem todo um ordenamento jurídico em relação ao acesso a terras – às terras ianomâmis e aos povos indígenas de uma forma geral. Por exemplo, a Funai tem portarias específicas nesse sentido. O senhor fez algum pedido de autorização para a Funai para que se visse esse procedimento?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Não, porque, veja bem, na função de Senador da República, eu entendo que nós temos acesso a qualquer área do território nacional. Então, definitivamente, respondendo à pergunta de V. Exa., eu acho que o Senador da República tem o direito de fazer qualquer incursão, em qualquer área nacional, desde que obedecendo a todos os regramentos que estão, na verdade, definidos por lei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Exato. Que o senhor não seguiu no caso específico, porque há esse regramento da Funai da autorização, e o senhor claramente não fez essa solicitação. Então, mesmo sendo Senadores, como todos nós somos aqui, e tendo o livre acesso nacional...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... mas, como o senhor coloca muito bem, há um regramento, e esse regramento o senhor não seguiu nessa visita específica da segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Olha, eu comuniquei exatamente a quem está no comando da operação lá na área, que é exatamente o Ministério da Defesa. Então, eu o fiz, e o Ministério da Defesa, se tivesse que dar uma orientação em relação à Funai, teria dado. Então, eu acho que não tem nenhum impedimento para que nós, como Parlamentares principalmente, exercendo um mandato na sua plenitude, pudéssemos nos deslocar até aquela área.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, V. Exa., talvez por excesso de preciosismo, de que, na verdade, eu não discordo, não tivesse outra observação a fazer senão... Eu não teria outra observação a fazer senão esta de dizer que não vejo nenhum problema no fato de um Senador da República poder ir a uma área dessas, inclusive para acompanhar um problema gravíssimo que se encontra ali nesse exato momento. Então...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Senador – só para finalizar esse debate –, tem, sim, problemas, porque, como o senhor coloca muito bem, não houve um obediência legal às regras que são estabelecidas em relação ao acesso a esses povos.

Um outro ponto que é muito bom colocar – e que fique claro aqui agora, até para que a gente comece esta Comissão obedecendo regimentalmente àquilo que é estabelecido...

Eu também vou esperar, porque o senhor não permitiu que o meu assessor conversasse comigo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Certo.

Então, para que a gente comece de forma organizada esta Comissão, eu peço a V. Exa. que esta visita não conste do plano das atividades desta Comissão, porque ela não faz parte dessa atividade. O senhor coloca muito bem: o senhor avisou; a minha assessoria teve a informação às 19h. Se não me foge a memória – o Senador Humberto está aqui –, ele foi informado à meia-noite de uma viagem às 8h da manhã. Enfim, tem uma série de elementos. A reunião não tinha a participação, inclusive, da Consultoria da Casa para fazer o acompanhamento. Então, ela não pode constar das atividades desta Comissão Externa por todos esses elementos que eu realmente coloco.

Então, eu queria que o senhor me confirmasse, de fato, se ela está fora das atividades da Comissão.

E a responsabilidade, portanto, é sua como Senador, como o senhor coloca muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sim. Eu gostaria de dizer a V. Exa. que, até para subsidiar também o plano de trabalho, como ação precursora, porque nós estávamos ali no período de Carnaval – V. Exa. devia estar extremamente ocupada, o Senador Humberto Costa, o Senador Mecias...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, eu estava à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... e nós tivemos esse retorno no domingo, às 16h – domingo, às 16h, tivemos a confirmação da possibilidade desse deslocamento. Então, até como uma ação precursora para levantar dados que pudessem subsidiar, inclusive, o plano de trabalho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não tem dados, Senador, que o senhor possa subsidiar nesse relatório.

Eu peço ao senhor – e coloco isto em forma de requerimento – que V. Exa. exclua dos trabalhos da Comissão essa visita. Ela não tem legitimidade desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Vou analisar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não tem por que ela ser incluída.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu vou analisar, Sra. Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Para questão de ordem.) – Eu pediria a V. Exa. que respondesse, inclusive como questão de ordem, essa minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k.

Questão de ordem eu vou depois responder a V. Exa.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Eu reconheço a importância desse debate, mas eu tenho uma outra questão que eu gostaria de colocar, que é a seguinte.

Ontem, lá no Plenário, nós apresentamos um requerimento pedindo a ampliação da Comissão, o Presidente acatou essa sugestão, vários nomes de pessoas que se manifestaram querendo participar da Comissão, e a minha questão é a seguinte. Como hoje está marcado para nós aprovarmos o plano de trabalho, eu queria fazer uma ponderação a V. Exa. e aos nossos companheiros e às nossas companheiras Senadoras de que nós fizéssemos essa votação e essa discussão depois que tivesse sido definida essa composição da Comissão, porque foi definido que ampliaria para oito pessoas – mas me parece que pelo menos seis pessoas se apresentaram querendo participar; provavelmente o Presidente da Casa vai arbitrar quem serão os participantes –, e aí ficaria um tanto complicado a gente discutir hoje e votar hoje sem a participação de todos os integrantes.

Essa é a minha ponderação – não faço nem como questão de ordem, apenas uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nobre Senador Humberto Costa, V. Exa. levantou uma questão que eu acho que pode ser considerada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, veja bem, esse problema é tão importante de se tratar, é um problema que não é um problema político, não é um problema ideológico, é um problema humanitário, a que nós temos que nos antecipar, o mais rápido possível, para que possamos, ao fim e ao cabo dessas reuniões e da conclusão de um relatório bem consubstanciado, apresentar como proposta para o Governo Federal.

Porque, na verdade, veja bem, nós já estamos hoje – desde o dia 14, quando eu acho que foi constituída a Comissão – no início do mês de março, e a Comissão esperando indicar mais membros. Eu, inclusive, aplaudi a iniciativa de V. Exa. e inclusive subscreveria, também, o documento, se fosse o caso, para que se ampliasse para oito Parlamentares, sem nenhum problema. Agora, acho que, antes da definição, por parte do Presidente do Senado, dos três nomes a fazerem parte, até porque seis se inscreveram... Inclusive o Senador Marcos Pontes ligou ontem para mim do exterior dizendo que tinha interesse total, até porque no dia 14 já tínhamos um documento dele aqui dando entrada na Mesa pedindo a sua participação na composição desta Comissão. Então, eu acho que nós poderíamos, agora, como só vai ser apresentado...

Na verdade, nós apresentaremos agora através do Relator a agenda, não é? Nós já somos maioria, somos cinco. De qualquer forma, os três que vão fazer parte da Comissão se engajariam posteriormente na Comissão, e apenas nós poderíamos arbitrar aqui, agora, que o Relator apresentava... O.k. Você concorda? Concorda, nobre Senador? Concorda, nobre Senadora?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Apresentaria o plano de trabalho e votaria quando estivesse a composição...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pronto. Sem nenhum problema.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Você me permite uma questão de ordem, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois não. Pela ordem.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Senadores. Bom dia a todos que nos acompanham.

Eu só queria enfatizar que, no decorrer dos trabalhos da Comissão, mesmo aprovado este plano de trabalho, Senadora Eliziane, nós podemos aprovar qualquer tipo de sugestão que for colocada por esta Comissão em relação a entidades ou, enfim, a quem a gente ache pertinente prestar declarações aqui, de forma que é apenas... Eu tive o cuidado, Presidente, de encaminhar ofício a todos, de acatar as sugestões que me foram encaminhadas. E eu acho que nós vamos apresentar um plano de trabalho que vai contemplar a Comissão. E, se efetivamente tivermos que fazer alguma correção, não tem nenhum problema. Acataremos de pronto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Com a palavra V. Exa. para apresentar o plano de trabalho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) - Vai só apresentar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Só apresentação hoje e votação em uma próxima reunião, com todos os integrantes empossados. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Na verdade, o plano de trabalho pode ser apresentado hoje e submetido à apreciação de cada um dos Srs. Senadores. Nós podemos votar apenas o plano de trabalho, sem nenhum desdobramento... É porque não vai agregar muita coisa. Eu acho que apenas a apresentação do plano de trabalho... É até porque V. Exa. também apresentou, Senadora, vários requerimentos, não é? Foram seis requerimentos. E o que está exatamente após a apresentação do plano de trabalho são os requerimentos. Então, podemos apresentar e aprovar o plano de trabalho, e os requerimentos, se for o caso, apresentamos na próxima sessão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) - Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) - Eu quero dizer que não concordo com esse encaminhamento. Eu acho que ele pode ser apresentado hoje e ser votado com a presença de todos os componentes, os componentes definitivos, que terão a possibilidade de ler o plano de trabalho, de apresentar as sugestões... Podemos fazer esta reunião amanhã ou na segunda-feira, desde que pudéssemos contar com todos os integrantes da Comissão. Eu acho que, até por uma questão de bom senso, é uma coisa recomendável.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) - Eu queria me somar ao Senador Humberto, Presidente.

O senhor lembra muito bem que outros Senadores que manifestaram interesse nem estão no Brasil. Estamos aqui com a Senadora Damares, que também manifestou interesse em participar da Comissão. Eu acho que isso seria de bom-tom e até respeitoso com esses novos três Senadores que integrarão esta Comissão, para que a gente possa, de fato, votar esse plano de trabalho.

Veja: V. Exa. se lembra dos requerimentos meus que estão na Ordem do Dia para serem colocados após o plano de trabalho, e as várias propostas que nós apresentamos para serem incluídas no plano de trabalho não foram incluídas. Então, eu acho que a gente tem ainda um tempo para poder ter, digamos, uma maior representação nesta Comissão e ter um plano de trabalho à altura do que esta Comissão merece.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Presidente...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Só um momento...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Desculpe, desculpe, Presidente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Só um momento, Senador.

Senadora, nós precisamos, então, hoje, definitivamente, em contato com o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, definir os outros três membros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – De acordo.

Segundo ponto. O Relator apresenta agora o plano de trabalho; esse plano de trabalho a Secretaria vai se encarregar de entregar aos três membros indicados; e nós votamos amanhã. Sem problemas! Amanhã, às 11h, reunião da Comissão.

Com a palavra V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Eu queria só informar à Senadora Eliziane que... Ela está me falando que não foram contemplados alguns requerimentos que ela apresentou à Comissão, mas eu nem apresentei ainda nenhum esboço do plano de trabalho. Eu ainda vou apresentar. Eu tive o maior cuidado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Mas eu recebi aqui o esboço. Está na minha mão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Ah, tá! Desculpe-me, eu não sabia que você tinha recebido, porque foi só agora que eu disponibilizei. Desculpa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pois é, está na minha mão. Eu já o li todo inclusive.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Eu até... O Senador Mecias vai falar depois, mas, Presidente, eu volto a dizer, nós temos aqui quórum para votar e aprovar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plano de trabalho, se for da decisão de V. Exa. – o senhor é o Presidente. Então, a gente lê o plano de trabalho e a gente pode colocar em votação, se for adequado.

Eu realmente chamo a atenção para o fato de que tudo o que for sugerido aqui a gente acata para o bom andamento dos trabalhos. Eu acho que esta Comissão deve trabalhar em harmonia e que a gente pode realmente apresentar uma solução importante para ajudar o nosso país a resolver esta questão, não só dessa crise humanitária que vemos lá na nossa Reserva Yanomami, pois nós temos problemas em várias reservas do Brasil. Isso não é particularidade. Hoje lá nós estamos no olho do furacão, mas nós temos problemas em muitas reservas indígenas em nosso país.

Obrigado, Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, o senhor vai me permitir agora?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu não vejo nenhum impedimento de esse plano de trabalho ser votado hoje, porque nós... Veja bem, Presidente, se, na próxima semana, quando esses três membros forem indicados, aparecer outro requerimento pedindo para incluir mais membros, quando nós vamos votar esse plano de trabalho? Qual o problema de votar o plano de trabalho hoje? O plano de trabalho pode ser modificado a qualquer momento por sugestão de qualquer um dos Senadores. Inclusive, as sugestões que a Senadora Eliziane fez poderão ser incluídas já no plano de trabalho pelo Relator. Eu não vejo nenhum problema de aprovar e de votar favoravelmente. Já antecipo, inclusive, o meu voto favorável a todos os requerimentos apresentados pela Senadora Eliziane.

O que nós não gostaríamos é de que esta Comissão ficasse – perdoe-me a expressão – numa enrolação e não definisse, não apresentasse ao Presidente do Senado a visão de fato desta Comissão para que o Senado Federal possa se posicionar.

Com relação ao atendimento permanente dos ianomâmis, não pode ser só essa marola que está acontecendo agora – como já disseram no passado, "uma marolinha" –, não pode ser só isso no momento. Não pode ser só para fazer foto, para mandar vídeos para mostrar para o mundo. A gente precisa que os ianomâmis tenham apoio permanente. E esse problema lá não é de agora, não foi dos últimos trinta dias, dos últimos quatro anos; são décadas. Há décadas os ianomâmis vivem nessa situação. E, quanto à questão dos funcionários do garimpo que lá estão, os donos dos garimpos já saíram. Quem está lá são os funcionários, os do chão da fábrica, que precisam sair.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra situação, lembrada aqui pela nossa querida Senadora, minha conterrânea, amada, competente Senadora do Maranhão, a Senadora Eliziane, foi a de que o Senador Marcos Pontes não está no Brasil para participar da Comissão. Mas eu lembro com carinho e, inclusive, com deferência que, quando o Senador Humberto Costa levantou a possibilidade de a Senadora Eliziane ocupar a Vice-Presidência da Comissão, eu de imediato retirei o meu nome, e na Comissão a Senadora não estava. Mesmo assim, nós elegemos o nome dela para ser Vice-Presidente da Comissão.

Então, eu não vejo aqui a necessidade de se estarem criando problemas com relação ao plano de trabalho, que pode ser votado hoje e que pode ser modificado a qualquer momento pela maioria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – O Senador Pontes ainda não foi indicado, só para lembrar. Ele se colocou à disposição para esta Comissão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Sim, mas estou dizendo que V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – As indicações são do Presidente...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – ... citou o nome dele, que ele gostaria, mas nem no Brasil está. E eu estou dizendo que V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu estou dizendo até para esperá-lo. Eu estou até dando...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – ... era membro da Comissão, mas não estava presente na hora da eleição, e nós aprovamos o nome de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Bom, eu vou passar... Minha gente, Santo Agostinho já dizia que todo dia tem uma agonia. Então, vamos passar a agonia de hoje, vamos ler o plano de trabalho. Amanhã, nós, às 11h – às 11h –, definitivamente, vamos para a terceira sessão e nós daremos curso com a indicação dos três nomes.

De acordo, Senador? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Hiran Gonçalves para ler o plano de trabalho.

Senadora, por favor.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Bom, plano de trabalho.

Presidente da Comissão, Senador Chico Rodrigues; Vice-Presidente, Senadora Eliziane Gama; Relator, Senador Hiran.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, o objetivo deste plano de trabalho é acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros da Terra Indígena Yanomami, bem como propor soluções de longo prazo para os conflitos lá observados.

Segundo, o cronograma de atividades: primeiro, apresentação e votação do plano de trabalho até 2 de março de 2023; segundo, apresentação e votação de requerimentos de informação e de audiência pública até o dia 9 de março de 2023; terceiro, realização de audiências públicas até o dia 30 de março de 2023; quarto, realização de duas diligências no Estado de Roraima até o dia 9 de abril de 2023; quinto, apresentação do relatório até 21 de abril de 2023; e, por último, discussão e votação do relatório até o dia 5 de maio de 2023.

Terceiro, audiências públicas.

As audiências públicas foram organizadas de maneira plural com vistas à oitiva das populações indígenas detentoras da Terra Yanomami, dos garimpeiros, da sociedade civil e do Governo. Os trabalhos da Comissão se concentrarão em identificar gargalos ou falhas de ação do poder público, lacunas legislativas e outros aspectos relevantes sobre a questão apurada, para que, ao final, sejam propostas soluções legislativas e também recomendações ao Poder Executivo para o enfrentamento das dificuldades constatadas.

Para as três audiências públicas previstas, são sugeridos os seguintes temas e convidados.

Primeiro, a visão dos povos indígenas sobre a crise na Terra Yanomami: causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo para o problema identificado.

Convidados das seguintes entidades: representante dos povos indígenas da Terra Yanomami, a ser indicado pelo Ministério dos Povos Indígenas; Presidente do Conselho Diretor da Missão Evangélica Caiuá; Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral da República em Roraima; 6ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais); Presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Presidente do Instituto Socioambiental (ISA).

Item 3.2. A visão dos garimpeiros e das entidades afins na crise na Terra Indígena Yanomami: causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo.

Convidados das seguintes entidades: Cooperativa Minero Artesanal de Roraima; Cooperativa de Garimpeiros de Roraima; Associação Nacional do Ouro; Sindicato das Empresas Distribuidoras de Títulos de Valores Mobiliários no Estado de São Paulo.

Próximo item. A visão do Poder Executivo Federal sobre a crise na Terra Yanomami: causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Convidados: Ministério dos Povos Indígenas; Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério da Defesa; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério de Minas e Energia; e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Diligências.

Preveem-se duas diligências no Estado de Roraima com o objetivo de ouvir a população diretamente afetada pela crise humanitária e as autoridades locais, de forma a identificar os principais problemas nos aspectos social, da saúde pública e ambiental.

As diligências devem incluir visitas e oitivas nas instalações do Hospital de Campanha da região de Surucucu, na Casa de Saúde Indígena de Roraima e no Hospital da Criança de Boa Vista.

Relatório.

O relatório da Comissão consolidará os trabalhos realizados pela Comissão, ouvidas todas as partes, o poder público e especialistas. Fundamentado por esses elementos, o relatório apresentará soluções legislativas e recomendações técnicas, a fim de minimizar os impactos da crise humanitária vivida na Terra Yanomami, buscando-se soluções de curto, médio e longo prazo para o problema apurado.

Sala da Comissão, na data de hoje.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Algum dos Srs. Senadores gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra e havendo número regimental, coloco a votação da Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa de leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Amanhã, às 11 horas, sessão para que possamos, com a presença dos três...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Por favor, um momento.

Amanhã, às 11 horas, com a presença dos oito membros, obviamente a serem indicados...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - ... pelo Presidente do Senado. Nós continuaremos na 3ª sessão desta Comissão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Com a palavra a Senadora Eliziane Gama, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) - Só para eu entender, Presidente. Os requerimentos próximos que estão aqui ficam, então, para a Ordem do Dia de amanhã. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Para a Ordem do Dia de amanhã.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) - Sr. Presidente, só para informar antecipadamente que infelizmente eu não poderei participar da reunião amanhã. Eu estou viajando hoje para o estado, pois tenho vários compromissos amanhã, lá no estado, inadiáveis. Portanto, já...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Fica registrada a sua manifestação.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência declara ...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) - Presidente, antes do senhor encerrar, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) - Com a palavra V. Exa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Pela ordem.) - Eu também queria enfatizar aqui e informar à Comissão que eu estarei impossibilitado de participar porque também tenho uma extensa agenda no nosso estado, até na segunda-feira à tarde. Então, se o senhor puder remarcar para terça-feira, eu acho que seria mais adequado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) - Terça-feira eu acho que é muito prudente, Presidente. Sem o Relator, fica complicado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- V. Exa. concorda com a terça-feira?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Concordo para terça-feira, Presidente.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) - Senadora Eliziane, quando a gente passagem para o nosso estado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Absurdo! Para o meu estado está...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) - ... está mais de R\$6 mil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Exatamente. A mesma coisa para o meu.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Então, nós remarcaremos a próxima sessão para terça-feira, às 11 horas.

Está encerrada a sessão.

(Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dezesseis horas e quarenta e sete minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros com a presença dos Senadores Dr. Hiran, Eliziane Gama, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Zenaide Maia, Leila Barros, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Eduardo Braga, Paulo Paim, Cid Gomes, Marcos do Val, Carlos Portinho, Wilder Moraes, Angelo Coronel, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Professora Dorinha Seabra e Romário. Deixa de comparecer o Senador Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Apresentação e deliberação do Plano de Trabalho. ITEM 1 - Plano de Trabalho. Autoria:** Sen. Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado o plano de trabalho com as alterações propostas na reunião. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 01 de 2023** que “requer que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, informações no sentido de especificar a esta Comissão o montante dos recursos recebidos e executados anualmente, pelo Fundo Amazônia, desde o ano de 2003, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).” **Autoria:** Sen. Mecias de Jesus. **Resultado:** Aprovado o requerimento com a alteração sugerida pela Senadora Eliziane Gama. **ITEM 2 - Requerimento Nº 02 de 2023** que “requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, com a devida aprovação do Plano de Trabalho e a autorização da FUNAI, a realização de diligência externa em Roraima.” **Autoria:** Sen. Eliziane Gama e Sen. Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 3 - Requerimento Nº 08 de 2023** que requer “nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam submetidas à deliberação do Plenário desta Comissão Temporária Externa, adição de convidados às Audiências Públicas previstas no Plano de Trabalho e o acréscimo de uma segunda rodada de audiência ao subitem 3.3” **Autoria:** Sen. Eliziane Gama, Sen. Humberto Costa, Sen. Leila Barros e Sen. Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº 09 de 2023** que “requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que essa Comissão demande junto aos órgãos capacitados deste Senado Federal, em especial a Consultoria Legislativa e a TV Senado, a composição de equipe capaz de documentar visualmente os trabalhos da Comissão Temporária Externa Yanomami - CTEYANOMAMI, sejam aqueles realizados neste Plenário e em outras áreas do Senado Federal, sejam os realizados durante as visitas externas da Comissão à região ora em debate.” **Autoria:** Sen. Eliziane Gama, Sen. Humberto Costa, Sen. Zenaide Maia e Sen. Leila Barros. **Resultado:** Aprovado o requerimento. Antes de encerrar os trabalhos, o presidente propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da 2ª reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/03/08>

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros das suas terras.

A presente reunião tem caráter deliberativo e será dividida em duas partes: a primeira, para a deliberação do plano de trabalho; e a segunda, para a apreciação de requerimentos da Comissão.

Como o plano de trabalho já foi apresentado na última reunião, pergunto ao Relator se gostaria de fazer o uso da palavra.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, boa tarde a todos, a todas, aos que nos assistem.

Eu acho despiçando a gente ler novamente, porque todos os Senadores e Senadoras já têm ciência do plano de trabalho, e eu estou aqui apenas para acatar as sugestões que, por ventura, sejam encaminhadas a esta relatoria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Algum Senador gostaria de fazer uso da palavra?

Com a palavra, o nobre Senador Astronauta Marcos Cesar Pontes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Meu Presidente, meu Relator, neste espaço gostaria de agradecer a todos os membros aqui pela inclusão do meu nome neste grupo.

E eu tenho, sim, algumas sugestões com relação ao plano de trabalho. São sugestões, vamos dizer assim, simples, mas eu acredito que possam ajudar no sentido de ter uma coisa mais efetiva.

Primeiro, com relação ao primeiro ponto aqui, no objetivo, apenas a inclusão de uma palavra. "Acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros da Terra Indígena Yanomami, bem como propor soluções [...]." Aqui, no original, está só "de longo prazo"; queria incluir "de médio e longo prazos".

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Aqui, no meu texto, está: "[...] bem como propor soluções de curto, médio e longo prazos para os conflitos lá observados".

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ah sim! Então, isso aí já engloba. Ótimo!

O segundo ponto é com relação ao cronograma das atividades.

No item 3: "[...] realização de três audiências públicas até o dia 30 de março de 2023". Seria interessante dizer onde serão realizadas. Então, o que eu proponho é que essas audiências sejam realizadas no Estado de Roraima, de preferência nas cidades onde exista maior concentração de indígenas dessa etnia, de forma que a gente possa ter a participação deles. Também, pelo ponto de vista da OIT, a participação deles seria bastante interessante, para evitar qualquer outro tipo de discussão seguida com a OIT. No item 4, realização de duas diligências no estado de Roraima, também neste caso, como a gente vai acompanhar *in loco*, seria importante que fosse designado o local, e esse local teria que ser lá dentro da área ianomâmi. Pode ser até um no hospital lá em Boa vista, mas também na área de Roraima, na área ianomâmi.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Senador, aqui no plano de trabalho está consignado que as diligências devem incluir visitas e oitivas nas instalações do hospital de campanha da região de Surucucus, na Casa de Saúde Indígena de Roraima e no Hospital da Criança de Roraima.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – A gente vai estar lá dentro também.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Vamos estar, vamos estar.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ótimo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto é com relação às audiências. Com relação às audiências, eu gostaria de incluir as seguintes entidades aqui, como convidados: o Presidente do Condisi ianomâmi e o representante da Missão Evangélica da Amazônia (Meva), que está lá há bastante tempo já.

Finalmente, um ponto também importante, haja vista a própria experiência do Ministério de Ciência e Tecnologia, é a necessidade de incluir o Ministério da Fazenda junto aos convidados, pela necessidade de recursos. Para qualquer tipo de ação que nós tenhamos que tomar depois, vão ser necessários recursos, e a presença de um representante do Ministério da Fazenda é essencial para que a gente não discuta e depois chegue lá e falem: "Olha, não tem recurso, não tem como". Então, a gente já traz essa necessidade *in loco* ali.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – No item 3.3?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – No item 3.3.

É isso, Presidente.

Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Essas observações apresentadas pelo nobre Senador Astronauta Marcos Cesar Pontes, obviamente, foram acompanhadas pelo Relator, que, entendo, deverá fazer o acatamento dessas suas proposições.

Passo a palavra à nobre Senadora Eliziane. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Para discutir.) – Presidente, eu fiz o registro do protocolo de alguns requerimentos que, se não estou errada, estão inclusive na ordem do dia para serem aprovados, que são, na verdade, sugestões ao plano de trabalho, que eu julgo muito importantes.

Queria só fazer uma observação aqui ao Senador, nosso astronauta, sobre a questão dessa localização, porque há alguns órgãos, sobre as audiências públicas como um todo, que não estão lá em Roraima. São mais as representações nacionais, enfim, que facilitam inclusive as audiências aqui em Brasília, porque uma boa parte delas – óbvio que não são todas, mas algumas delas – têm sede aqui em Brasília, o que facilita na verdade a presença dessas representações, até porque o Senado em geral não custeia a vinda com toda essa questão... Parece-me que não, não sei se é verdade, se custeia todas essas vindas.

Nós fizemos alguns requerimentos, Presidente, que logo após, na aprovação, eu poderia ficar contemplada, e que seria a ampliação das audiências públicas. Qual é o problema que nós temos? A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública, quando passa de cinco pessoas, já complica, porque fica muito longa, fica demorada, você não explora, cansa, do meio para o final esvazia e você acaba não tendo aproveitamento.

A minha sugestão, e eu fiz esse requerimento, é que a gente pudesse dividir. Por exemplo, no caso específico que trata do Poder Executivo federal, que a gente criasse uma segunda audiência pública e a gente mantivesse, por exemplo, os nomes que foram apresentados pelo Relator; e, nessa outra audiência, que a gente tivesse outros nomes mais, que são os nomes que eu apresentei, inclusive, para que pudessem estar nessa outra audiência pública, como a Presidente da Funai, a Presidente da Secretaria Especial de Saúde Indígena, que é a Sesai, a representação da Fiocruz, que tem dados muito importantes, por exemplo, acerca da contaminação de mercúrio. Eu acho fundamental que a gente possa ouvi-los. Há ainda o ex-Presidente da Funai, que é o Marcelo Xavier; e também o Ibama, a representação do Ibama, sobretudo, que esteve acompanhando, nos últimos anos, os povos ianomâmis.

Quanto aos outros mais, há requerimentos que, eu acredito, a gente vai aprovar na segunda rodada. Mas talvez o Relator já possa admiti-los.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Olha, eu, inclusive, Senadores, Senadoras e Presidente, tive o cuidado de encaminhar um ofício circular, logo no início dos nossos trabalhos, solicitando essas sugestões, para enriquecerem aqui o nosso plano de trabalho. Eu não vejo nenhum problema.

Aliás, a gente tem alguma experiência de Presidente de Comissão lá na Câmara e, no decorrer dos trabalhos, se a gente achar que é importante ouvir outra entidade que não esteja consignada na nossa proposta de trabalho, o Presidente tem o poder discricionário de convidar, estabelecer a data, o dia, o local. E a gente pode ouvir. Não tem nenhum problema.

Eu, de pronto, já acato as suas sugestões.

Realmente, quando temos uma audiência pública com um número maior que cinco, realmente não dá para se esmiuçar muito o assunto, porque as coisas se prolongam demais, e a gente acaba não explorando o que devíamos explorar daquela explanação eventual e daquela discussão eventual que estejam ocorrendo.

Então, Presidente, a gente pode, à guisa de sugestão, acatar essas entidades que os ilustres Senadores sugeriram – a senhora, através de ofício; e o nosso Astronauta Pontes, através da sua manifestação – e a gente pode dividir isso de acordo com uma agenda mais adequada para todos nós.

Essa seria a minha sugestão, mas eu não tenho nenhum problema em acatar as sugestões que me foram encaminhadas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra, o Senador Marcos Pontes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.)
- Inclusive, com a palavra da Senadora, eu lembrei também a possibilidade, posso mandar por escrito, da adição do nome do Sr. Alberto Brazão Góes, que foi o Presidente do Condisi, e pode colaborar bastante nas nossas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Eu entendo que essas sugestões, em função do andamento dessas audiências, não têm nenhum problema, até porque são 120 dias o prazo de duração desta Comissão. Então, quanto aos nomes que precisam ser agregados, sem nenhum problema, eu acredito que, havendo a concordância de todos os membros, faremos essa adequação.

Acho até que foi muito prudente a orientação, a sugestão da Senadora Eliziane, porque realmente, quando têm cinco, seis, oito pessoas na audiência pública, complica. Então, vamos sistematizar de uma forma com que, por temas, possamos na verdade exaurir a discussão e continuarmos, na verdade, ouvindo aqueles que já foram propostos nos requerimentos e, eventualmente aos que venham a ser encaminhados, nós possamos também fazer essa adequação de agenda.

Finalizada a discussão, proponho ao Plenário a votação do plano de trabalho com as sugestões apresentadas.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho.

Votação em bloco.

Para a segunda parte desta reunião, proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, c/c art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação em bloco dos seguintes itens de pauta:

Eu vou ler todos e, obviamente, havendo a concordância...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Pela ordem, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) - Talvez até junto com a decisão que V. Exa. está tomando, eu fiz um requerimento que não está na Ordem do Dia, mas eu pediria extrapauta e vou colocá-lo aqui rapidamente aos colegas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- E já entraria no extrapauta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Pronto!

É exatamente sobre o apoio, por exemplo, da parte da Consultoria Legislativa do Senado e também da TV Senado para nos ajudar em relação a essa documentação de todo o rito da Comissão.

Eu pediria a V. Exa. que pudesse colocá-lo extrapauta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Será colocado, nobre Senadora, o item 9 extrapauta, que já está aqui na mesa para ser apreciado e aprovado.

Bom, se vocês estiverem de acordo, até para acelerar a reunião, nós podemos colocar em bloco.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Presidente, hoje é dia de harmonia nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Hoje é Dia da Mulher.

Pelo menos estamos em paz.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Estou vendo que hoje a gente está com clima bom em todas as Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Aliás, eu esqueci aqui de parabenizar todas as mulheres da Comissão - a nossa Presidente, a nossa companheira Senadora também e as demais mulheres aqui presentes.

Hoje, dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, vocês que representam a vida, queremos parabenizar a todas vocês e dizer que nada mais justo do que essas homenagens que estão sendo feitas, desde ontem aqui no Senado, e que, na verdade, deverão ser concluídas hoje, nesta data.

Requerimento nº 1...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) - Só estendendo, Presidente, desculpe-me, os nossos cumprimentos às nossas secretárias. Estou vendo aí o senhor muito bem assessorado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Sim, eu falei que é a todas as mulheres.

Muito bem.

2ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 1, de 2023**

Requer que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, informações no sentido de especificar a esta Comissão o montante dos recursos recebidos e executados anualmente, pelo Fundo Amazônia, desde o ano de 2003, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Autoria: Senador Mecias de Jesus

É o Requerimento nº 1.

2ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 2, de 2023**

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, com a devida aprovação do Plano de Trabalho e a autorização da FUNAI, a realização de diligência externa em Roraima.

Autoria: Senadora Eliziane Gama e Senador Humberto Costa

2ª PARTE**ITEM 3****Requerimento Nº 8, de 2023**

Requeremos, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam submetidas à deliberação do Plenário desta Comissão Temporária Externa, adição de convidados às Audiências



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Públicas previstas no Plano de Trabalho e o acréscimo de uma segunda rodada de audiência ao subitem 3.3

Autoria: Senadora Eliziane Gama, Senador Humberto Costa, Senadora Leila Barros e Senadora Zenaide Maia

A Senadora Zenaide Maia acaba de chegar.

Eu já vou incluir o requerimento extrapauta.

Com a anuência do Plenário, coloco em votação o seguinte requerimento extrapauta.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 4****Requerimento Nº 9, de 2023**

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que essa Comissão demande junto aos órgãos capacitados deste Senado Federal, em especial a Consultoria Legislativa e a TV Senado, a composição de equipe capaz de documentar visualmente os trabalhos da Comissão Temporária Externa Yanomami - CTEYANOMAMI, sejam aqueles realizados neste Plenário e em outras áreas do Senado Federal, sejam os realizados durante as visitas externas da Comissão à região ora em debate.

Autoria: Senadora Eliziane Gama, Senador Humberto Costa, Senadora Leila Barros e Senadora Zenaide Maia.

Em votação.

Aqueles que concordam...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Se for possível a gente fazer aqui um pequeno aditamento, para ampliar inclusive aqui o Requerimento nº 1 do Senador Mecias. Ele faz o pedido de informação sobre o montante de recursos recebidos, e eu queria



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

fazer mais uma ampliação: "e executados". Porque eu acho que a gente precisa ter esse dado, que é importante. Aliás, eu acho muito importante o requerimento do Senador Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – É muito boa a observação de V. Exa., até porque "recebidos" e ninguém sabe obviamente qual o destino e como eles foram aplicados.

Portanto, informação no sentido de especificar a esta Comissão: "o montante de recursos recebidos e executados anualmente". Vamos usar as palavras "executados anualmente". (*Pausa.*)

Requerimentos em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos da pauta.

Votação da ata da sessão anterior.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada.

A Senadora Zenaide gostaria de usar a palavra?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Presidente, eu posso...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – Permita-me?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – A senhora tem a preferência.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Se me permite, não estou como membro da Comissão, mas estou muito feliz com a participação do meu Senador querido Marcos Pontes, da nossa Senadora Leila e dos novos membros da Comissão.

Eu me candidatei para ser membro desta Comissão, Relator, porque eu queria muito estar participando dela para acompanhar, especificamente, a situação das crianças. Eu queria muito trazer este olhar para o atendimento das crianças ianomâmis, mas eu me sinto muito contemplada por esses dois Senadores que entraram na Comissão, que têm uma sensibilidade muito grande.

Mas, Senadores, eu queria informar que, mesmo não sendo membro, eu vou estar aqui em todas as reuniões. Quero participar. Quero estar nas diligências, se possível, quero estar com os senhores, porque eu



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

acredito que esta Comissão vai produzir um relatório que vai nos proporcionar que o assunto ianomâmi seja pauta durante os próximos oito anos nesta Casa, quer nesta Comissão, quer nas Comissões permanentes ou nas Subcomissões permanentes.

Vou estar acompanhando e acredito que vocês poderão estar contribuindo, sim, com o relatório desta Comissão para que os ianomâmis sejam realmente prioridade. Então, eu gostaria muito, muito de estar participando como convidada dos trabalhos desta Comissão. E se os senhores nunca tiveram uma assessora Senadora, quero me oferecer. Já que eu não pude ser membro, eu quero me oferecer para ser assessora dos senhores nesta Comissão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Presidente...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns pelo plano de trabalho. Sucesso para os senhores.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Com a devida vênua do Presidente, Senadora Damares, a senhora não é membro da Comissão, a senhora não terá voto na Comissão, mas a senhora pode participar, inclusive, das diligências, como convidada do Presidente, e a senhora representa a República e terá participação importante nesta Comissão, até pelo seu trabalho, até pela sua história. É uma honra para nós tê-la conosco, não é, Presidente? Eu acho que eu estou aqui me antecipando ao que o Presidente falaria para a senhora.

Mas eu quero dar uma informação aqui – viu, Senadora Eliziane? –, eu tenho tido sempre informação de como estão os trabalhos de retirada dos que eu chamo de operários do garimpo, porque ficaram lá as pessoas mais humildes. Hoje a gente não teria mais de 800 pessoas dentro da área indígena. Já saiu quase a maioria de lá, viu, Presidente? Eu tive informações oficiais e eu espero que nós possamos realmente discutir o que vamos fazer, o que vamos encaminhar em relação à preservação daquela etnia, à preservação do meio ambiente. E também nós precisamos discutir aqui com muita parcimônia, com muita inteligência o que fazer com aquelas riquezas que nós temos ali, o Astronauta conhece muito bem, porque nós estamos guardando aquelas riquezas não para nós, viu, Senadora? Veio aqui um representante do Governo americano e disse que a Amazônia não é nossa, que a Amazônia é do mundo. A Amazônia é nossa. Ninguém pode abrir mão da nossa soberania. Então, eu acho que aqui vai haver um debate muito profundo e que vai ajudar até o povo brasileiro a ter uma opinião bem definida do que significa aquilo que nós temos lá em termos de riqueza de meio ambiente, recursos hídricos, biodiversidade, minerais estratégicos, urânio, nióbio, vanádio, sem falar de ouro, cassiterita. Nós precisamos discutir como é que um país como o nosso pode também aproveitar aquelas riquezas para o bem dos brasileiros, inclusive, das nossas comunidades naturais.

Então, eu acho que o debate aqui vai ser muito importante e o nosso Presidente tem uma responsabilidade do tamanho do Brasil para conduzir esta Comissão, para nos levar a um porto seguro, e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que traga realmente sugestões para nós resolvermos essa questão que já perdura há tanto tempo. Nós estamos já há muito tempo, não é, Senador Chico Rodrigues?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Há 40 anos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) - Já vimos tantas desintrusões, tantas operações Selva Livre e, como não temos sugestões de médio e longo prazo, as coisas se repetem ao longo do tempo, viu, Senadora Damares? A senhora que vai conhecer lá, a senhora vai ver a magnitude, a imensidão daquela riqueza que nós temos no nosso estado, não só Yanomami, mas Raposa Serra do Sol, Reserva São Marcos também. A senhora vai ver que aquele pedaço do Brasil é um pedaço riquíssimo, mas não é conhecido pelos brasileiros. Eu acho que a gente tem que mostrar para o Brasil e para o mundo que nós sabemos da nossa riqueza e temos potencial para aproveitar aquilo para o bem dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Eu gostaria de dizer à nobre Senadora Damares que V. Exa. demonstrou, desde o início, o interesse na participação desta Comissão, e, obviamente, o critério de escolha dos oito membros coube ao Presidente do Senado e nós, na verdade, o acatamos, mas, mesmo assim, sabemos da importância da sua participação espontânea, mas competente e responsável, para que possa dar suas sugestões, para que possa apresentar, inclusive, propostas que venham, na verdade, enriquecer o trabalho desta Comissão.

Aqui haverá uma discussão aberta, ampla, em que todos terão participação, principalmente V. Exa., como Senadora. Reconhecemos o seu valor, do qual não podemos, obviamente, abdicar. Apenas a senhora não tem voto, mas tem voz e isso é que é o mais importante.

Eu gostaria de dizer outra coisa que é muito importante também para nós que estamos no estado e, às vezes, somos mal compreendidos. Por exemplo, há menos de 30 dias que começou a operação de retirada dos garimpeiros daquela área, menos de 30 dias. Pois bem, minha gente, mais de 20 mil garimpeiros estavam naquela área e, quando o Governo age de uma forma coordenada, de uma forma que pode atender uma determinação judicial, no estrito cumprimento da lei, vocês verificam que, até aqueles que ali estavam ilegalmente, se retiraram da área de forma espontânea - espontânea!

Hoje, a gente tem acompanhado, pela imprensa, o próprio Governo, as autoridades do Governo dizendo que nós já temos muito menos de 800 - não é que teimam em ficar na área... Pelo menos nós temos recebido reivindicações, no nosso estado, para que facilitem a saída daqueles que não tinham nada, não tinham nada, nenhum meio para sair daquela área, e nós estamos sugerindo, obviamente, ao comando de operações que possam facilitar a saída daqueles que ali ainda estão - menos de 800 garimpeiros. Se, em menos de 30 dias, saíram já mais de 19 mil, então, facilmente, no máximo neste mês de março, poderá a área estar totalmente livre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é um registro que eu gostaria de fazer e isso é uma decisão de Estado, não é apenas uma decisão de Governo. Esta questão dos ianomâmis é uma questão de Estado e nós esperamos que esse trabalho tenha uma ação continuada de instalar, suprir, manter, acompanhar, assistir, porque, se não for assim, vai acontecer o que tem acontecido nos últimos 30 anos! Existem operações, como falou aqui o Senador Hiran, que conhece demais, é médico, trabalhou muito tempo na Funai e sabe das dificuldades... Senão, o fato vai se tornar recorrente.

Então, ou o Estado se mantém presente, como eu já falei, com o acompanhamento, a fiscalização e o controle, ou, na verdade, é mais uma operação que nós vamos ter na área – infelizmente. Então, eu diria que, realmente, a gente, no estado, está acompanhando, está vendo, exatamente, a importância dessa retirada e a forma espontânea com que estão se retirando, o que, na verdade, demonstra que nós, Parlamentares do estado, também estamos apoiando e estimulando essa retirada, porque o discurso externo muitas vezes não é esse.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Presidente, o senhor me concede um minuto pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem, concedo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Eu queria também dar uma informação muito importante.

Senadora Eliziane, o nosso Governador, Antonio Denarium, tem, apesar de... Criou-se uma narrativa de que ele era contra indígenas, porque ele fez uma fala que foi mal interpretada. Ele, no primeiro mandato, teve 6% do eleitorado das áreas indígenas do nosso Estado de Roraima. Na reeleição, agora, ele teve quase 70% de aprovação, porque ele tem – vocês vão conhecer lá – grandes projetos de assistência técnica e atenção às comunidades indígenas no que tange à produção de feijão, de milho, e tem-se produzido bastante nas áreas, principalmente na Raposa Serra do Sol. E agora mesmo, na semana passada, ele deu posse a 614 professores indígenas. Não são professores que vão dar aula para os indígenas, mas professores indígenas que foram preparados pelo Governo para dar aula em 12 municípios, porque tem 12 municípios em que nós temos comunidades indígenas. Então, esses indígenas que moram nesses municípios serão orientados por alguém da sua própria etnia. Isso é um modelo que só tem em Roraima. É o primeiro modelo que eu conheço de indígenas preparados para ensinar a suas comunidades.

Então, eu acho que vai ser também uma oportunidade importante que o Senador Astronauta Marcos Pontes... Ele conhece o estado, já foi lá várias vezes, inclusive quando não era Senador, várias vezes nos visitou, e vocês vão conhecer o trabalho que se faz em apoio às comunidades indígenas, porque nós temos lá ingaricó, taurepangue, macuxi, patamona, nós temos várias etnias, e eu acho que é muito interessante que a gente possa mostrar toda essa nossa riqueza cultural para o nosso país.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.)
- Presidente, pela ordem. Só um comentário. É o seguinte: primeiro, observando o plano de trabalho, eu vejo que isso já está sendo seguido.

Eu trabalhei muito tempo fazendo investigação, prevenção de acidentes. A gente tem uma linha muito bem estabelecida na ordem de analisar um evento e chegar às recomendações no final. Basicamente, funciona da seguinte forma: você tem um evento, por exemplo, aqui – estou falando de forma muito genérica para ficar entendido. Aí, a primeira parte é analisar exatamente como está, é saber todos os detalhes desse evento, o que acontece, de que forma são as condições agora, neste momento, e isso tem que ser complementado por todo um histórico, nesse caso, de muitos anos, de como veio se desenvolvendo essa situação até chegar ao ponto em que nós estamos. Eu estou pensando aqui no bem-estar das populações de lá, lógico que incluindo os garimpeiros. Mas analisar tudo que aconteceu no passado também, até chegar às condições em que estão agora, e conhecer muito bem essas condições.

De posse disso, a gente analisa primeiro esse evento em si para a gente ter uma parte de análise em que são descobertos ou são determinados os fatores contribuintes, porque muita gente pergunta: "Escuta, aconteceu um acidente. Esse acidente, qual foi a causa dele?". A resposta que a gente sempre dá é: "Não tem uma causa. Você tem fatores contribuintes que se alinham para que aquela situação tenha acontecido".

E por que isso é muito importante? Porque, a partir desses fatores contribuintes, de cada um deles, se você for tirando esses fatores, você resolve aquela situação. Então é a análise de cada um desses fatores que nos traz quais são as recomendações que se fazem para que nós tenhamos a solução ou a mitigação dos riscos trazidos por cada um deles.

A partir daí, de quando você tem essas recomendações, parte-se para as ações, e é aí que é muito importante... Falei essa parte toda porque eu falei da questão de ter o Ministério da Fazenda participando, junto, porque serão necessários recursos para isso. E, nessas ações, quando a gente fala do que vai ser feito para resolver esse problema, para que isso não volte a acontecer, quando a gente fala desse tipo de ação, a gente tem que colocar também um ponto essencial da seguinte maneira: como é que nós vamos instituir ações – e aí entra muito a ciência – no andamento de cada um desses fatores contribuintes para que esse negócio não aconteça?

Por exemplo, quando a gente fala de ciência: a gente tem ali os rios, e uma coisa que me preocupa muito é quando a gente fala de mercúrio nas águas dos rios. Está lá, é um problema que existe. Como é que a gente resolve isso? Nós temos ações, por exemplo, que eu mesmo coloquei no Ministério de Ciência e Tecnologia, para pesquisa, justamente para retirar ou descontaminar rios com mercúrio. É uma coisa que pode, e deve, ser instituída lá para ajudar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa: recuperação de áreas degradadas. Nós temos um programa, chamado Regenera, que permite, com a melhor ciência, a regeneração de áreas, como, por exemplo, áreas de garimpo. Como é que a gente faz essa regeneração? A gente tem especialistas que podem nos ajudar nisso.

Eu coloquei só dois exemplos, mas a ciência pode ser ampliada para muitas outras coisas, falando de saúde, falando de agricultura etc.

Então é só para colocar essas ideias aí, para dizer que a gente pode contribuir ao longo do tempo aqui.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Pela ordem.) – *(Falha no áudio)* ... tinha chegado um pouco atrasada em outras Comissões, eu queria dizer o seguinte.

Queria, primeiro, dizer à Damares que, como foi falado aqui, ela pode falar como a gente, que não era membro da CPI da Covid; nós, mulheres, falamos... Eu acho que a gente falou mais até do que os componentes!

Mas eu queria dizer o seguinte quanto a uma Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros.

Hiran, que foi meu colega Deputado também, tem algo que não se pode mudar: é um garimpo ilegal nas terras indígenas e que levou a uma situação em que muita gente deixou até de ver televisão – minha neta dizia: "Vovó, eu não vou mais olhar porque a situação...". O que é real aqui? Um garimpo ilegal nas terras indígenas – eu sei que o colega Hiran está falando aí das riquezas que a gente tem lá.

Dois: não podemos negar a ausência do Estado. A que ponto chegamos! Eu sei que tem garimpeiros, homens e mulheres ali, que estão ganhando o pão de cada dia, mas não tem como a gente pensar em legalizar garimpo ali, entendeu? É uma coisa que a gente aqui vai...

Eu achei bastante interessante, é bom a gente ouvir os dois lados, mas o mérito aqui é o seguinte: indígenas, desnutrição gravíssima...

O senhor falou aqui do Governador do Estado. Tenho certeza de que isso não é simples, a gente aqui parte do princípio de que ele não tinha conhecimento de índios morrendo de fome, com aquela forma mais grave de desnutrição, que é o kwashiorkor, que a gente sabe que é o marasmo, que é aquele que não tem nada, porque eles não estavam comendo ali nem farinha. Farinha dá um tipo de desnutrição, aquele menino buchudinho, mas desnutrido porque não tem proteína. A gente vai analisar uma saída para esses trabalhadores, mas, com certeza, não é o retorno ao garimpo ilegal nas terras indígenas.

Então eu acho que foi aprovado o trabalho, também concordo, mas o que a gente tem de real é a morte de muitos indígenas, uma morte de maneira lenta. Eu chamo isso da pior morte pela fome. Isso é pior





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que qualquer tortura, isso é mais cruel, porque é o dia a dia de cada um deles lá, com fome até chegar ao ponto em que o organismo não tem nada. Isso é real, isso a gente não pode apagar.

Concordo aqui com o nosso Astronauta que a gente precisa ver as causas, mas tem duas coisas que não tem como a gente ficar discutindo: garimpo ilegal nas terras indígenas, não só levando à desnutrição como ao adoecimento grave da população indígena; e também a falta de prevenção: como esses 20 mil homens e mulheres chegaram ali? É algo que a gente tem que ouvir: o que fazer com esse pessoal?

Mas eu acho que esses pontos, retorno do garimpo em terras indígenas, é difícil. A gente pode até perguntar ao povo brasileiro, e com certeza eles não vão querer, Hiran. O resultado, além disso, é a contaminação dos rios, que a gente, como médico, sabe, o dano que causa o mercúrio, esse mercúrio jogado nos peixes e tudo isso. É um problema sério. A ausência do Estado, você tem razão. Não tem prevenção. Isso só faz a gente lembrar que, quando se diz Estado mínimo, pode servir para menos de 10% da população, mas para o povo brasileiro como um todo... Chico, você conhece isso de perto, sabe que precisa do Estado para dar oportunidade não só para a população indígena mas para ver aonde vão esses garimpeiros.

Obrigada. Era só isso. E a gente vai... É bom, eu gosto desta Comissão porque a gente vai ouvir os contrários, vamos ouvir os dois lados, vamos chegar à conclusão, sem nenhum preconceito.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Sr. Presidente, como eu fui citado, eu gostaria de fazer uma consideração a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra V. Exa., se for breve melhor ainda.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Pela ordem.) – Eu não tomarei mais do que o tempo que ela tomou para fazer as considerações sobre a minha fala.

Minha querida Zenaide, minha colega, eu acho que a gente precisa evitar criar assim cenários, criar falas que são muito simplistas. Eu estou lá há 41 anos, Zenaide, e quem criou aquele Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, através de um projeto-piloto que foi um modelo para se instalar nas outras áreas indígenas do país, fui eu. Eu era o Coordenador da Funasa, e a Funasa, àquela época, tinha a prerrogativa constitucional de cuidar das populações indígenas.

Nós temos lá, Zenaide, atividade garimpeira naquela área, há mais de 80 anos.

As pistas, à exceção de Surucucu e Auaris, que são pistas asfaltadas, onde tem o poder público, o Exército está lá, que a gente usa nos 37 polos-base dentro da reserva foram construídas por garimpeiros.

Eu não sei se você tem noção, certamente sim, nós temos ali um país maior do que Portugal. Portugal tem 9,2 milhões de hectares. Na nossa reserva nós temos 9,6 milhões de hectares, que tem uma fronteira que é uma fronteira virtual. A gente não consegue ver. Você vai voar lá em cima você vai ver floresta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

densa, fechada. E do outro lado, o da Venezuela, nós temos mais 8 milhões de hectares de Parque Nacional Yanomami, o que corresponde a duas Suíças, para uma população muito pequena. E digo a você porque eu não gosto muito de narrativas, nós temos mais de 95% da nossa Reserva Yanomami preservada. Graças a Deus.

Você, quando for voar lá, vai sair de Roraima e nós vamos voar em cima do Rio Mucajaí. Baixo, médio, alto Mucajaí, Rio Catrimani, Couto Magalhães. Tem um homem que entende muito de mineração aqui que conhece muito, que é o ex-Deputado Elton Rohnelt.

Ali você vai ver áreas de garimpagem, na beira desses rios. Os rios estão assoreados. Eles têm uma coloração diferente porque se usa jato de água para fazer a queda dos barrancos. Nós temos que avaliar a questão da contaminação do mercúrio.

Nós temos um ciclo das águas muito intenso lá, chuvas muito intensas, que devem lixiviar muita coisa. Não vamos predizer nada. Eu acho que a gente vai ter tempo para analisar essas coisas. Eu sou contra garimpo, mas não é aqui.

Na minha campanha, eu tive uma campanha muito difícil. O meu adversário dizia que ele era imbatível lá. Eu podia ter dito que eu era a favor de garimpo porque tinham 20 mil pessoas lá e ia todo mundo ficar satisfeito comigo, mas não. Eu sempre falei: daquela maneira ali, eu sou contra garimpo. Aquilo degrada.

Mas nós temos que encarar de frente o que fazer com as riquezas que estão ali. Nós temos urânio ali, que é um mineral, ele conhece mais do que eu, que tem uma quantidade muito pequena na natureza e nós temos ali a maior reserva do mundo de urânio. Mineral estratégico, fundamental para a energia limpa e segura, que não polui.

Nós temos que discutir isso sim. Nós temos que ter coragem para discutir. E olhem, outra coisa: a nossa Constituição, a nossa Carta já diz que nós precisamos regulamentar a exploração das nossas riquezas não minerais, eólicas, de mananciais hídricos, estratégica, enfim, desde que haja a aquiescência das populações naturais e sua devida compensação.

E tem que ser regulamentado isso. Está na nossa Constituição. Eu não estou falando nada que não seja dentro da lei. Agora, temos que discutir. Se a gente discutir aqui que realmente é para deixar aquilo guardado para os países ricos, que já acabaram com todas as riquezas deles, bacana. Se não, vamos discutir.

Temos que ter coragem de discutir essas coisas aqui. Eu vejo jornalistas, eu tenho todo o respeito com a imprensa, tem jornalista que vai lá numa tarde e volta de lá com uma narrativa como se conhecesse, Senador Humberto Costa, aquela região como a palma da mão. É muito complexo – é muito complexo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que nós, nesta Comissão, temos essa responsabilidade com o nosso país, de fazermos uma grande discussão, sempre com muita profundidade, com muito compromisso com a verdade, e é isso que nós vamos fazer.

E eu quero aqui reiterar que eu, desde sempre, digo, olha, a maneira como é feito o garimpo ali é extremamente agressiva para a natureza. Ninguém de bom senso pode dizer que aquilo está certo. Então, que não paire nenhuma dúvida sobre minha posição em relação a isso.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Senador Humberto Costa com a palavra. Depois, a nobre Senadora Eliziane. Não, ele declina...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu queria só cumprimentar a Senadora e até, a bem da verdade, para a gente não confundir, as pessoas que estão nos acompanhando, quando o Dr. Hiran fala da questão de 95 de preservação das áreas ianomâmi, é bom a gente lembrar que a questão própria do garimpo não necessariamente tem uma ampla supressão da mata, não é? Não tem, às vezes, uma derrubada de árvore. Ela vai na contaminação ao longo do leito do rio.

É por isso que a gente vê lá a coloração diferente. É por isso que o impacto, por exemplo, do mercúrio chega lá à vida do ianomâmi, porque é da água que ele vive, não é? O barulho daquele motor diário afugenta as caças. Então tem toda uma situação que está em torno do garimpo, e é por isso que a gente tem o resultado que a Zenaide retratou muito bem, quer dizer, o resultado que a gente tem hoje dos povos ianomâmi. Aquela situação grave, que impacta o Brasil e o mundo inteiro, é fruto do que a gente está aqui rechaçando, que é exatamente o garimpo ilegal em terras indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra o nobre Senador Marcos Cesar Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

É só um complemento, porque eu falei de tecnologia, e a tecnologia tem que ser utilizada da maneira de ajudar a qualidade de vida, ajudar o desenvolvimento econômico, social.

E quando se fala, eu concordo plenamente com o Senador Dr. Hiran que, o.k., como está agora, realmente não pode ser; mas a tecnologia pode ajudar, inclusive na substituição de material. Ela pode ajudar, vamos dizer assim, nessa exploração sustentável da situação que nós temos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, o pessoal pensa em tecnologia como alguma coisa que vai acontecer só daqui a 10, 20 anos, mas não, isso pode ser feito agora, a gente pode começar a trabalhar agora, para tornar a utilização dessa tecnologia, com a exploração dos recursos que nós temos.

E sem dúvida nenhuma, minerais como o nióbio, as terras raras e tudo isso aí tem um valor gigantesco para o país e para aquela população também, desde que feito da forma sustentável. E a gente consegue transformar como está agora para uma maneira sustentável e fazer com que tudo isso seja acomodado de forma a respeitar as pessoas, mas respeitar o meio ambiente, mas também trazer desenvolvimento econômico, trazer desenvolvimento social para lá, porque a gente vai precisar disso, não pode se esquecer do pessoal. Então é visto dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
- Ouvidos os Srs. Parlamentares, e não havendo mais quem queira se manifestar, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 33 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia quinze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros com a presença dos Senadores Dr. Hiran, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Leila Barros, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Dr. Samuel Araújo, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Damares Alves, Giordano, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Humberto Costa e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a visão dos povos indígenas sobre a crise na Terra Indígena Yanomami: as causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo para o problema identificado. **Participantes:** GERALDO SILVEIRA FILHO, Presidente do Conselho Diretor da Missão Evangélica Caiuá; ALISSON MARUGAL, Procurador da República em Roraima (representante de: Miguel de Almeida Lima, Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral da República em Roraima); e MÁRCIO SANTILLI, Sócio-Fundador do Instituto Socioambiental (ISA) (representante de: Deborah Lima - Presidente do ISA). **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 10 de 2023** que "requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre a crise sanitária da Terra Indígena Yanomami (TIY)." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento Nº 11 de 2023** que "requer, em aditamento ao Requerimento n. 10, ampliação, onde couber, da série temporal das informações solicitadas." **Autoria:** Sen. Chico Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 12 de 2023** que "requer a realização de audiência pública com o objetivo de tratar sobre as providências que estão sendo adotadas para rastreabilidade da lavra e comercialização do ouro com vistas à resolução do conflito existente em terras indígenas." **Autoria:** Sen. Chico Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/03/15>

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros das suas terras.

A presente reunião será dividida em duas partes: a primeira destina-se à audiência pública e a segunda à apreciação dos requerimentos apresentados.

Esta audiência pública atende ao item 3.1 do plano de trabalho, com o objetivo de debater a visão dos povos indígenas sobre a crise na Terra Indígena Yanomami, as causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo com o problema identificado; segundo, audiência pública com outros convidados, conforme pauta publicada na página da Comissão.

A presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio de portal e-Cidadania na internet, em: www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Participação da audiência de hoje...

Antes de iniciar a audiência, eu gostaria de dizer que, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, art. 93: "§1º A audiência pública poderá ser realizada por solicitação de entidade da sociedade civil; §2º A audiência prevista para o disposto no inciso I poderá ser dispensada por deliberação da comissão", então, de qualquer forma, como nós temos três membros já presentes, a Senadora Eliziane, eu e a Senadora Leila, que está *online*, nós podemos iniciar esta sessão.

Participação da audiência de hoje: o Reverendo Geraldo Silveira Filho, Presidente do Conselho Diretor da Missão Evangélica Caiuá, participação por videoconferência; o Sr. Alisson Marugal, Procurador da República em Roraima, representando o Sr. Miguel de Almeida Lima, Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral da República em Roraima, participação por videoconferência; o Sr. Márcio Santilli, Sócio-Fundador do Instituto Socioambiental (ISA), representando a Presidente da instituição, a Sra. Deborah Lima, participação por videoconferência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Estava prevista ainda hoje a participação de uma indicação do Ministério dos Povos Indígenas, como representante dos povos indígenas da Terra Indígena Yanomami. Comunico que os convidados, a pedido do ministério, serão ouvidos na audiência de amanhã.

Passo a palavra ao Reverendo Geraldo Silveira Filho, repetindo, Presidente do Conselho Diretor da Missão Evangélica Caiuá.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia.

É uma honra participar desta Comissão para tratar de assuntos tão sensíveis e que estão na pauta não só do nosso país, mas que têm sido preocupação também no exterior. Nós estamos prontos aqui para prestar qualquer esclarecimento que nos for solicitado com relação ao trabalho da Missão Caiuá especificamente lá, junto aos ianomâmis, na região de Roraima e do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Sa. está com a palavra.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Eu já fiz a minha saudação. Aguardo qualquer manifestação, qualquer pergunta ou esclarecimento de que houver necessidade.

A Missão Caiuá tem prestado esse serviço lá na região de Roraima e do Amazonas, junto aos ianomâmis, desde 2009. Então, nós temos aí um histórico de trabalho e podemos esclarecer qualquer questionamento que nos for feito. Estamos à disposição para prestar esses esclarecimentos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Presidente; bom dia, Reverendo Geraldo.

Já que o senhor não vai fazer uma exposição sobre as atividades da Missão Caiuá, eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre a abrangência da atuação dessa ONG no âmbito da saúde indígena nacional. Também sabemos que a Missão Caiuá recebe recursos federais para atuar na área indígena ianomâmi. Gostaríamos de que o senhor esclarecesse quais as principais ações desenvolvidas especificamente na área ianomâmi e qual o montante de recurso aportado para essas ações pelo Governo Federal.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – A Missão Caiuá existe há 95 anos. Ela foi fundada na região de Dourados, ela surgiu ali antes mesmo que o Município de Dourados existisse. Havia ali 300 indígenas caiuás que estavam com uma série de problemas de saúde. Então, uma equipe de quatro igrejas do Brasil – a Presbiteriana, a Presbiteriana Independente, a Igreja Metodista e também um missionário americano – resolveu ir até a região e ver o que podiam fazer por aqueles indígenas caiuás, que estavam correndo o risco de serem dizimados. A Missão Caiuá surgiu ali. Mais tarde surgiu o Município de Dourados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Missão Caiuá sempre esteve restrita a Dourados, mas, em 1999, pela Funai, através da Funasa, a missão foi convidada a estabelecer um polo de tratamento de saúde indígena ali na região do Mato Grosso do Sul. Foi feito um planejamento, foi feito todo um processo, e deu certo. A Missão Caiuá, então, foi convidada para participar em outras regiões do Brasil. Eram três ONGs que trabalhavam nos 34 distritos de saúde. A Missão Caiuá chegou a participar de 19 distritos; hoje são só 9.

É preciso deixar claras algumas coisas. Primeiro, a Missão Caiuá não recebe recurso federal. A Missão Caiuá não tem um centavo de recurso federal nas contas da Missão Caiuá. A missão tem um convênio com a saúde, com a Sesai, Ministério da Saúde, em que a missão contrata funcionários da área de saúde – médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, psicólogos, agentes de saúde, agentes sanitários – e disponibiliza esses funcionários, esses colaboradores ao Dsei, ao distrito. Então, a única função da Missão Caiuá é fazer esse elo, essa contratação de funcionários, de colaboradores na área da saúde e disponibilizar para o distrito sanitário indígena da região.

Toda essa contratação é feita através de chamamento, é feito concurso em que a Sesai, em Brasília, juntamente com o Dsei da região e a Missão Caiuá elaboram todo o processo de chamamento, publicam esse edital de chamamento. As pessoas interessadas em ocupar os cargos na área de saúde fazem a prova, participam de uma prova, participam de uma seleção, participam de uma entrevista. E aí, então, quem determina a contratação é o coordenador do Dsei, o coordenador do distrito. Aí, a Missão Caiuá, então, faz a contratação do profissional e disponibiliza o profissional para a coordenação do distrito.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – O senhor me permite um aparte, para que fique claro?

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Muito bem. O senhor está dizendo que não recebe recursos federais. Como é que o senhor contrata pessoal? De onde vem esse recurso? Como é que o senhor paga? Eu não estou conseguindo entender essa relação, porque, se o senhor não recebe recursos e o processo... Isso que o senhor está chamando de concurso, na realidade, não é concurso; é um processo seletivo simplificado. É bom que fique claro. Não é concurso público. Aliás, um processo simplificado cujos critérios são muito controversos.

Então, qual seria o interesse da Missão Caiuá em intermediar esse tipo de relação do trabalho dos profissionais que vão trabalhar lá no Distrito Sanitário Yanomami com o Ministério da Saúde? Então, eu queria que o senhor esclarecesse bem aí para que não fique dúvida.

Muito obrigado.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Na realidade, o que acontece é o seguinte: quando eu digo que nós não recebemos nenhum recurso, é porque na realidade o próprio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convênio, o próprio instrumento de convênio proíbe a utilização de recursos por parte da Missão Caiuá. O que acontece é que ela apenas administra.

Nesse convênio, é feito um plano de trabalho que é estabelecido pela própria Sesai. É ela quem estabelece o número de médicos, o número de enfermeiros, o número de auxiliares de enfermagem, o número de agentes sanitários, o número de agentes de saúde. E, de acordo com isso – e o senhor esclareceu bem, na realidade a gente fala concurso, mas é um processo seletivo simples... Então, esse montante de cada convênio fica no Siconv, evidentemente está no CNPJ da Missão Caiuá.

Como é que nós pagamos? Ao fazer a contratação e disponibilizar o colaborador para o distrito, a supervisão do trabalho do coordenador ou do colaborador é feita pelo próprio distrito sanitário, pelo próprio coordenador do Dsei, e ele tem lá os seus instrumentos de avaliação, de verificação.

Aí, então, ao fazer o pagamento, o nosso RH elabora a folha de pagamento, elabora todo o processo e comanda isso no Siconv. Então, ele sai diretamente do Siconv para a conta do colaborador. Ele, na realidade, não transita nas contas da Missão Caiuá; ele tem uma conta específica no Siconv, onde o valor fica, e toda a autorização é feita pelo próprio Siconv, onde as despesas são autorizadas pela própria Sesai ou pelo próprio coordenador do Dsei, para fazer toda essa despesa.

O senhor fez uma pergunta: qual é o interesse da Missão Caiuá? Na realidade, a Missão Caiuá foi convidada lá em 1999, era apenas um convênio que era de Mato Grosso do Sul, mas depois a própria Funasa foi convidando a missão. Veja bem, eu estou só desde 2015 na Missão Caiuá, eu conheço a história anterior. Ela foi convidada e foi trazendo convênios. A missão foi assumindo essa responsabilidade. A missão faz isso por quê? Primeiro, ela faz isso porque ela entende que o seu estatuto estabelece uma abrangência de trabalho com indígenas no Brasil, tanto na área espiritual, quanto na área de saúde. O nosso hospital em Dourados foi o primeiro e, pelo que a gente sabe nas conversas que a gente tem em Brasília, é o único hospital que é voltado 100% para a população indígena.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Permita-me mais um aparte, por favor, só para esclarecimento, Sr. Geraldo.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Então, para a gente não ter dúvidas, o senhor está me dizendo que a Caiuá não recebe nada por essa relação que o senhor tem com o Ministério da Saúde, não recebe uma taxa de administração, quer dizer, seria um trabalho absolutamente voluntário.

Outra coisa: o senhor não acha que seria uma agressão à cultura ianomâmi, por exemplo, nós termos uma missão evangélica dentro de uma área indígena, que tem sua cultura, que deve ser preservada, em termos de valores, de crenças, de relação interpessoal, enfim? O senhor não acha que seria um envolvimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indevido na cultura, já que os antropólogos dizem que a gente deve preservar da maneira mais cristalina essa cultura ianomâmi, que é um dos povos mais primitivos da Terra? O que o senhor acha?

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Bom, nenhuma das conveniadas... Se o senhor verificar os contratos da Sesai com as conveniadas, o senhor vai verificar que nenhuma das conveniadas recebe nenhuma comissão, vamos dizer assim, ou nenhuma porcentagem para administrar os convênios. Todas elas fazem basicamente pela necessidade de ajudar o próximo, de ajudar os semelhantes. Todas elas são hospitais, são entidades na área de saúde que fazem esse trabalho. Com relação à colocação do senhor, a Missão Caiuá nunca interfere e nunca interferiu na questão cultural. Os nossos colaboradores não estão ali para fazer proselitismo. Pelo contrário, nós orientamos os nossos colaboradores que eles estão ali prestando um trabalho na área de saúde. O nome missão pode às vezes assustar, pode parecer que a missão está utilizando desses convênios como uma forma de fazer proselitismo. Não! Aliás, nós estamos lá na aldeia ianomâmi porque nós fomos convidados pelo próprio líder Davi Kopenawa. No chamamento que houve agora em 2018, a Missão Caiuá ia se retirar de quase todos os convênios, iríamos ficar apenas com Mato Grosso do Sul, voltar à nossa origem, mas o representante ianomâmi que esteve lá disse: "Não, nós queremos a Caiuá". Por quê? Os nossos colaboradores, como eu já disse, não fazem proselitismo, não se envolvem com a questão cultural. Nós fazemos questão de preservar a cultura.

Se o senhor tiver oportunidade, um dia, de conhecer o nosso trabalho lá em Dourados, nós temos ali três escolas indígenas com 2,5 mil alunos, onde nós ensinamos a língua e a cultura dos caiuás e dos guaranis para os nossos alunos. A Caiuá faz questão de preservar a cultura.

Então, os nossos colaboradores são orientados a não influenciar na cultura, a respeitar a cultura. Então nós fazemos isso por uma questão humanitária, porque está no DNA da missão o cuidado com os indígenas em todo o país.

Nós temos convite de outras regiões, mas nós temos uma limitação. E, por orientação das duas mantenedoras, das duas igrejas, a IPI e a IPB, nós estamos gradativamente diminuindo a nossa participação nesses convênios para ficar com a nossa vocação, que é o Mato Grosso do Sul. Eu sei que isso às vezes espanta, mas esses convênios possibilitam que a Missão Caiuá cumpra parte da missão dela, que é cuidar da saúde dos nossos irmãos indígenas.

Por outro lado, isso traz para nós um desgaste muito grande da imagem da missão, porque, muitas vezes, as pessoas dizem: "Ah, a missão está recebendo bilhões", e não é bem assim, ela está administrando, ela não está recebendo, tanto que, ao encerrar cada convênio, que tem um prazo de cinco anos, renovado anualmente, todo recurso que fica lá no Siconv é automaticamente devolvido aos cofres da União, não há nenhuma possibilidade de que esses recursos sejam transferidos para a Missão Caiuá. E nós temos um zelo muito grande. Nós temos auditoria interna, através do conselho fiscal; temos auditoria externa; e temos acompanhamento através de um coordenador de campo, que acompanha todos os nossos colaboradores no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campo para verificar se eles estão realmente cumprindo a missão para a qual eles foram contratados, ou seja, a área de saúde. Mas a verificação e a supervisão diretas são feitas pelo Dsei, pelo coordenador do Dsei, e pelos funcionários do escritório do distrito sanitário de cada região.

Então, nós não fazemos proselitismo, nós apenas entendemos que é uma questão humanitária.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Obrigado, Reverendo Geraldo Silveira.

Eu vou consultar a Senadora Eliziane se gostaria de fazer mais alguma observação. *(Pausa.)*

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Para interpelar.) – Sim.

Eu queria cumprimentar o Presidente Chico Rodrigues, o Senador Dr. Hiran e cumprimentar o Reverendo.

Início, Reverendo, primeiramente, querendo ver aqui com o senhor se o senhor tem este dado, se pode me confirmar quantos atendimentos de saúde foram realizados por ano pelo Distrito Sanitário Especial Yanomami entre 2019 e 2022.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Só um minutinho, Senadora. Eu estou abrindo aqui o relatório que foi encaminhado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Certo. *(Pausa.)*

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Relatório quantitativo... *(Pausa.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu vou juntar aqui, Reverendo, enquanto o senhor procura... Se o senhor pudesse anotar para mim, me ajudaria.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Eu estou com o pessoal do escritório aqui também *online*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, claro.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Eu posso solicitar e eles me passam esses dados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – É importante só para a gente compatibilizar, porque eu tenho um, daí eu queria saber se bate com o seu número.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, somando-se a isso – já que o senhor está com a equipe aí que pode nos ajudar –, eu queria também ver se eles têm estes dados quanto ao óbito de crianças indígenas na Terra Yanomami que seja associado ao quadro de subnutrição infantil, que é o cerne principal aqui do nosso debate, também do período de 2018 a 2022.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO *(Por videoconferência.)* – Certo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – É porque a gente sabe, por exemplo, que há um alto nível, na verdade, de desnutrição dessas crianças. Por exemplo, 79,34% das crianças de até 5 anos estão com peso que se configura como situação de subnutrição. Então, eu queria saber se o senhor tem esse número por parte da sua entidade referente à questão das mortes dessas crianças.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO *(Por videoconferência.)* – Sim. Está.

Desculpe, Senadora. Eu solicitei ao pessoal do escritório. Eles estão já providenciando esses dados de atendimento e os dados de óbito.

É preciso, aproveitando, esclarecer algumas coisas, Senadora. Nós temos acompanhado, desde *(Falha no áudio.)*... estamos atendendo os ianomâmis, nós temos enfrentado algumas situações que, em alguns momentos, dificultaram o atendimento do nosso pessoal em área, no campo, nas aldeias. Há muitos relatos de agressão a trabalhadores, a colaboradores. Alguns médicos não quiseram voltar, pediram demissão nesses anos todos, além de várias enfermeiras, vários enfermeiros, vários auxiliares de enfermagem, porque aconteceram muitas agressões por parte de pessoas estranhas. Não vou mencionar aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Mas essas agressões seriam da parte de quem exatamente?

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO *(Por videoconferência.)* – Da parte de garimpeiros, da parte de pessoas externas, que não permitiram que os colaboradores entrassem em área. Muitos dos nossos colaboradores também enfrentaram dificuldade por causa da falta de manutenção dos postos de saúde, que é uma responsabilidade, se não me engano, do próprio Governo de Roraima e do Amazonas. Então, eles não tinham condições de atendimento por causa da falta de manutenção, da dificuldade de acesso – 90%, ou mais um pouco, do acesso é feito via aérea. Então, há dificuldade no transporte para conduzir os profissionais aos diversos locais de trabalho.

A gente tem tido uma resposta não muito positiva, mas até positiva quando a gente faz essas reclamações. Por algum momento, nós temos sido atendidos, mas aí voltam as dificuldades.

Há uma outra questão também que precisa ser colocada, que é a dificuldade de contratar profissionais naquela região. Não há muita disponibilidade. Hoje, por exemplo, nós temos 18 vagas para médicos. Há



**SENADO FEDERAL****Secretaria-Geral da Mesa**

um processo seletivo estartado lá, mas não há inscrições. As pessoas têm medo de ir para as áreas de trabalho e serem agredidas.

Então, há uma insegurança para os colaboradores, e a gente tem tentado equacionar esse problema junto com o Dsei, porque quem precisa dar segurança para o colaborador é o distrito, de alguma forma, juntamente com o estado, que é responsável pela condução dos colaboradores.

O colaborador precisa ser levado para o trabalho, mas, para ele ser levado, ele precisa também dos insumos – ele precisa de luva, ele precisa de máscara, ele precisa dos EPAs, ele precisa de medicação. E a responsabilidade de fornecimento de tudo isso é do Dsei. E, muitas vezes, o profissional deixa de ir porque ele não tem... Ele vai lá fazer o quê? Ele não tem essa medicação, ele não tem esse insumo necessário para realizar o atendimento. Então, o que ele faz? Falta o avião para levá-lo, o transporte. Em alguns lugares, o acesso é feito por barco. Falta, às vezes, o barco. Às vezes, tem o barco, e não tem o combustível. Isso acontece em todos os distritos. Às vezes, o carro fica parado porque não tem combustível para fazer o deslocamento do profissional da área de saúde que está escalado para trabalhar naquela semana. Eles cumprem uma escala semanal e, se não me engano, eles passam 15 dias na aldeia, e aí as equipes são revezadas. Às vezes, falta o combustível, às vezes, falta o transporte... Então, essa é a grande dificuldade que muitas vezes nós enfrentamos para que a atenção à saúde seja mais efetiva.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Senadora Eliziane, a senhora me permite um aparte até para ajudar a senhora na sua pergunta?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Eu queria só reforçar ao Reverendo que, naquele questionamento inicial – ele pode até nos esclarecer –, eu perguntei sobre o montante de recursos aportados para essa ação de saúde ianomâmi, e não me foi respondido.

E outra coisa: está gravado aí e vai constar dos *Anais* desta Casa que o nosso Presidente da missão diz, na sua primeira fala, que ele dá apoio religioso às comunidades indígenas. Eu questioneei se isso não seria uma agressão... Foi por isso que eu perguntei. Depois, ele me disse que não fazia proselitismo religioso em relação à sua atuação nas áreas indígenas. Eu acho que há uma incongruência no discurso.

Agora, eu só queria deixar consignado aqui que nós vamos, Presidente, com a sua devida vênua, solicitar que a missão nos encaminhe o montante dos recursos, como foram aplicados, quantos profissionais foram contratados no decorrer pelo menos dos últimos cinco anos de atuação da missão dentro da área ianomâmi.

Eu acho, Senadora, que a gente tem que, claro, com o respeito a todos aqui, dar uma dinamizada na nossa audiência porque temos outros convidados e precisamos respeitar um pouco o tempo. Acho que o Presidente concedeu 15 minutos a cada expositor e penso que já extrapolamos esse tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu só quero poder terminar os questionamentos, mas eu queria colocar aqui para o Reverendo o seguinte: eu vou fazer o requerimento, Reverendo, solicitando... E aí, como a sua assessoria está lhe dando apoio, poderá, na verdade, encaminhar aqui. Eu já encaminho, Presidente, requerimento solicitando exatamente esses atendimentos que foram realizados no polo onde a missão tem essa atuação.

Mas eu queria... Qual é o dado que eu tenho? Eu só quero, na verdade, compatibilizar, Reverendo. Por exemplo, no polo base do arataú, em 2020, o dado que eu tenho é de que ocorreram 11.277 atendimentos. Em 2021, ou seja, no ano seguinte, caiu para 2.815. A minha pergunta para o senhor é muito direta: o senhor sentiu essa queda – e eu acho que dá para sentir, não é? – de 11 mil atendimentos para 2 mil atendimentos? E, ao mesmo tempo, a que se deve isso, na sua opinião?

Presidente, V. Exa. pode me definir um horário, o tempo que eu tenho ainda de fala aqui com o Reverendo, só para eu poder organizar o meu tempo? V. Exa. pode colocar ali, se for possível, no relógio? Como é o nome daquele ali? No cronômetro...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Olha, Senadora, cinco minutos. V. Exa. tem o tempo de cinco minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Tá.

Então, Reverendo, o senhor pode me responder se o senhor sentiu essa queda e se o senhor pelo menos acredita que o meu dado seja um dado real – de 11.277 caiu para 2.815 –, porque é o dado que eu recebi aqui do Instituto Socioambiental. Se o senhor sentiu essa queda, na sua opinião, por que, na verdade, houve essa queda tão significativa desses atendimentos? Essa é a minha pergunta.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Senadora, eu já passei a demanda para o nosso pessoal lá, e eles estão providenciando as respostas. E nós vamos encaminhar por escrito todos esses dados. Eu já pedi para eles.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Mas o senhor sente que caiu? Aí não é dado, é só uma sensibilidade sua que eu gostaria de saber.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Sim, sim, sim. A queda dos atendimentos se deve àquele fator que eu já disse para a senhora: a falta de segurança para o colaborador – muitos colaboradores deixaram de trabalhar, pediram demissão por causa da insegurança de deslocar-se para a região –; a falta de medicação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Mas antes essa segurança era assegurada, digamos assim? Tinha uma segurança? Porque é muito grande a diferença, Reverendo: cai de 11 mil para 2 mil, quer dizer, não é cair 10%, 15%; é cair quase que todo o atendimento. Então, é claro que teve um fato específico. Houve um corte de recursos? Uma estrutura, por exemplo, de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

apoio em relação à segurança foi retirada? Existe um fato específico que a gente possa designar a essa redução tão drástica de atendimento?

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Sim. Na realidade, o que acontece é que, como eu já disse, 90% ou mais do atendimento é feito através de via aérea. Os nossos colaboradores são levados até o local de trabalho. E muitas vezes eles não foram para o local de trabalho pela falta do transporte e pela própria insegurança. São dois fatores que colaboraram para que houvesse a queda no atendimento.

Mas esses dados todos... Eu tenho todos os dados e eu vou mandar... Depois a senhora me passa o *e-mail* para onde eu vou encaminhar. A gente tem um relatório que a gente inclusive fornece anualmente para a Sesai e a gente vai encaminhar todos esses relatórios.

Eu estou aguardando aqui também o pessoal para responder...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Como meu tempo está acabando, Reverendo, e, sinceramente, eu não consegui... O senhor não me deu a informação de que a gente precisa. Eu sei que o senhor faz um trabalho importante na região – queria, inclusive, destacar isso –, mas o senhor precisa, na verdade, nos dar o fato. Como eu disse, não foi um decréscimo em circunstâncias excepcionais; foi uma redução grande, de 11 mil para 2 mil. Então, as aeronaves foram retiradas? Houve algum tipo de orientação para redução desses atendimentos? São respostas que realmente nós precisamos ter.

E minha última intervenção, até porque o tempo de fato é muito pouco: eu queria pedir aqui ao Presidente... Assim, é impossível a gente fazer uma intervenção, Presidente, em cinco minutos ou oito ou dez minutos. Nós, historicamente, temos um prazo aqui de quinze minutos para intervenção, porque você fica dentro dos quinze minutos. Se o participante responde uma pergunta de três ou quatro minutos, a gente só tem duas ou três perguntas. Então, se a gente pudesse ter um pouco de tempo maior, seria importante.

Eu quero finalizar, Reverendo, colocando para o senhor o seguinte: hoje nós temos uma denúncia feita pela imprensa nacional com o tema "Garimpeiros trocaram ouro por vacinas de Covid que eram destinadas a Yanomamis"...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – É uma matéria de hoje, se não me foge a memória, do *Metrópoles*. Então, o *Metrópoles* que fez essa matéria.

O senhor chegou a ouvir esses comentários, no período de pandemia, de que as vacinas eram desviadas, as vacinas que eram direcionadas aos povos indígenas eram desviadas e interceptadas? Eu diria assim: havia uma intervenção aí no meio do caminho por parte de garimpeiros, trocando por ouro e tendo acesso, de fato, a essas vacinas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós chegamos a ter dias complicadíssimos! Vejam, nós tivemos, durante todo o período de pandemia, recordes mundiais em 2022: em apenas um dia nós teríamos... O dado mostra que 99 crianças, de 1 ano a 4 anos de idade, teriam morrido só em 2022, por exemplo. Durante esse período, chegamos a ter dias de recorde mundial, ou seja, quando houve a maior quantidade de povos indígenas mortos pela covid em apenas um dia. Infelizmente, esse recorde é brasileiro.

Eu pergunto ao senhor: o senhor ouviu, em algum momento, essas denúncias? O senhor ouviu, em algum momento, comentários de que havia troca de ouro por vacinas que eram direcionadas aos povos indígenas?

Muito obrigada, Presidente, pelo tempo, mas eu quero que ele responda, porque ele precisa me responder.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Reverendo, V. Sa. está com a palavra.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Está... É que o meu microfone desligou automaticamente aqui.

Senadora, a gente ouve muita coisa. Os nossos colaboradores ouvem muita coisa. Geralmente, quando um colaborador traz um assunto, a gente pede ao colaborador que ele encaminhe ao Dsei. Provavelmente, houve algum relato, eles devem ter relatado para o coordenador nosso da área lá, e ele pede que comuniquem ao Dsei, porque essa é uma área muito delicada. Nós não nos envolvemos nesta questão de como a medicação chega. A medicação precisa chegar à mão do profissional para que ele possa ministrar. Agora, como ela vai chegar, se ela deixa de chegar, nós não nos envolvemos nessa questão, porque aí envolve uma série de outras questões que são até políticas, são questões legais que não são da competência da missão. A competência da missão é o RH: o médico, o enfermeiro, que vão ministrar as vacinas, que vão ministrar a medicação. Então, pode ser que algum colaborador nosso tenha ouvido alguma coisa, mas eles não relataram nada para nós. Não existe nenhum relato... O único relato que há é: "Falta medicação". Aí a gente aciona automaticamente o Coordenador do Dsei, dizendo: "Olhe, os nossos colaboradores estão dizendo que falta medicação para o atendimento". Mas a gente não entra em detalhes dessas questões. Pode ser que algum colaborador tenha ouvido alguma coisa, mas nós não temos nenhum relato oficial disso aí, de desvio de vacina, de desvio de medicação, como a senhora colocou. A gente ouve pela mídia, às vezes. Quando chega alguma notícia, chega pela mídia.

Eles me passaram aqui... Os óbitos... Eles estão tentando levantar os óbitos lá, mas a gente tem aqui, por exemplo, alguns atendimentos que eles estão me passando aqui. É uma lista muito grande. Realmente, eu precisaria mandar para a senhora isso por *e-mail*, porque são várias e várias folhas. A gente tem anualmente, 2019, 2020, 2021, 2018, 2022, e dá para fazer uma comparação no número de atendimentos. Eu posso encaminhar isso para o seu *e-mail*...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Reverendo, por favor.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Em função da dificuldade que nós estamos acompanhando aí para dar esses números com uma certa precisão – porque eu imaginava que vocês tivessem uma precisão cirúrgica para transferências e informações desses dados, como são dados de relatórios anteriores, principalmente como foi aí o questionamento da Senadora Eliziane –, eu gostaria de pedir a V. Sa. que anotasse o *e-mail*, cteyanomami@senado.leg.br, e encaminhasse todos esses dados.

Acho até que o Relator, Dr. Hiran, vai se valer de todas essas informações para que possa efetivamente trabalhar o seu relatório com esses dados da Missão Evangélica Caiuá.

Apenas uma questão que me chama muito a atenção: entre 2012 e 2017 a Missão Caiuá, segundo os dados que nós temos aqui preliminarmente informados, recebeu em torno de R\$2 bilhões – vou repetir: R\$2 bilhões – para todas as suas atividades, em todos os distritos. E de 2018 a 2022, nobre Senador Dr. Hiran, nós gostaríamos que V. Exa. também acessasse, para ver com minudência de detalhes a aplicação desses recursos para atender, na verdade, os fins a que se destina a Missão Evangélica Caiuá nesses distritos.

Portanto, é muito interessante saber o curso desses recursos, que têm, inclusive, um orçamento maior do que o da Funai. Só os recursos da missão, pelo que nós percebemos aqui, têm um orçamento maior do que o da Funai, o orçamento da Funai. Então são números que ficam muito difíceis de interpretar assim, em uma única explicação. E eu tenho certeza de que o Relator irá pedir esses dados para facilitar, na verdade, o encaminhamento, acompanhamento e controle de todas essas aplicações.

Eu quero... Pois não.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Senador, desculpa interrompê-lo. Eu já solicitei... Veja bem, o nosso escritório está em Dourados, eu estou em Belo Horizonte. Eu vou a Dourados uma vez a cada dois, três meses, para acompanhar de perto.

O nosso pessoal de escritório já está providenciando todos esses dados aqui, inclusive o montante que foi perguntado aí. Já pedi para eles o montante do convênio com os ianomâmis. Já tenho aqui, eles já mandaram, mas, como eu disse, são muitas folhas de atendimento, mas está discriminado por polo, por aldeia. Está tudo discriminado. Eu posso encaminhar.

Eu agradeço a atenção dos senhores. Realmente muitos desses dados aqui estão me chegando a contagotas. Eu pedi e eu vou transferir tudo isso para esse *e-mail* que o senhor me passou. Vão chegar às mãos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dos senhores todas as informações. Inclusive, se precisarem de mais alguma informação, podem solicitar no meu *e-mail*, e a gente vai providenciar tudo.

Só quero ressaltar duas coisas, Senador: primeiro, eu não anotei o nome do Senador anterior que fez aquela pergunta sobre a questão do proselitismo da ação lá. É o Senador Hiran?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – É Dr. Hiran.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Certo. Dr. Hiran.

Não há nenhuma incongruência quando eu digo que a missão tem por missão evangelizar e cuidar da saúde. Quando eu digo que nos ianomâmis nós não fazemos nenhum trabalho de evangelização, é a mais pura verdade. Nós apenas prestamos serviço na área de saúde, e todas as vezes... E os nossos profissionais não são todos evangélicos, tem um processo seletivo, nós temos profissionais espíritas, nós temos profissionais católicos, batistas, metodistas, nós temos profissionais de todos os segmentos religiosos. Então nós não fazemos proselitismo mesmo. Os nossos profissionais são orientados a cuidar da área da saúde tão somente.

A missão tem, na sua constituição... Um dos objetivos é a evangelização de povos, mas especificamente nós não fazemos, está bem?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k. Muito obrigado, Reverendo.

O SR. GERALDO SILVEIRA FILHO (*Por videoconferência.*) – Estou à disposição. Assim que eu tiver o restante dos documentos eu já encaminho para esse *e-mail*, que vai chegar aí no tempo mais curto possível.

Eu agradeço a atenção dos irmãos e peço desculpas se não esclareci alguma coisa.

E relembro, Senador: a missão administra, ela não recebe os recursos, ela administra os recursos que estão lá no Siconv.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado ao Reverendo Geraldo Silveira Filho, Presidente do Conselho Diretor da Missão Evangélica Caiuá.

Pela ordem, a Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pela ordem também, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A Senadora Damares não é membro titular, efetivo, desta Comissão, mas eu concedo a palavra a V. Exa., que tinha se manifestado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – A Senadora quer terminar o raciocínio, Senadora Eliziane?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Na verdade eu quero só dar uma informação, Presidente, com a permissão de V. Exa., Senadora Damares: a CCJ iniciou e eu estou com três projetos para relatar lá, e estão me chamando por conta dessa apresentação. Eu pediria permissão para ir e retornar tão logo acabe lá esse compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – E quero já deixar protocolado, Presidente, um requerimento de convite, para que possa dar esclarecimentos a esta Comissão – na verdade eu não diria esclarecimentos, mas trazer informações e conversar conosco –, à Hutukara Associação Yanomami, que é quem fez o encaminhamento da denúncia ao Ministério Público Federal e também ao Dsei, ao Secretário Especial de Saúde Indígena, acerca da troca de ouro por vacinas de covid na região dos ianomâmis.

Muito obrigada.

Obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k., será apresentado na agenda, extrapauta, dessa sessão. Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Damares.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Ih, Senador, é muito pouco, mas como tem muita gente assistindo a essa audiência, eu acho que a gente precisa fazer justiça aqui.

Deixe-me explicar para aqueles que não entendem. Até 2010, quem cuidava da saúde indígena no Brasil era a Funasa. Aí nós sonhamos com a Sesai, uma secretaria que atendesse as especificidades dos povos. Criamos a Sesai aqui no Congresso Nacional, eu estava nos corredores vendo a luta. Cria-se a Sesai, mas quem serão os servidores da Sesai? Cadê o concurso público para a Sesai? Hoje nós temos na Sesai em torno de 20 mil colaboradores, sendo que 4 mil são motoristas, faxineiros, copeiros, e 16 mil agentes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde. Quem contrata os 16 mil? A Sesai tem que ter instituições para contratar esses 16 mil, esses 20 mil, aí faz chamamento público. As instituições que comparecem são essas instituições.

Eu me lembro, Senador Hiran, de que quando a Sesai é criada, a Missão Caiuá... Eu estive com essa missão duas vezes apenas. Nem conheci, nem conheço esse pessoal. Houve quase que um pedido: "Socorro, administrem esses 20 mil".

O primeiro convênio que a Caiuá fez com a Sesai foi em 2013, renovado em 2017. Vem vindo. Eu acho que está na hora de a gente rever a gestão da saúde indígena no Brasil. Vai continuar sendo por instituições ou o Estado absorve isso de uma vez, faz o concurso e contrata, porque todas as vezes que tem um problema são as instituições que estão prestando serviço para a Sesai que são acusadas. Realmente recebeu 800 milhões, 2 milhões, somando os anos todos, mas é gestão, é para contratação.

Só para informação, gente, o Dsei Yanomami, nos últimos três anos, recebeu R\$261 milhões. Só de fretamento de aeronave foram 29 milhões, aí a gente vê 8 milhões para insumos, 3 milhões para medicamento, R\$830 mil em gêneros alimentícios, tem prestação de conta. Então, a gente tem que deixar aqui, Senador... Eu acho que hoje são quatro instituições que administram no Brasil inteiro a saúde indígena, e essas instituições estão fazendo o que podem. Esse dinheiro não fica na conta da instituição, acho que ficou bem claro isso. Eles estão fazendo o que podem. E aí, Senador, eu acho que esses dados a gente pode pedir tudo por escrito e fazer o confronto de dados. Por exemplo, a gente tem aqui relatórios da Funasa, da própria Funai, que falam que o maior número de mortalidade infantil na área ianomâmi foi em 2011, que vai caindo, caiu muito até 2020. Não temos ainda os dados de 2022, não foram entregues os dados de 2022. A gente fica usando dados de instituições que não são oficiais, que estão lá em área ajudando, ISA, todas elas, mas nós temos que ver o Datasus, temos que ver o relatório da Secretaria Nacional de Saúde Indígena, da própria Funai.

Então, fica aqui a minha colaboração, fazendo justiça a quem está fazendo a gestão, mas a gente tem que rever, Dr. Hiran, essa gestão de saúde. Dos 20 mil que eles contratam, não são todos evangélicos, por favor. Eu fui lá em Roraima, eu conversei com médicos. Eu não vi médicos evangélicos, eu não vi enfermeiros evangélicos. Que isto fique bem claro: que eles fazem a gestão. Vamos pedir prestação de conta? Vamos. Vamos confrontar dados? Vamos. Mas vamos aproveitar, Senador, tanto interesse que os senhores têm e vamos ver se está na hora de a gente mudar a gestão da saúde indígena.

E meu conselho para a Missão Caiuá: não renove mais esse convênio, deixem que outras instituições compareçam...

(Soa a campanha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – ... porque eu vejo essa instituição o tempo todo ser acusada de estar levando dinheiro, levando dinheiro, quando ele mostra que é só uma gestão, gestão de pessoal, dinheiro nem entra na conta da Missão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu gostaria de agradecer a participação, vou repetir, mesmo não sendo membro desta Comissão, da nobre Senadora Damares, porque V. Exa. participou do Governo, acompanhou, tem dados reais, dados verdadeiros desse acompanhamento, da fiscalização e do controle. V. Exa. poderá contribuir muito para a Comissão, com a apresentação desses relatórios, que obviamente o Relator Senador Hiran deverá acessar todas essas informações.

Acredito também que a sua sugestão também será a sugestão da Comissão, para que se possa definitivamente encontrar um caminho para que as comunidades indígenas, são quase 900 mil indígenas no Brasil – quase 900 mil indígenas no Brasil –, tenham uma instituição que possa, na verdade, fazer toda essa assistência de uma forma permanente, eficiente, eficaz, para atender toda essa demanda reprimida que a gente vem vendo aí. Então, justificativas de voos, empresas que superestimam a quantidade de horas de voo, etc., etc.

Então, a Sesai, na verdade, é apenas um braço operacional para a execução dessa assistência às comunidades indígenas. E, no caso específico dos ianomâmis, pior ainda, porque 99% das comunidades estão em área de mata fechada, e vocês sabem da dificuldade de acesso. Aí, logicamente, se não houver uma ação do Estado brasileiro – não é do Governo brasileiro, não; é do Estado brasileiro –, esse problema é o réquiem de outros problemas anunciados.

Portanto, eu quero agradecer a sua participação.

Agora passo a palavra ao Sr. Alisson Marugal, Procurador da República em Roraima, representando o Sr. Miguel de Almeida Lima, Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral da República em Roraima.

V. Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. ALISSON MARUGAL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço o convite desta Comissão para participar de tão importante evento. Acho que é a quarta audiência pública de que eu participo, com o Congresso Nacional, a respeito da situação, o que demonstra muito bem o interesse dos Parlamentares por essa situação tão grave da Terra Indígena Yanomami.

Quero cumprimentar todos da Comissão na pessoa do Sr. Presidente, Senador Chico Rodrigues, os demais Senadores que estão presentes nesta audiência pública e também os participantes deste debate e quem nos assiste, igualmente.

Eu vou falar um pouco da atuação do Ministério Público Federal, já que a pauta são as causas da crise ianomâmi, e tratar um pouco das ações do Ministério Público Federal que apontam quais são as causas e também as soluções para essa crise. Eu começo falando de duas pautas mais especificamente: primeiro, de combate ao garimpo legal, e, em segundo lugar, de saúde. São as duas grandes atuações do MPF aqui em Roraima a respeito da questão ianomâmi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A respeito da proteção territorial, que basicamente se resume ao combate ao garimpo, a atuação do Ministério Público Federal vem de alguns anos já. Em 2017, há a primeira ação judicial do Ministério Público Federal. Ali nós identificávamos já um avanço do garimpo no território ianomâmi e uma fragilidade de proteção desse território. Ajuizamos, então, uma ação civil pública pleiteando a colocação de bases de proteção da Funai, que são postos de fiscalização colocados em pontos estratégicos no território indígena, para impedir que garimpeiros ingressassem no território. Nós pedimos, então, três bases de proteção colocadas – quem conhece a geografia do território ianomâmi vai entender o que eu estou falando –: uma, no Rio Mucajaí; outra, no Rio Uraricoera, um dos dois pontos mais frágeis do território, que eram pontos de entrada de garimpeiros no território ianomâmi; e uma outra base de proteção na Serra da Estrutura, vocacionada à proteção da comunidade isolada do moxihatêtea.

Nós conseguimos uma decisão favorável em 2018, e apenas em 2020 a Funai consegue implementar a Base de Proteção Walo Pali no Rio do Mucajaí, fechando o Rio Mucajaí. E até o momento, 2022 – aliás, 2023 –, passados quase cinco anos da sentença, a Funai não implementou a base de proteção no Rio Uraricoera, deixando aquele rio livremente trafegável por garimpeiros que ingressam no território ianomâmi. Não à toa, o Rio Uraricoera tem o garimpo mais violento do território ianomâmi, porque há a presença de faccionados trabalhando, no garimpo, em atividades de segurança privada, como no tráfico de drogas ou de armas, o que demonstra a gravidade da omissão da Funai nesse período.

Hoje, nessa operação que está acontecendo no momento, existe um bloqueio do Rio Uraricoera feito pelo Ibama, Força Nacional e também a Funai, mas fato é que a base de proteção ainda não foi instalada pela Funai, o que é bastante preocupante.

Em 2020, depois de 2017, nós assistimos a uma intensificação do garimpo, cada dia mais a invasão se acentuava no território ianomâmi. Vislumbramos que tão somente a colocação de base de proteção etnoambiental seria insuficiente para proteger o território ianomâmi, considerando não só a omissão da Funai em não implementar a base, mas também toda a logística aérea que começou a ser utilizada pelo garimpo ilegal para acesso a pontos mais remotos do território ianomâmi e para facilitar o escoamento de produção, que começou a se dedicar principalmente à cassiterita, a partir de 2021 em especial.

Nós ajuizamos em 2021 uma ação civil pública pleiteando uma grande operação de retirada de garimpeiros do território ianomâmi. Ganhamos essa liminar no Tribunal Regional Federal da 1ª Região em julho de 2020. Nessa mesma época, o Supremo Tribunal Federal e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos também proferem decisões favoráveis ao território ianomâmi, determinando a retirada do garimpo, já que a preocupação naquele contexto era a pandemia de covid-19. Mas, embora existente essa decisão de julho de 2020, apenas em maio de 2021 o Governo Federal apresenta um plano de retirada de garimpeiros do território ianomâmi.

A partir daí são executadas as operações e a história todo mundo conhece: poucas operações, de poucos dias, com pouca capacidade operacional, com intervalos bem significativos. Essas operações não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram suficientes para evitar a expansão do garimpo ilegal e muito menos retirar os garimpeiros do território ianomâmi. E o que nós vimos em 2021 e 2022 foi o crescimento exponencial da atividade de garimpo ilegal no território ianomâmi, avançando em áreas bastante isoladas do território ianomâmi e tomando conta de comunidades de recentíssimo contato. E o que nós vimos foi uma tragédia humanitária em função da degradação do meio ambiente, da exploração sexual das mulheres e crianças e de outras mazelas que o garimpo traz, especialmente introduzindo drogas, álcool e todos os elementos exógenos da cultura ianomâmi que acabam levando à desestruturação social de muitas comunidades.

Então, agora, em 2023, finalmente o Governo Federal resolve agir, planejando uma grande operação de desintrusão do território ianomâmi.

Então, para resumir, diante do curto tempo que eu tenho, o que nós apontamos como solução hoje para garantir proteção territorial efetiva ao território ianomâmi: primeiro, uma grande operação de retirada de garimpeiros, que já tem ocorrido. Nós estamos aguardando um plano ainda a ser apresentado pelo Governo Federal, mas as operações estão ocorrendo e já são exitosas.

Dados de satélite demonstram que a expansão do garimpo ilegal diminuiu sensivelmente em até 80%, que de início da operação já é uma vitória do poder público. Mas nós precisamos avançar pós-operação num planejamento de monitoramento territorial para impedir que esses garimpeiros retornem ao território ianomâmi. E isso passa, primeiro, por instalação de bases de proteção e postos de fiscalização da Funai em pontos estratégicos no território ianomâmi e também pelo fortalecimento da capacidade operacional dos órgãos locais em realizar operações no garimpo.

Tanto a Polícia Federal quanto o Ibama não dispõem de helicóptero aqui em Boa Vista. Isso inviabiliza qualquer tipo de incursão em ar para fazer combate ao garimpo. E, se eles não forem dotados dessa capacidade de fazer operação, certamente o garimpo vai retornar com muita facilidade ao território ianomâmi depois dessa operação. Então, grande dispêndio de recursos públicos sem o resultado permanente em benefício do território ianomâmi.

O que eu acho que não é possível... Tem outras medidas também, eu até gostaria de ressaltar aqui. Existem outros agentes, outros atores do poder público que têm uma enorme responsabilidade. Se nós falarmos em combustível de aviação, a Agência Nacional do Petróleo tem uma grande responsabilidade; se nós falarmos em pistas de pouso e voos regulares, a Anac e a FAB também têm uma grande responsabilidade; a internet do garimpo, a Anatel tem uma responsabilidade de fiscalização da internet. Por fim, há a responsabilidade penal de todos os envolvidos na atividade de extração ilegal de minérios, começando pelo garimpeiro que está lá na terra indígena, que executa uma atividade ilegal e que tem que responder às penas da lei, priorizando a investigação voltada para os financiadores do garimpo ilegal – os seus apoiadores logísticos ganham muito dinheiro com o apoio logístico ao garimpo – e também para os receptadores do ouro, que são os que mais lucram com essa atividade ilegal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu acho é que nós podemos fazer este momento? Em primeiro lugar, pensar numa solução que seja a legalização do garimpo na Terra Indígena Yanomami. Nós precisamos ter muito cuidado quando nós discutimos regulamentação da atividade do garimpo na terra indígena, porque a colocação de garimpo em terra indígena de povo indígena de recente contato é uma receita para o desastre. O perfil étnico muito sensível dessa população não recomenda qualquer atividade dissonante da cultura de uma população de recente contato. É muito diferente discutir a Terra Indígena Yanomami e a Raposa Serra do Sol, por exemplo, num contexto aqui de Roraima. Os impactos do garimpo são muito mais intensos quando a gente fala da população ianomâmi. E a possibilidade de fiscalização desse tipo de atividade no meio da Floresta Amazônica é muito baixa. Então, é uma receita, na minha opinião, como Procurador da República atuando diretamente na questão indígena, para o desastre colocar garimpo no território ianomâmi.

Eu acho que este é um momento importante para a gente não discutir tão somente a regulamentação de garimpo, mas discutir modelos alternativos para a economia da Amazônia. Então, sair desse modelo extrativista, em que se discute tão somente garimpo, agronegócio, e discutir modelos alternativos de economia para a Região Amazônica eu acho que é uma relevante discussão que os políticos de Roraima podem fazer e contribuir para essa discussão nacional e internacional sobre a Amazônia.

Fechando esse tema da proteção territorial e garimpo, entro um pouco na saúde, muito rapidamente. Nós temos algumas atuações significativas, emblemáticas na saúde indígena. A primeira delas começa em 2021, no final de 2021. Uma recomendação do Ministério Público Federal recomendava ao Ministério da Saúde uma completa reformulação da saúde indígena. Nós identificamos naquele momento uma alta dos principais indicadores de saúde no território ianomâmi. Falo aqui da mortalidade infantil, que cresce e chega, desde a década de 2000 e 2010, ao seu mais alto índice em 2021, superando uma taxa de mais de cem mortos por mil nascidos vivos, que é a taxa de mortalidade infantil, até um ano de idade; da persistência dos indicadores de subnutrição, metade das crianças subnutridas de maneira geral – no território ianomâmi e em algumas comunidades, até 80% das crianças subnutridas –; e da questão da malária, o surto que a Terra Yanomami vive de malária, para os senhores terem uma ideia: apenas quase metade dos casos de malárias em todas as terras indígenas do Brasil acontece no território ianomâmi, o que é bastante grave – em alguns locais, os indígenas pegam até três vezes malária no mesmo ano.

Esses indicadores levaram o Ministério Público Federal a identificar uma crise de gestão na saúde indígena no Dsei Yanomami, que é o órgão de saúde que realiza, que presta o serviço de saúde no território ianomâmi, e nós recomendamos ali uma completa reformulação, passando pelo redirecionamento dos profissionais de saúde, pela contratação de mais horas de voo para dar conta de toda imensidão do território, formulação de projetos para os agravos mais específicos, agravos de saúde mais importantes, mais relevantes no território ianomâmi e outras medidas importantes para aperfeiçoar a saúde. Em 2022, o que nós observamos foi a intensificação dessa crise de saúde no território, não só do ponto de vista da gestão, mas do ponto de vista também desses indicadores de saúde. Em 2022, nós tivemos denúncias graves de falta de medicamento nos postos de saúde, de medicamentos essenciais. Nós investigamos isso e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descobrimos um possível esquema de desvio de recursos públicos para aquisição de medicamentos essenciais, o que gerou um desabastecimento farmacêutico generalizado nos postos de saúde. Então, doenças leves, como uma verminose, que são doenças facilmente tratáveis, evoluíram para um quadro muito grave, gerando um aumento de remoções para os hospitais em Boa Vista. O número de remoções, em 2021 e 2022, aumenta em 150%. Remoções é um dado bastante confiável, porque demonstra que doenças simples evoluíram para um quadro grave, exigindo um atendimento de média e alta complexidade para aquele paciente. E eu estou falando de um número de remoções de crianças em condições de subnutrição, que aumentou 150%, demonstrando muito bem a evolução da crise da saúde ianomâmi.

Nós investigamos, descobrimos um possível esquema de desvio de recursos públicos no Dsei ianomâmi para aquisição de medicamentos essenciais, que são esses 3 milhões que foram citados aí para aquisição de medicamentos essenciais. Praticamente, apenas, se eu não me engano, 800 mil foram executados, e, desses 800 mil, nem 10% efetivamente chegaram aos ianomâmis. Então, para as senhoras e os senhores terem uma ideia, só para o tratamento de verminose, 10 mil crianças foram prejudicadas, não foram atendidas nessa assistência, nesse atendimento para a verminose, o que gerou uma crise importante na saúde ianomâmi, porque a subnutrição acabou sendo agravada e, ainda, doenças oportunistas, como a malária e outras doenças respiratórias, agravavam o quadro de saúde dessa criança. Fato é que, no final de 2022, depois de um ano da recomendação do Ministério Público para a completa reformulação da saúde indígena, em novembro de 2022, nós recomendamos a intervenção do Ministério da Saúde no Dsei ianomâmi porque entendemos que a gestão que ali ocorria – historicamente ocorria, não era só aquela gestão daquele momento –, a gestão, os coordenadores de saúde indígena não tinham experiência técnica suficiente para lidar com a saúde indígena e para lidar com povos indígenas em geral, que era um tópico, um ponto determinante para a evolução dessa crise.

Recomendamos também a instalação de uma sala de situação. Naquele momento, vislumbrávamos que o Dsei ianomâmi, as autoridades sanitárias locais não seriam capazes de dar conta dessa crise e isso, necessariamente, deveria ser debatido pela sociedade brasileira como um todo. Após a mudança de gestão no Governo Federal, essa recomendação é acatada, a sala de situação é instalada e, nós, depois, observamos todo o desdobramento dessa crise com a declaração de emergência pública e as medidas emergenciais que estão sendo feitas hoje.

Na minha opinião, a solução hoje... Obviamente, isso está sendo discutido nos mais diversos fóruns de deliberação instituídos pelo Governo Federal, como o Comitê de Emergência nacional e local a respeito da crise ianomâmi, mas isso passa, necessariamente, pela execução de repostas emergenciais que estão sendo hoje executadas, tanto de tratamento dos casos mais graves quanto com medidas para prover a alimentação emergencial aos indígenas ianomâmis, com a entrega de cestas básicas, por exemplo, mas é preciso pensar em medidas de longo prazo também: a reestruturação da saúde indígena, que haja um redimensionamento dos profissionais de saúde, uma melhoria dos estabelecimentos médicos, mas é preciso também pensar em medidas de segurança alimentar, pois o meio ambiente de muitas comunidades foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completamente degradado, então, sequer possuem a possibilidade de autossustentabilidade através de orçados próprios dessas unidades.

Será importante esse trabalho da Funai e da Sesai no sentido da segurança alimentar. E é necessário pensar também numa coisa que eu sempre trabalho aqui com os ianomâmis, mas a isso não tem sido dada uma relevância adequada, que é a questão das escolas ianomâmis, que hoje foram completamente sucateadas e os ianomâmis não estão tendo educação, com nenhuma resposta de um prazo... Essa passa a ser uma discussão também da educação ianomâmi, que nós temos feito aqui na Procuradoria da República.

Mas eu finalizo. Por fim, quero dizer que nós não temos ainda o conhecimento da dimensão exata da crise sanitária ianomâmi. Há uma imensa subnotificação de dados, fechamentos de unidades de saúde levaram a essa subnotificação de dados; os relatórios dos profissionais de saúde e das equipes que entram no território ianomâmi é de que essa crise é muito maior e muito mais grave do que o que tem sido noticiado e do que os números da Saúde têm demonstrado. Então, nós estamos ainda por contar a história completa dessa crise ianomâmi. E espero poder contribuir com os senhores nessa discussão.

Nesse sentido, Senador, encerro minha fala e fico à disposição para eventuais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Para interpelar.) – Bom dia, Dr. Alisson. Muito obrigado pela sua participação importante nesta Comissão.

Dr. Alisson, eu, na década de 90, em 1989, 1990, na época em que fui coordenador da Fundação Nacional de Saúde, quando era atribuição institucional a atenção aos indígenas do Brasil, coordenei a construção do Distrito Sanitário Yanomami, o projeto-piloto que deu origem aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas do Brasil, segundo o modelo que foi implantado a partir daí.

O senhor sabe que nós temos 37 polos base dentro da reserva que são estruturas muito, muito precárias desde àquela época, porque nós temos... Não sei se o senhor visitou esses polos, mas é muito difícil construir dentro da reserva. Tudo de que se precisa para construir uma estrutura de saúde dentro da reserva tem que ser levado de Boa Vista por aviões monomotores ou eventualmente para Surucucu e daí fazer as pernas, porque as duas pistas homologadas dentro da reserva são Surucucu e Auari, que têm o poder público ali presente através do Exército. O senhor conhece muito bem.

Então, realmente essa fragilidade na atenção à saúde indígena não é de agora, é desde aquela época. E o que nós fazemos dentro da reserva é tratar verminose, tratar doenças mais simples no espectro da atenção primária. E eu costumo dizer que o que de mais efetivo há na atenção à saúde indígena dentro da Reserva Yanomami são as remoções, porque, como o senhor falou, os indígenas geneticamente têm uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compleição mais frágil, eles são muito suscetíveis a infecções respiratórias, à malária grave; e a malária grave, aqui é bom que se diga, sempre foi endêmica na área indígena.

Nós tivemos um programa que se chamou PCMAM (Projeto de Controle da Malária na Bacia Amazônica), que foi financiado pelo Banco Mundial. À época, eu era Coordenador da Funasa, e nós fizemos um trabalho muito grande de controle da malária, tanto na área ianomâmi quanto nas áreas da Raposa Serra do Sol. Preparamos agentes microscopistas de saúde, em convênio com o CIR, para ajudarem no diagnóstico rápido e tratamento rápido nas comunidades, tentando cortar assim o elo de transmissão e diminuir os índices de malária, o que conseguimos fazer àquela época.

Mas é algo muito difícil a vacinação em área indígena, através de busca ativa, através de deslocamento de pessoal dentro da área, porque há muitas malocas que não têm os campos de pouso, porque as pistas dessa reserva, à exceção dessas duas de que eu falei, são pistas que foram construídas ao longo de 80 anos de presença de garimpeiros nessa área, porque você sabe que nós temos mais de um Portugal de dimensão na nossa reserva. Do outro lado da nossa fronteira, que é uma fronteira virtual – a gente não consegue nem ver de cima onde é o limite do Brasil, a não ser com GPS, através de aparelhos por satélite –, nós temos também duas Suíças do outro lado, que são o Parque Nacional Yanomami, na Venezuela, onde os índios transitam ali, no Homoxi até Parafuri, vão de lá para cá, daqui para lá. É muito difícil. Assim como o senhor diz, os dados não são fidedignos. Então, a gente não pode dizer... Até, a gente não pode nem dizer se a crise aconteceu agora ou se essa população já vive numa situação de vulnerabilidade durante muito tempo.

Eu queria que o senhor fizesse uma consideração a respeito de tudo isso, porque eu acabei de dizer aqui, nesta Comissão, Dr. Alisson, que a nossa reserva, graças a Deus – eu voei lá há pouco tempo –, cerca de 90%, 95% dela está absolutamente preservada. Quando a gente voa de Boa Vista para Surucucu, a gente margeia o Rio Mucajaí, onde há vários pontos de garimpo, Rio Catrimâni também, até o Couto de Magalhães, além de Homoxi, que está quase na fronteira, que está praticamente na fronteira – o Homoxi deve estar na fronteira com a Venezuela –, nós temos, no lado direito da reserva, uma situação de muita preservação. Nós temos uma floresta densa, uma floresta tropical muito fechada onde a gente, felizmente, não vê clareiras de garimpo.

Eu queria que o senhor falasse um pouco dessa situação. Não sei se o senhor teve uma visão geral da nossa reserva, mas eu quero parabenizá-lo pelo posicionamento e pelos esclarecimentos, que serão muito bem aproveitados pela nossa Comissão.

Muito obrigado pela sua participação.

O SR. ALISSON MARUGAL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Eu estive lá, na Terra Indígena Yanomami, algumas vezes, inclusive em sobrevoo à região de Homoxi, Rio Mucajaí, Rio Uraricoera, e um detalhe, um fato: hoje, em 2021, se eu não me engano, foram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase 2 mil hectares de degradação ambiental; em 2022, do mesmo modo, quase 2 mil hectares de degradação ambiental. Efetivamente, se nós falarmos em 10 milhões de hectares, ocupam uma dimensão muito pequena no território ianomâmi, mas o impacto é gigantesco, primeiro, porque há uma sobreposição dos garimpos ilegais com as comunidades indígenas. Geralmente os garimpos ilegais ficam nas calhas dos rios, no Rio Uraricoera, no Rio Mucajaí e no Rio Parimé também, onde há muita balsa para a atividade de extração ilegal de minérios.

Então, o impacto não é nem a dimensão que o garimpo assume, considerando toda a dimensão do território ianomâmi, mas é a sobreposição desses garimpos com as comunidades indígenas e a poluição ambiental que esse garimpo traz, a contaminação dos rios. Se o senhor observar, o Rio Mucajaí já tem uma coloração diferente do que era antes. Eu estive aqui, cheguei em 2020, e já noto essa diferença. O assoreamento dos rios é algo evidente, e a contaminação da fauna aquática também é determinante, porque o mercúrio contamina os peixes, que, por sua vez, contaminam os seres humanos pelo consumo da carne dos peixes, gerando um impacto gigantesco em toda uma geração de famílias ianomâmis. Então, o fato de pequena parte estar degradada não quer dizer que o impacto não seja gigantesco – e, de fato, é.

Eu estive na comunidade homoxi, em Xitei, o meio ambiente completamente degradado naquela região. Os indígenas não têm mais local para fazer as suas roças, os rios estão completamente contaminados e os indígenas fazem uso dessa água. Então, o impacto é imenso. E é estimado que pelo menos 16 mil indígenas sejam afetados pela atividade de garimpo ilegal.

A cabeceira do Rio Parima, Senador, não existe mais; no Mucajaí, da mesma forma. A cabeceira desses rios está completamente degradada, o que é bastante preocupante.

Acho que V. Exa. quer falar alguma coisa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Não, eu queria só perguntar... O senhor desculpe eu lhe interromper. Eu queria lhe perguntar se o senhor tem acesso a alguma pesquisa fidedigna sobre o teor de mercúrio nos rios, tanto no Rio Uraricoera, quanto no Rio Mucajaí, Parima. O senhor tem algum conhecimento de pesquisas de entidades que têm *expertise* na matéria? Porque eu não consegui ainda ter acesso a nenhuma pesquisa fidedigna sobre o teor de contaminação do mercúrio nesses rios. Se o senhor pudesse nos esclarecer, isso seria de muita importância para a nossa Comissão.

Muito obrigado.

O SR. ALISSON MARUGAL (Por videoconferência.) – A Fiocruz tem um estudo, se eu não me engano, de 2014, na região de uiacás e na região de papiú. Foi talvez, eu acho, o primeiro... Tem um estudo da década de 90 também, mas, mais recentemente, o estudo é de 2014, da Fiocruz.

A Fiocruz, no ano passado, fez um estudo também em Mucajaí, que é uma área que ainda não tinha sido pesquisada. Esse estudo ainda está pendente de publicação. E a Fiocruz, junto com o COE Yanomami,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produziu um projeto de pesquisa dos impactos do mercúrio no território ianomâmi. Talvez seja a maior pesquisa do impacto de mercúrio já feita no Brasil, mas ainda está em produção.

Então, o que nós temos são os estudos da Região Amazônica sobre mercúrio. Mais especificamente, do território ianomâmi, pelo que me recordo, a pesquisa feita pela Fiocruz alguns anos atrás – se eu não me engano, em 2014 – demonstra bem a contaminação do mercúrio nas comunidades, especialmente na comunidade de aracaçá – eu estive lá em aracaçá e vi a situação completamente degradada da comunidade, a desestruturação que o garimpo provoca. E ali os indígenas estão altamente contaminados pelo mercúrio.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – A Agência Nacional de Mineração tem tido alguma ação em relação ao garimpo ilegal, Procurador?

O SR. ALISSON MARUGAL (*Por videoconferência.*) – O Ministério Público Federal tem uma ação civil pública contra a Agência Nacional de... Duas, na verdade. A primeira é uma ação que pleiteava o cancelamento dos requerimentos de mineração no território ianomâmi. A Agência Nacional de Mineração não indeferia esses requerimentos. Ainda que a atividade de mineração seja proibida em terra indígena, não indeferia esses requerimentos, apenas os sobrestava. Isso gerou até, digamos, um mercado negro de venda de requerimentos minerários na Agência Nacional de Mineração. E isso, de toda forma, criava uma expectativa no titular desse requerimento do direito de preferência. Então, se eventualmente a atividade viesse a ser legalizada, aquele que requereu primeiro teria direito sobre aquela área.

Nós temos uma ação civil pública pendente de julgamento no TRF1 – se eu não me engano, a orientação do Governo Federal mudou, e esses requerimentos serão indeferidos. E nós temos uma segunda ação civil pública contra a Agência Nacional de Mineração para que, em leilão de todo minério apreendido, especialmente a cassiterita, os valores resultantes desse leilão sejam destinados à proteção do território ianomâmi.

Então, a Agência Nacional de Mineração contribuía para essa crise, na medida em que não indeferia os requerimentos minerários, e também lucrava com essa crise, na medida em que incorporava os valores resultantes da venda de minérios apreendidos no território ianomâmi. Então, estimulava a crise e lucrava com ela, o que, para o Ministério Público, sempre soou como uma contradição, por isso nós fomos à Justiça, obtivemos a liminar e, recentemente, foi realizado o leilão de cassiterita, no valor de 2 milhões, que devem ser revertidos para a proteção do território ianomâmi.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer a participação do...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – Posso, Presidente?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– A Senadora Damares Alves está pedindo a palavra.

V. Exa. tem cinco minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Dr. Alisson, primeiro, parabéns pelo trabalho que o Ministério Público está fazendo. Nós estamos esperando mesmo que, desta vez, a gente resolva todo esse impasse que está acontecendo na comunidade ianomâmi.

Eu estava olhando, Doutor, e, de 2017 para cá, com base nas ações civis públicas que eu pude buscar aqui, foram mais de 30 operações em área ianomâmi de fiscalização em relação ao garimpo. Eu filtrei aqui 2021 e 2022. Apenas em 2021 e 2022, foram 111 aeronaves apreendidas, 30 mil quilos de minérios, 38 prisões, 22 postos de combustíveis interditados e 87 pistas de pouso clandestinas fiscalizadas.

Eu não tenho, Doutor... Eu não tive acesso ainda ao relatório agora dessa operação coordenada que está sendo feita. Tem ideia de quantas aeronaves foram apreendidas, de quantas prisões aconteceram no último mês?

E me dá uma esperança, Doutor, de que agora os garimpeiros ilegais não vão voltar mais para a área, porque, depois de 30... E estou contando só de 2017 para cá, todas com a participação da Funai, do Exército, do Ministério do Meio Ambiente... Agora, Doutor, nós teremos uma medida assertiva de que os garimpeiros não voltarão? Como é que o Ministério Público tem visto as novas operações?

Se puder nos dar dados de quantas prisões, quantas aeronaves, quantos postos interditados, quantas pistas nessa última operação...

O SR. ALISSON MARUGAL (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senadora Damares. Prazer conversar com a senhora.

Eu não tenho ainda... Sobre a operação que atualmente está sendo executada, eu não tenho o relatório definitivo. O que nós temos são relatórios preliminares. Inclusive, um divulgado recentemente na imprensa dá conta de que 200 acampamentos de garimpo foram fiscalizados e destruídos. Não sei exatamente o quantitativo de aeronaves, acho que o quantitativo deve ser menor, justamente porque há uma liberação do tráfego aéreo para retirada de garimpeiros. Então, essa atividade de fiscalização tem sido prejudicada nesse sentido, porque há o espaço aéreo livre para retirada de garimpeiros.

De fato, os números das operações anteriores são expressivos. A senhora disse 111 aeronaves fiscalizadas. Boa parte dessas aeronaves – talvez um terço ou metade dessas aeronaves – voltou para a atividade de apoio logístico ao garimpo, porque foram apreendidas, mas um terceiro foi nomeado depositário fiel, não foram destruídas. Elas foram apreendidas, mas não foram destruídas, e um terceiro ficou como o chamado depositário fiel para aquele bem. Obviamente, o depositário não teve o cuidado com



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aquele bem, e essa aeronave acabou voltando à atividade de apoio logístico ao garimpo, daí a importância – o Ministério Público Federal tem insistido neste sentido – de destruição das aeronaves como uma medida importantíssima para combater o garimpo ilegal, considerando a impossibilidade logística de apreensão desse bem, da destinação desse bem por parte da Polícia Federal. Ninguém quer destruir bem, obviamente. Pode ser um valor interessante para a comunidade indígena, mas, desde que não haja a possibilidade de transferência desse bem, a impossibilidade logística desse bem, é importante a medida de destruição.

O diagnóstico é: as operações estão sendo bem-sucedidas nesse início. Como eu disse anteriormente, houve uma queda de 80% da expansão do garimpo ilegal, e a gente sabe que os garimpeiros continuam a sair do território ianomâmi, embora alguns sejam resistentes e continuem no território – mas esses sofrerão as operações da Polícia Federal e do Ibama também.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer a participação do Sr. Alisson Marugal, representando o Sr. Miguel de Almeida Lima, Procurador-chefe da Procuradoria-Geral da República em Roraima. V. Sa. deu várias contribuições, e tenho certeza de que vão ser de extrema valia para esta Comissão. O Relator, inclusive, estava acompanhando com muita atenção as manifestações, pelo conhecimento, pela presença do Sr. Alisson Marugal nessas operações. Quero aqui, mais uma vez, agradecer a sua participação.

Sr. Márcio Santilli, sócio-fundador do Instituto Socioambiental (ISA), representando a Presidente da instituição, a Dra. Deborah Lima.

V. Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Francisco Rodrigues! É uma satisfação poder revê-lo.

Eu quero também cumprimentar o Senador Dr. Hiran, Relator desta Comissão Externa, e as Senadoras presentes a esta sessão. E também quero expressar a minha honra de poder compartilhar esta audiência com o Reverendo Geraldo e com o Dr. Alisson, do Ministério Público, e espero poder trazer alguma contribuição aos trabalhos que vêm sendo realizados por esta Comissão.

Eu lamento apenas que nós estejamos nos reunindo neste momento por um motivo tão grave que é essa situação de genocídio que se constituiu na Terra Indígena Yanomami, no Estado de Roraima, ao longo desses últimos anos recentes.

Nós temos acompanhado a evolução da escalada nesse processo de genocídio nos últimos anos com muita preocupação, e nos espanta o fato de que, apesar de terem sido feitas inúmeras denúncias ao longo desses últimos três anos, que dão conta do agravamento da situação de fato existente no território indígena, apenas agora após a mudança de Governo, quando vieram a público os relatórios mais recentes da Sesai, dando conta do óbito de 570 crianças nos últimos dois anos, e também vieram a público imagens





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrangeiras sobre a situação familiar em que se encontram vários grupos indígenas, é que, afinal, o Governo Federal passa a tomar providências mais consistentes no sentido de promover desintrusão no território indígena e ações emergenciais de saúde e suprimento alimentar que possam fazer frente, ainda que provisoriamente, a essa situação dramática que tem sido vivida por várias comunidades dentro do território indígena.

Eu tive a preocupação, nesses últimos dias que antecederam esta audiência, de procurar reunir todas as manifestações de diversas instituições públicas e privadas, notícias publicadas pelos órgãos de comunicação e pela imprensa escrita, relatórios, ofícios encaminhados a diversos órgãos públicos e a diversos órgãos de controle do Estado brasileiro, decisões judiciais tomadas em relação a essa grave situação que se constata no território indígena. E assombra a quantidade de manifestações públicas que foram feitas ao longo desses últimos anos e que, no entanto, não resultaram, nesse período, em providências suficientemente consistentes para dar cabo dessa situação dramática vivida pelo povo ianomâmi.

Eu recolhi aqui essas manifestações, fiz questão de imprimi-las, Senador Francisco, e vou fazer chegar às suas mãos todas essas manifestações que eu pude recolher. Evidentemente que uma parte delas, as notícias televisivas e radiofônicas evidentemente não posso coletar dessa mesma forma, mas farei chegar às suas mãos esse dossiê que eu pude reunir.

Para que o senhor tenha uma ideia, apenas nesses últimos dois anos e somente na Hutukara, que é uma das organizações representativas do povo ianomâmi, eu recolhi aqui 34 ofícios encaminhados a diferentes órgãos públicos federais, em diferentes órgãos de controle, dando conta do agravamento em escalada da situação humanitária no território ianomâmi.

Eu não sei se será possível vocês visualizarem este gráfico, mas ele apresenta duas curvas. Essa curva azul é a área desmatada pela atividade garimpeira nos últimos anos, dentro do território indígena; e essa curva vermelha, essa linha vermelha, expressa o aumento nos casos de malária constatados dentro do território indígena. Então, a gente vê que, de 2017 para cá, houve uma escalada brutal inédita na devastação de áreas dentro do território ianomâmi provocada pela atividade garimpeira e, ao mesmo tempo, uma escalada impressionante na ocorrência de casos de malária, mostrando que há uma correlação direta entre a presença dos invasores e o agravamento da situação de saúde das comunidades mais diretamente afetadas pela presença de garimpeiros dentro do território indígena.

Então, nós já assistimos, no passado, a outras situações lamentáveis em relação à presença de invasores no território indígena, mas nada que se possa comparar a essa escalada observada, quantificada e comprovada ocorrida nesses últimos três anos e que levou a essa situação de fato que justificou a própria constituição desta Comissão Externa no âmbito do Senado Federal.

Então, eu espero arduamente que o Governo Federal e também o Congresso Nacional – e especificamente esta Comissão – possam dar cabo da sua missão, possam formular um conjunto de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propostas, de medidas, de ações por parte do Governo que levem à superação desse estado de genocídio que tem sido constatado e, ao mesmo tempo, que abra uma perspectiva para a implementação de novas políticas e do próprio processo de gestão territorial do território ianomâmi para que tal situação não volte a ocorrer no futuro.

Então, esse é o nosso desejo. Nós esperamos que, com esse objetivo, os senhores e as senhoras possam realizar um trabalho consistente nessa oportunidade de atuação da Comissão Externa Yanomami.

Eu vou ficar nessas considerações iniciais e deixá-los aí à vontade para fazerem as indagações, de modo que eu possa prestar os esclarecimentos possíveis diante das perguntas de V. Exas.

Obrigado pela atenção.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Sr. Márcio, bom dia. Obrigado por sua participação.

Eu queria aqui só questionar. O senhor coloca essa crise humanitária ianomâmi – com a qual nós nos sensibilizamos muito... Aliás algumas imagens de indígenas em condições de subnutrição são impactantes, não resta dúvida. Eu, como médico, me sensibilizo com isso e todos nós nos sensibilizamos com isso. Quem tem acesso àquelas imagens não tem como deixar de se preocupar com o sofrimento das pessoas.

Mas a gente considerar essa questão genocídio, eu acho que isso carece de aspectos inclusive técnicos. Porque, quando eu fui, lá atrás, coordenador da Funasa, nós tínhamos – sempre uma expectativa populacional, porque nós não temos um censo fidedigno ianomâmi – ali entre 6 e 7 mil indígenas daquela época e agora nós temos, hoje se especula... Está-se fazendo um censo e eu acredito que nós vamos ter mais de 20 mil indígenas. Quer dizer, numa população que cresce... E nós temos lá muitas crianças, a reserva, vejo, a gente tem conhecimento... Eu fico assim pensando: a Venezuela tem 6 milhões de pessoas que saíram do país e vivem em situação de vulnerabilidade no mundo todo. Só na Colômbia, nós temos 2 milhões de venezuelanos vivendo em situação de muita vulnerabilidade. Em Boa Vista, 10% da população já é de venezuelanos, venezuelanos em 12 abrigos. E aqui mesmo, quando nós saímos aqui, Senadora Damares, nos semáforos ali perto da CNI, aqui no centro da cidade tem muitos venezuelanos pedindo esmola nas ruas. Quer dizer, eu vejo pessoas falando em genocídio ianomâmi, mas não vejo as pessoas falando em genocídio venezuelano. Eu acho que nós temos que ter muito cuidado quando colocamos essa questão assim, porque eu acho que genocídio não corresponde à realidade na área indígena lá. Eu queria que o senhor fizesse uma consideração em relação a isso.

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Dr. Hiran, em primeiro lugar, eu acho que não há o menor termo de comparação entre a situação dos refugiados venezuelanos e a situação das comunidades ianomâmis, que têm o seu território invadido por pessoas vindas de fora, que realizam atividades altamente impactantes, que destroem os cursos d'água, que contaminam de mercúrio os rios e que transmitem doenças para as quais essas comunidades não têm nenhuma imunidade nem tão pouco os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos necessários para que possam resistir a essa situação. E os números estão aí: 570 crianças com menos de cinco anos mortas nos últimos dois anos.

Não temos, se não há algum engano, um número equivalente que se possa atribuir a essa situação, certamente grave, certamente indesejável, que afeta os venezuelanos, inclusive aqueles que migram da Venezuela para Roraima e para o nosso país. Então, são situações incomparáveis. Nós estamos falando de um povo indígena de contato relativamente recente com a sociedade nacional, que não tem a menor condição de suportar a presença de milhares de invasores, transmitindo doenças, introduzindo álcool, drogas, armas e outros instrumentos de violência, da prática de violência dentro do território indígena. Trata-se de uma invasão, Dr. Hiran. Portanto, eu acho que as situações não são de forma nenhuma passíveis de comparação.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Eu queria lhe dizer que eu concordo plenamente com o senhor quando diz que é uma invasão. E concordo: nós todos aqui somos contrários a esse modelo de garimpo que está acontecendo na terra ianomâmi, somos contrários a isso. Inclusive, eu já me manifestei sobre isso muitas vezes. Que não fique aqui, que não se crie nenhuma versão em relação ao que nós estamos colocando.

Eu só estou colocando a questão de genocídio. Genocídio é crime contra a humanidade. E eu vejo ali que nós temos... O senhor diz que o contato é relativamente recente. Eu diria que nós temos garimpo ilegal dentro de terra indígena no país – e lá na dos ianomâmis não é diferente –, nós temos a presença de garimpeiros há mais de 80 anos. Nós temos garimpo no Tepequém, nós temos garimpo na Raposa Serra do Sol, que são seculares.

Mas eu acho que, quando a gente fala em genocídio, a gente, inclusive, incrimina o poder público. E o poder público está lá dentro tentando fazer atenção às comunidades indígenas, como as instituições públicas federais e o próprio Governo de Roraima, que tem feito um trabalho nas comunidades indígenas, não na ianomâmi, um trabalho muito interessante, bem avaliado, inclusive.

É por isso que eu acho que a gente tem que ter um pouco de cuidado para não se criarem versões que não se correspondam à realidade, mas quero reforçar aqui ao senhor que realmente eu sou absolutamente contrário ao garimpo da maneira como é feito.

Inclusive, eu me preocupo muito com esses operários de garimpo, os mais pobres, que ficaram lá. O senhor sabe que quem financia já não está mais lá. Mas que esses garimpeiros que nós temos lá, cerca de 500 a 800 garimpeiros, ainda dentro da área indígena, possam sair de lá em segurança, porque são pessoas que estão lá tentando sobreviver, tentando ganhar alguma coisa para dar suporte às suas famílias. Eles, realmente, às vezes, não têm nem dimensão daquilo que podem causar ao meio ambiente e àquele povo indígena lá, que tem muita suscetibilidade, como já disse aqui, a infecções respiratórias, malária grave, pneumonia, gripe, enfim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero deixar claro que sou contra, absolutamente contra essa maneira que está acontecendo lá no nosso estado, desse garimpo extremamente predatório para o meio ambiente e muito agressivo para as populações naturais.

Presidente, eu gostaria inclusive de salientar aqui a todos que nós temos um compromisso, nós temos uma agenda importante lá para o nosso estado, e eu acho que nós vamos ter que dar uma acelerada na nossa audiência, porque vou precisar sair.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa. pode se ausentar, porque nós estamos concluindo o último convidado.

Acredito que a Senadora Damares quer se manifestar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – É só um minuto.

Sr. Márcio, obrigada por estar na audiência conosco. Eu só queria reforçar o que o Senador Hiran falou: quando se fala de genocídio, coloca todo o poder público... Nós temos oito Deputados Federais de Roraima, três Senadores, sendo um Senador chegando à Casa agora, inclusive médico. Nós temos um Governador, nós temos Prefeito na região, nós temos um Governo Federal. É como se todo mundo acordasse pela manhã, Sr. Márcio, e dissesse: "Hoje nós vamos matar todos os ianomâmis!". Isso seria genocídio, mas eu vejo o poder público se esforçando.

Vamos ter que melhorar a gestão de saúde? Vamos. Inclusive, quando o senhor foi Presidente da Funai, nos anos 1995, 1996, essa crise já estava lá. Os atuais gestores estão herdando uma crise histórica. A gente apresenta o orçamento do poder público, quanto o poder público está investindo na área. Precisamos melhorar a gestão? Precisamos. Nós precisamos conhecer também o orçamento das ONGs que estão na área, quanto vocês estão arrecadando para nos ajudar a cuidar dos índios ianomâmis. A gente vai falar isso num outro momento.

Sr. Santilli, ajude-nos com a experiência que o senhor tem, para que o poder público encontre o caminho certo, e a gente encontre a solução.

Eu quero cumprimentar os Senadores de Roraima, que estão se empenhando muito, para que a gente possa encontrar uma resposta para toda essa crise, considerando que, nessa crise agora, nós temos um fluxo migratório e uma pandemia que agravaram muito a situação, diferentemente de 1995 e dos anos anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu concedo a palavra ao nobre convidado Márcio Santilli, para fazer as suas considerações em relação às últimas manifestações.

V. Sa. tem cinco minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO SANTILLI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senadora, não há a menor dúvida de que a omissão do Governo Federal, nestes últimos dois anos, é um fator determinante da escalada da invasão garimpeira no território ianomâmi e da constituição dessa situação humanitária lamentável que se encontra atualmente e que justificou a constituição desta Comissão Externa.

A situação que havia no território ianomâmi, em 1995, 1996, quando eu tive a honra de ocupar a Presidência da Funai, nem de longe se compara a essa situação de genocídio que se constata hoje no território ianomâmi. Havia, sim, a presença de pequenos grupos de garimpeiros dispersos pelo território, mas nem de longe uma situação sanitária comparável à que existe atualmente, não é? Houve uma melhora muito substantiva da situação de fato, da situação de vida do povo ianomâmi, a partir da demarcação do território indígena, em 1992, durante o Governo de Collor, e apenas nestes últimos anos recentes que se reconstituiu essa situação gravíssima a que nós estamos assistindo presentemente no Estado de Roraima.

Não há dúvida nenhuma de que a responsabilidade do Governo Federal nesses últimos três anos foi maior, definitiva e decisiva para que nós chegássemos a essa situação de fato. As evidências são inúmeras, Senadores, inclusive as decisões judiciais que foram tomadas exigindo a instalação de barreiras sanitárias de proteção aos povos indígenas, exigindo a desintrusão dos invasores do território indígena, decisões essas que não foram cumpridas pelo Governo Federal no mandato anterior.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer a participação do nobre convidado que prestou relevantes serviços à Funai à época em que fora Presidente e dizer que suas contribuições são muito importantes. Ficamos, inclusive, Dr. Márcio, aguardando essa série de informações e relatórios que V. Sa. apresentou aqui nesta sessão, porque tenho certeza de que vão ser muito bem aproveitadas e anexadas ao relatório do Relator, Senador Dr. Hiran. Então, ficamos muito gratos a V. Sa. por essa participação extremamente efetiva nesta Comissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer... Não sei se V. Exa. está finalizando a reunião, mas eu queria fazer um apelo ao senhor como Presidente desta Comissão sobre as reuniões na quarta-feira pela manhã, porque eu estou vendo aqui que saiu o rito semanal da CCJ na quarta pela manhã. Se a gente pudesse colocar ou bem mais cedo ou um pouco mais tarde na quarta-feira, ou realmente retirar da quarta-feira, por uma razão: a CCJ é a principal Comissão desta Casa. Então, todos os projetos passam pela Comissão. A gente fica se dividindo. Por exemplo, eu acabei não participando da reunião porque eu estava com três projetos na CCJ. Então, se



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a gente pudesse fazer essa adequação com a Secretaria da Comissão, a gente poderia aproveitar melhor todos os Senadores nas reuniões aqui da Comissão. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu recolho a sua manifestação, até porque eu faço parte de quatro Comissões importantes, e normalmente às terças e às quartas-feiras as reuniões são realizadas na parte da manhã. Temos duas alternativas: a primeira é nós continuarmos fazendo também às terças-feiras e na quarta às 8h da manhã, porque é uma Comissão temporária que em menos de 120 dias vai se encerrar, eu espero, e logicamente, nós aproveitaríamos o tempo. Todos os Parlamentares que são membros efetivos da Comissão deverão estar presentes.

Então, vamos determinar à assessoria que faça as convocações a partir das 8h da manhã, porque até as 10h nós já teremos concluído.

Estava prevista ainda hoje a participação de uma indicação do Ministério dos Povos Indígenas como o representante dos povos indígenas da Terra Indígena Yanomami. Comunico que os convidados, a pedido do Ministério, serão ouvidos na audiência de amanhã.

Votação em globo.

Para a segunda parte desta reunião, proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação em globo dos seguintes itens da pauta.

2ª PARTE**ITEM 1****Requerimento Nº 10, de 2023**

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre a crise sanitária da Terra Indígena Yanomami (TIY).

Autoria: Senadora Eliziane Gama

2ª PARTE**ITEM 2****Requerimento Nº 11, de 2023**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 10, ampliação, onde couber, da série temporal das informações solicitadas.

Autoria: Senador Chico Rodrigues

Proponho, ainda, ao Plenário a inclusão do Requerimento 12, de minha autoria, como item extrapauta.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Está incluído. Eu estou fazendo, inclusive, esta manifestação sem a presença física de toda a maioria dos membros porque estão inscritos também *online*.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 3****Requerimento Nº 12, de 2023**

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de tratar sobre as providências que estão sendo adotadas para rastreabilidade da lavra e comercialização do ouro com vistas à resolução do conflito existente em terras indígenas.

Autoria: Senador Chico Rodrigues

Autoria do requerimento, este Presidente. Eu gostaria, inclusive, de ler o teor do item extrapauta.

Esse requerimento refere o seguinte:

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar sobre as providências que estão sendo adotadas para rastreabilidade da lavra e comercialização do ouro com vistas à resolução de conflito existente em terras indígenas.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Banco Central do Brasil;
- representante do Ministério da Fazenda;
- representante do Ministério de Minas e Energia;
- representante da Receita Federal do Brasil;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- representante da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Este requerimento, obviamente, como todos percebem, tem uma importância estratégica para esta Comissão, para que nós possamos saber, na verdade, o rumo, o destino, os valores, etc., etc., dessas comercializações.

Requerimento em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os requerimentos são aprovados.

Votação da ata.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 3ª Reunião – ou seja, da reunião anterior –, solicitando a dispensa da leitura.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dezois de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros com a presença dos Senadores Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Zenaide Maia e Leila Barros e da Deputada Federal Célia Xakriabá, e ainda dos Senadores não membros Rogerio Marinho, Dr. Samuel Araújo, Marcos do Val e Eduardo Gomes. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a visão dos povos indígenas sobre a crise na Terra Indígena Yanomami: causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo para o problema identificado. **Participantes:** DOM ROQUE PALOSCHI, Presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); RENATO MADSEN, Coordenador-Geral de Meio Ambiente da Polícia Federal; MATEUS RICARDO SANUMA, Representante da Ypassali Associação Sanuma; ALBERTO BRAZÃO GOES, Ex-Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi); JUNIOR HEKURARI YANOMAMI, Presidente do Conselho Nacional de Saúde Indígena (CONDISI) (representante de: SONIA BONE GUAJAJARA - Ministra do Ministério dos Povos Indígenas); DÁRIO VITORIO KOPENAWA, Vice-Presidente da Hutukara Associação Yanomami. (representante de: SONIA BONE GUAJAJARA - Ministra do Ministério dos Povos Indígenas); e JÚLIO DAVID MAGALHÃES, Presidente da Associação Wanasseduume Ye'kwana. Telefone (representante de: SONIA BONE GUAJAJARA - Ministra do Ministério dos Povos Indígenas). **Resultado:** Audiência pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/03/16>

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros de suas terras.

A audiência pública de hoje é a segunda parte em atendimento ao item 3.1 do plano de trabalho, com o objetivo de debater a visão dos povos indígenas sobre a crise na Terra Indígena Yanomami, as causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo para o problema identificado.

A presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/e-cidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

Participarão da audiência de hoje Dom Roque Paloschi, Presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi); Renato Madsen, Coordenador-Geral de Meio Ambiente da Polícia Federal; Mateus Ricardo Sanuma, Representante da Ypassali Associação Sanuma, participação por vídeo; Alberto Brazão Goes, ex-Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), Junior Hekurari Yanomami, Presidente do Conselho Nacional de Saúde Indígena (Condisi), que participará por videoconferência; Dário Vitório Kopenawa, Vice-Presidente da Hutukara Associação Yanomami, participação por videoconferência; Júlio David Magalhães, Presidente da Associação Wanasseduume Ye'Kwana, participação por videoconferência.

Os três últimos participantes são representantes indicados pela Ministra dos Povos Indígenas Sônia Bone Guajajara.

Dando início à audiência pública, vou passar a palavra ao Renato Madsen, Coordenador-Geral de Meio Ambiente da Polícia Federal.

Solicitamos que faça parte aqui da Mesa e faça a sua manifestação aqui da Mesa. Muito obrigado.

O SR. RENATO MADSEN (Para expor.) – Bom dia, Senador Presidente Chico Rodrigues. Bom dia a todos.

Sou Renato Madsen e estou como Coordenador-Geral de Proteção da Amazônia e do Meio Ambiente da Polícia Federal. É uma coordenação que faz parte da Diretoria da Amazônia e do Meio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambiente, uma diretoria nova, recém-criada na Polícia Federal, justamente para que a gente possa priorizar essa temática no âmbito da Polícia Federal.

Bom, quanto à Terra Indígena Yanomami, a Polícia Federal tem feito um trabalho integrado com outras forças, capitaneado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o Ministério do Meio Ambiente e também com o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas, com a intenção principal de dar cumprimento às decisões do Supremo Tribunal Federal na ADPF 709, de 2020.

Então, foram criados vários grupos de trabalho, na verdade, para se discutir isso com a profundidade que se merece e, em paralelo, a Polícia Federal começou uma série de ações na região. A principal delas, que ganhou destaque no noticiário, a Operação Libertação, é uma operação integrada também, em que foram feitas ações táticas para a destruição de maquinário que explorava, ilegalmente, mineração dentro da Terra Indígena Yanomami e uma série de operações de polícia judiciária, que são investigações e inquéritos policiais da Polícia Federal com foco na descapitalização, prisão e coleta de elementos de prova sobre as pessoas que financiam o garimpo, que lavam o garimpo, o dinheiro obtido com o garimpo ilegal. Já foram deflagradas três operações com esse enfoque na descapitalização das organizações criminosas e a operação se perpetua.

Basicamente, são dois eixos de ação: esse de ataque e de destruição de maquinário e um segundo eixo de permanência. A ideia é que se permaneça dentro da terra indígena enquanto ainda haja garimpeiro. Grande parte já se retirou. Foram veiculadas imagens na imprensa de muitas retiradas, mas ainda identificamos um ou outro grupo que persiste ali no garimpo. Por isso que as ações continuam.

Em paralelo, a Polícia Federal também está dando apoio à Funai, principalmente, e ao Ministério dos Povos Indígenas e ao Ibama, para a reestruturação de alguns postos, algumas bases que a Funai e a Sesai, principalmente, mantinham lá no território e que foram – algumas – destruídas, outras foram tomadas pelos garimpeiros. Então, a ideia é apoiar esses órgãos para remontar essa base e conseguirem exercer as suas funções com tranquilidade no território ianomâmi.

Então, são essas duas frentes basicamente – uma de ataque e uma de permanência –, em ações integradas na terra indígena, e, em paralelo, as investigações da Polícia Federal para prender, responsabilizar e sequestrar o patrimônio de quem financia essa atividade ilegal e também de lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Então, basicamente, Sr. Presidente, são essas as nossas linhas de ação.

Fico à disposição da Comissão para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O Dr. Renato Madsen fez a sua explanação de uma forma sintética, objetiva, e, obviamente, mostrando quais são os parâmetros que levam ao trabalho da Coordenação-Geral de Meio Ambiente da Polícia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. E é interessante, porque agora todos os Srs. Senadores podem ficar à vontade para formular suas indagações e facilitar, inclusive, na consolidação do relatório final desta Comissão, que espero ser breve.

Eu disse ontem, nobre Senadora Zenaide Maia, que, apesar do prazo de 120 dias que foi dado pelo Presidente Rodrigo Pacheco à Comissão, nós temos tudo para adensar todas essas audiências públicas e, obviamente, num trabalho de síntese, antecipar esse prazo, porque não ela precisa, necessariamente, se prolongar por 120 dias. Desde que todos os esclarecimentos, as orientações, as informações, o processo de retirada, a liberação total da área etc. venham a ser concluídos, esse tempo nós podemos reduzir também, para facilitar, inclusive, as demais operações do Governo, que, a partir daí, vai dar continuidade à proteção dessas áreas dos 9,5 milhões de hectares dos índios ianomâmis que já estão demarcadas.

Então, eu gostaria de fazer este esclarecimento porque V. Exa. não estava presente, e nós vamos continuar agora passando a palavra a V. Exa.

V. Exa. tem cinco minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Já agradeço ao Renato Madsen pelo trabalho, pela presença dos nossos outros convidados – estamos aqui com D. Roque Paloschi – e de todos que vieram aqui.

O que eu queria dizer é o seguinte: a invasão das terras indígenas pelos garimpeiros é comprovada, como foi dito, e a gente sabe dos danos. O que a gente viu, aquela situação daqueles indígenas morrendo, grande parte não só por malária, mas por falta, pela ausência do Estado brasileiro, por falta de medicamento, por falta de alimento, e eu me preocupo quando eu vejo... Eu acho que aquelas imagens daqueles indígenas deixam a gente arrasada, porque eu digo que o pior tipo de tortura é a fome, gente! Você matar pela fome é aquela tortura diária, contínua, e a gente sabe que, com essa invasão das terras indígenas pelo garimpo, os danos não são só locais. A quantidade de mercúrio contaminando os rios, quem come os peixes... Está provado em vários trabalhos porque a gente faz.

E, como falou o nosso Presidente Chico Rodrigues, esta Comissão é justamente que a gente sabe... Quer dizer, o diagnóstico já foi dado. Existe a contaminação, existe a ausência do Governo na defesa desses povos, e as soluções nós já...

Eu acho que a curto prazo é justamente retirar, porque tem algo aqui com que todos nós concordamos: o retorno do garimpo às terras indígenas não é negociável.

Então, o nosso Renato já mostrou aí que estão fazendo isso. Uma solução de curto prazo é essa que vocês estão fazendo, mas se está mostrando a necessidade da presença estatal lá para esse povo não voltar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Renato, o que a gente vê na mídia é o que realmente vocês presenciaram, e eu já quero parabenizar por esse trabalho da segurança, se unindo... Por exemplo, a Aeronáutica levando hospital de campanha, salvando vidas.

Então, era isso que eu ia perguntar, mas o senhor já confirmou; eu perguntei, mas o senhor já tinha me dito a resposta: existe realmente a invasão, existe o descaso com a população indígena, e o Governo está agora adotando essas soluções.

E garimpo ilegal em terra indígena é assunto em que a gente não vai nem tocar aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Algum Senador gostaria de se manifestar?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – Claro, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Apesar de a Senadora Damares não ser membro titular desta Comissão, como Senadora ela pode fazer uso da palavra sem direito a voto, mas pode se manifestar.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Para interpellar.) – Eu compartilho a fala da Senadora Zenaide. É de tirar o sono da gente, Senadora, é de tirar o sono ver isso se perpetuando, se perpetuando.

Esta Comissão, acredito, pode dar início a um debate... Ela tem um objeto específico, mas a gente depois não pode deixar o tema morrer. Que ianomâmi seja pauta todo dia neste Senado Federal e que a gente encontre, de fato, uma resposta.

Dr. Renato, seja muito bem-vindo a esta Comissão. Parabéns pelo que vocês estão fazendo. Nós estamos acompanhando. A gente está aguardando os relatórios das prisões, das apreensões, da destruição dos equipamentos.

Ontem, eu falei que 30 operações foram feitas nos últimos anos, desde 2017 para cá – 30 operações! Eu tenho o número das ações, quando foi feito, como foi feito, a Polícia Federal esteve envolvida nessas operações também. Mas a gente não aguenta mais operação, as operações têm que acontecer e as respostas precisam vir, não podemos chegar lá, fazer a operação e vir embora.

Eu fiquei muitos anos aqui nos bastidores do Congresso como ativista incomodada. Fui ser Ministra, vi as operações e dizia: "Agora vai!". A operação acontecia e os garimpeiros voltavam. A gente precisa dar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma resposta para isso. E foi o que a Senadora disse: a presença do Estado, o Estado tem que estar presente lá.

O senhor teria...

E uma coisa que nos preocupa muito e que temos ouvido falar aqui é que garimpeiros são cooptados pelos... Desculpem: indígenas acabam ficando com alguns garimpeiros de forma ilegal, e a gente vê indígenas, inclusive, lutando por isso. Nessas prisões que vocês fizeram tem algum indígena que foi preso? Há uma atenção especial a ele quando ele vai preso? É que a gente tem que ter todo um cuidado com a prisão de indígenas. Se tiver algum líder indígena preso que foi envolvido para também fazer o garimpo, a gente quer acompanhá-lo especificamente – ele –, porque a gente sabe que ele acabou sendo cooptado para essa atividade ilegal.

Tem números já de prisões, de apreensões? Desde a ADPF 709 que a gente está acompanhando; a partir dali a gente já tem número de prisões? A PF tem esse relatório? Já está produzindo para a gente acompanhar?

O SR. RENATO MADSEN (Para expor.) – Bom dia, Senadora.

Sim, temos esses números, a gente pode compartilhar depois de forma mais estruturada para a Comissão, mas já divulgamos na mídia e para o Ministério da Justiça principalmente, mas são dados públicos que a gente pode mandar aqui de forma estruturada para vocês acompanharem.

Particularmente, as prisões de indígenas sempre nos preocupam, tanto é que, desde nossa academia de polícia, há uma disciplina específica sobre isso. E o nosso setor que trata do assunto não é um setor de repressão, mas, sim, um setor de proteção. Nós vemos o indígena sempre com uma atenção especial, muitas vezes vítima de uma situação, de um contexto financeiro, social, cultural, em que ele acaba se submetendo a práticas criminosas e até a situações degradantes. Então, sim, a Polícia Federal dá um tratamento específico para entender por que ele se viu envolvido naquela situação.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero aqui agradecer a participação da Senadora Zenaide Maia, que, como médica, tem um olho clínico para essa questão e obviamente sempre apresenta proposições extremamente oportunas, porque faz uma síntese dos acontecimentos, apesar de não conhecer a área, apesar de não estar na área, mas a médica tem essa sensibilidade para ver a questão da desnutrição, da presença indevida, da necessidade da presença efetiva e permanente do Estado brasileiro lá.

Aqui também a Senadora Damares fez um rápido relato de 30 operações que já foram realizadas na área. Eu dizia ontem que, se não houver uma presença permanente do Estado naquela área, as operações vão se reproduzir várias e várias vezes. Não é, Dr. Renato? Então, é necessário que o Estado brasileiro esteja lá, até porque ninguém melhor do que o Governo Federal, com seu aparato de Estado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tendo hoje o satélite, os olhos invisíveis dos satélites para fazer o processo de acompanhamento, monitoramento, fiscalização, controle etc., possa realmente impedir essas entradas indevidas.

Então, é necessário que a operação não seja apenas agora, neste momento mais grave da crise, mas que tenha o estabelecimento de normas, de regras e possa definitivamente manter esse controle da área livre, para que os índios ianomâmis possam viver no seu território, sem essa presença, sem essa pressão e sem, na verdade, termos que recorrer sistematicamente a comissões, a reuniões, a visitas *in loco* etc., etc.

Então, são muito oportunas tanto as afirmações do Dr. Renato quanto das Senadoras Damares e Zenaide Maia.

Eu quero agradecer a presença do Dr. Renato Madsen, representando aqui a Polícia Federal, como Coordenador de Meio Ambiente, e dizer para V. Sa. que a Comissão se dá por satisfeita com sua apresentação breve, mas precisa.

Gostaria de convidar agora para fazer parte desta audiência pública o Mateus Ricardo Sanuma, representante da Ypassali Associação Sanuma. A participação do Mateus é por videoconferência. V. Sa. dispõe de 15 minutos para fazer a sua apresentação.

O SR. MATEUS RICARDO SANUMA (Para expor. *Por videoconferência. Tradução consecutiva.*) – Bom dia para todos. Eu sou o Mateus Ricardo Sanuma, Presidente da Associação Ypassali Sanuma.

Eu vou dar uma desligada na minha câmera aqui porque está piscando. Está certo? A gente vai continuar falando aqui.

Pergunto se todos entenderam.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Mateus, nós estamos escutando, sim, você. É que me parece que o sinal aí deve ser de uma área remota e a internet está com alguma interferência.

Mas, se você quiser continuar falando, aqui o Plenário está lhe ouvindo muito bem.

O SR. MATEUS RICARDO SANUMA (*Por videoconferência. Tradução consecutiva.*) – Está bom, muito obrigado. Vamos prosseguir assim sem a câmera estar ligada por causa da força da nossa internet.

Eu ouvi tudo que foi falado aqui pelos senhores aí, Senadores, Polícia Federal e os demais. Eu quero dizer para vocês que, a respeito dos intrusos que entram na nossa terra e tiram os valores, a questão dos garimpeiros, eu gostaria de falar um pouquinho sobre isso com vocês também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de deixar bem claro para os senhores aqui que as operações que foram feitas e, todas as vezes em que é feita uma operação, os garimpeiros continuam ainda. Alguns escondidos por dentro da selva, em vários lugares e, após terminar a operação, eles voltam novamente a funcionar.

É necessário que se faça um trabalho constante, não apenas de palavras, mas que seja um trabalho constante para retirada total desses invasores das nossas terras.

Então, nós gostaríamos que fosse um trabalho feito, a respeito da retirada dos garimpeiros, que fosse de forma contínua. Faz-se a operação e sai todo mundo, mas existe um grupo bem grande ainda de indígenas que estão envolvidos com isso diretamente. E isso tem dificultado porque muitos deles ficam muito felizes, outros escondem.

Então, sendo dessa forma, nós temos uma dificuldade muito grande de deixar a terra livre. Queríamos que vocês tivessem ciência disso, que pudessem fazer alguma coisa para a retirada total. Nós não somos a favor de que eles estejam lá. Nós somos prejudicados totalmente. E nós queremos que vocês façam isso, por favor.

Então, eu também gostaria de que, quando fosse a retirada deles, retirassem também os materiais que eles deixam lá. Por exemplo, nós tivemos a morte de um líder, há pouco tempo, porque eles foram retirados, deixaram uma canoa cheia de bebida, os indígenas beberam e ficaram tão embriagados, que acabou um matando o outro. Então, esse tipo de coisa é muito sério para a gente. Então, é preciso retirar os invasores e também retirar as coisas que eles deixam na área.

Então, eu gostaria de falar para os senhores que estão nos ouvindo neste momento: após a retirada dos garimpeiros, ficam aquelas poças de água, e ali prolifera o mosquito da malária. Então, é interessante que tirem aquelas pessoas, mas que haja um acompanhamento de saúde urgente para com aquelas pessoas que moram naquelas regiões, porque ali vai proliferar o mosquito, e a malária vai aumentar, a doença vai aumentar, e tem que aumentar o efetivo de pessoas que trabalham na área também, juntamente com eles, para dar atendimento a esses indígenas que estão isolados.

Então, o que eu estou falando para vocês aqui não são informações que eu ouvi de alguém. Eu vivo na área, passando por todas essas situações. A região, um local chamado Tukuxim, e também Kuratanha é outro nome, naquela região ali os homens foram retirados. Os garimpeiros foram retirados, mas a quantidade de malária que tem naquele local é muito grande.

Então, eu estou reafirmando aqui com vocês: é necessário se fazer um trabalho de saúde urgente naquelas regiões que estão mais isoladas, porque, quando há a retirada desses homens, a malária aumenta. Desculpem aqui a repetição, mas é isso que nós precisamos fazer. Não adianta somente tirar os garimpeiros, precisamos também tratar da saúde, porque o nosso povo precisa viver.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou falando com vocês aqui, com as autoridades competentes que podem resolver e sanar o problema.

Eu quero agradecer a oportunidade que vocês nos dão de poder falar essas coisas. E nós gostaríamos que não ficasse somente em palavras, que houvesse mesmo a execução de tal ordem de tirar essas pessoas que estão invadindo a nossa terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Dando continuidade à sessão de audiência pública, já percebo a manifestação de um pedido de palavra da Senadora Zenaide Maia.

Portanto, eu passo a palavra a V. Exa. para que possa se dirigir ao representante da Ypassali Associação Sanuma, ao Mateus, que poderá realmente responder às suas indicações. V. Exa. dispõe de 5 minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para interpellar.) – Bom dia, Mateus! Obrigado por você trazer, realmente, a pessoa que vive a situação aí.

Como foi falado pelo nosso Presidente Chico Rodrigues, esta Comissão foi justamente para saber mais sobre a situação difícil em que vocês estão. Já temos o diagnóstico, com Hiran, que é médico. Sabemos também que você pensa – como foi apresentado aqui – que a ausência do Estado levou a essa situação indígena.

Sei também, Mateus, como médica, que só operação não faz... A gente faz uma operação para uma urgência de vacinação, para uma epidemia, mas tem que estar presente. Eu já sabia, Hiran, que justamente, quando desmatam e deixam, não é só retirar os garimpeiros, mas também organizar, fazer uma medida protetiva, não deixando as poças para aumentar os casos de malária. Como falou também o Renato Madsen, a gente já sabe que precisam da operação, mas precisam da permanência lá. Não só para os garimpeiros não voltarem, mas também para cuidarem da saúde.

Quero que diga ao seu colega que falou, Mateus: vocês deram o diagnóstico, aquilo que a gente vê de longe – não é, Damares? –, mas a gente já vê, com o compromisso desta Casa de ficar cobrando do Governo Federal que mantenha a segurança para não termos a volta do garimpo às terras indígenas ianomâmis. E também, ele falou aqui, que, ao mesmo tempo, a Polícia Federal, Damares, está querendo saber quem está lucrando, realmente. Porque a gente sabe que nem sempre é aquele homem que está ali no garimpo.

O que é que a gente promete aqui, os Senadores que estão nesta Casa? Que nós vamos ficar atentos. Esta Comissão foi boa porque deu visibilidade à importância da presença estatal com esses povos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas. Não só lá, porque a gente já vê que tem, por exemplo, a Raposa Serra do Sol... Já tem denúncias de que os garimpeiros estão migrando. Isso, mais uma vez, mostra que a gente precisa estar atento.

O que é que eu quero dizer aos senhores? Os senhores estão dizendo o que, realmente, a mídia mostrou – só com a vivência, como foi mostrado aí. Você trouxe um indígena que, realmente, diz aquela situação.

Mas quero dizer o seguinte: qual é o compromisso de nós Senadores aqui, do Congresso Nacional? Não permitir que se transforme só em operações. Operações são uma emergência. A continuidade do trabalho, protegendo as terras indígenas, vendo outras soluções, porque a gente sabe também que no garimpo tem muita gente que lá trabalha. A Polícia Federal está fazendo corretamente, investigando, realmente, Chico, Hiran, quem está ficando com a maioria dos recursos.

E quero dizer, garantindo aos senhores, que esta Comissão tem algo que a gente tem em comum: com o retorno do garimpo para as terras indígenas nenhum de nós aqui concordamos, porque já vimos que não dá em nada, e, nisso, a curto prazo, o Estado vai ter que estar presente para proteger seu povo. Isso é uma responsabilidade da gente. E o Senado, aqui, a Senadora Zenaide, como a Damares, como o Chico, o Hiran, nós vamos ter que punir os culpados, porque morreu gente. Morreram indígenas e são seres humanos, e a gente tem obrigação de proteger nossos povos originários.

Obrigada, Mateus Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A Senadora Damares se manifestou...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... pela sua participação.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Para interpellar.) – Eu quero cumprimentar o Mateus, e a gente precisa cumprimentar o intérprete também, que está ali, que é o Mimica. O Mimica, eu já o conheço há alguns anos, é um ativista em defesa das crianças ianomâmis.

Eu tenho aqui... Ele trouxe uma preocupação talvez nova para a nossa Comissão, Senador, quando ele fala da água que fica represada, porque se usava para o garimpo. A gente vai precisar perguntar para o Ibama se há um plano de recuperação ambiental em curso, ou que eles apresentem esse plano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Portaria nº 20, em que se institui a Sala de Situação e Controle de Terra Indígena, agora de 2023, o Ibama tem quatro atribuições, mas não está aqui descrito o que o Ibama terá que apresentar. O Ministério do Meio Ambiente terá que apresentar um plano de recuperação ambiental.

Preocupou-me agora, também, Senadora Zenaide, quando ele fala que indígenas tomaram as bebidas que estavam lá. Mas eu me preocupo, agora, porque pode haver comidas estragadas, as crianças podem ter acesso a essa comida, ou remédio vencido lá, que os garimpeiros deixaram para trás e que as crianças, as mulheres podem pegar e tomar. Isso é, realmente, preocupante.

Mas eu queria fazer uma pergunta para o Mateus. Eu sei que na aldeia do Mateus tem muitas crianças que foram recolhidas de outras aldeias. São dezenas. Tem uma associação só para cuidar de crianças lá. Que crianças são essas, Mateus, e elas vão precisar sair da área? Elas estão sozinhas? O que aconteceu com essas crianças? E por que elas estão numa associação, liderada por você, dentro da aldeia?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Gostaria de solicitar ao Mateus que respondesse à pergunta da Senadora Damares.

O SR. MATEUS RICARDO SANUMA (Para expor. *Por videoconferência. Tradução consecutiva.*) – Sra. Senadora Damares, é um prazer muito grande poder falar com a senhora (da minha parte aqui, o Mimica, e o Mateus também fala as mesmas palavras). É um prazer falar com a senhora.

Quero dizer para a senhora que o nosso desejo é multiplicar, é crescer. Se nós estamos pensando em crescer, como é que tem crianças que são abandonadas e a gente vai deixar elas morrerem? Então, por isso é que nós cuidamos das crianças. A nossa associação procura cuidar das crianças porque as crianças são o futuro da humanidade. Então, se a gente cuida dessas crianças, elas vão continuar crescendo. Então, este é o nosso objetivo: não as deixar morrer porque elas são o futuro da nossa comunidade.

Então, eu vou falar para a senhora que a gente tem um cuidado muito especial para com as crianças. Com a invasão dos garimpeiros nas regiões, essas crianças pioraram muito mais, sofreram muito, e a gente precisa de um olhar de vocês, principalmente da senhora aí, para com as crianças, porque elas são as mais debilitadas e que sofrem neste momento. Então, precisamos de uma urgência para tratar dessas crianças que ficaram com muita desnutrição.

E tem um detalhe do que a senhora falou sobre a questão da alimentação, das comidas que ficam jogadas lá. As comidas podres ali os indígenas pegam para comer, sim, e têm muitas doenças trazidas pela alimentação abandonada e pela bebida também. Então, são todas essas coisas, é um conjunto. Então, na retirada dos garimpeiros, é necessário também verificar esse lado, que nós gostaríamos que os senhores e as senhoras pudessem fazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Senadora sabe muito bem, e então estou me dirigindo diretamente à senhora. Como a senhora sabe e pela preocupação que a senhora tem para com as crianças, nós gostaríamos que a senhora pudesse fazer mesmo alguma coisa pelas nossas crianças, que pudesse... Eu não queria que morresse mais nenhuma, queria que todas se recuperassem. Então, a gente precisa de ajuda.

É isso aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa. já fez a sua manifestação. Muito obrigado, Senadora Damares.

Como convidada desta Comissão, até porque tem um rito a ser cumprido, eu vou, de qualquer forma, passar a palavra à Deputada Célia Xakriabá, do PSOL, de Minas Gerais.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL - MG) – Obrigada, Presidente.

Quero agradecer ao parente Mateus, ianomâmi, e quero dizer que neste momento, quando falamos da guerra humanitária em que se está tratando o povo ianomâmi, precisamos aqui – queria me virar até aqui – tratar disso. Muito mais do que como uma pauta que seja partidária, ideológica, trata-se muito mais de uma pauta humanitária, assim como a questão ambiental. As pessoas que são contra a questão ambiental, as pessoas que são contra e não se sensibilizam com o que está acontecendo com o povo ianomâmi... Nós perdemos o sentido do princípio de humanidade. É por isso que é importante essa sensibilidade.

Mas é importante dizer também que essa guerra biológica... Nós povos indígenas fomos exterminados. Nós éramos mais de 5 milhões e fomos reduzidos, nós não somos nem 1% da população brasileira. Hoje, nós, povos indígenas, 900 mil indígenas, quase 1% da população brasileira, somos 5% da população do mundo e protegemos em torno de 80% da biodiversidade.

Então, o que cada um tem a ver aqui... Se nós, povos indígenas, formos exterminados, se o povo ianomâmi for exterminado, é só questão de tempo para a humanidade também ser exterminada.

O povo ianomâmi é um povo de muita resistência – nós estamos falando aqui de uma crise humanitária –, mas é um povo que tem uma diversidade cultural gigante, 30 mil ianomâmis, mais ou menos 350 comunidades, crianças sendo exterminadas. E quero aqui me ater a um dado importante, que é a questão.. Sempre falei disto: o que fica do garimpo? O que fica da mineração? A violência sexual, estupro, casos subnotificados, mais de 30 meninas grávidas de garimpeiros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É impossível a gente pensar aqui... E quando eu fui – fui a primeira Parlamentar a estar no território ianomâmi –, quando cheguei lá... Imaginar que há mais de sete anos que não existe escola no território ianomâmi!? Então, nós estamos falando que, se essas meninas estivessem na escola, possivelmente essa violência...

E ainda me deparei com um senhor de mais de 60 anos – porque não tem documento –, e ele foi o último sobrevivente de uma comunidade inteira exterminada por garimpo.

Então, nós estamos falando aqui de vidas, e vidas que, há 523 anos, não estiveram como a preocupação prioritária da política brasileira. É preciso que, dentro do Senado, dentro deste Congresso, se tenha preocupação em pensar um projeto pela vida.

Quero dizer, aqui, que a operação é importante no sentido de que é preciso apurar. Nós estamos falando aqui não é se vai, nesse apuramento, dizer quem vai ser o culpado, se é A ou B. Mas é preciso, porque isso é interromper outros processos de violência, como já é trazido aqui também pelo mundurucu, pelo povo caiapó, que são vítimas também do garimpo. Não adianta mudar a rota. Os garimpeiros estão saindo desse território e apenas mudando a rota para o território mundurucu, para o território caiapó.

É preciso investigar a situação dos últimos quatro anos de como isso foi um genocídio programado. É claro que nós, povos indígenas, bem sabemos que esse extermínio dura mais de 523 anos, mas é preciso intensificar a investigação: por que isso foi uma programação para pensar o genocídio ianomâmi?

A questão do rastro do ouro é muito importante, porque quando não se investiga, quando não se tem nota fiscal – que é um PL que está tramitando também no Congresso Nacional –, é preciso rastreabilidade. Os outros países precisam responsabilizar, porque quanto mais aumenta a demanda, aumenta também a exportação.

As pessoas não sabem: mais de 70% das crianças ianomâmis estão contaminadas pelo garimpo. E é importante dizer isso, é como se mais do que metade da população estivesse com suas vidas condenadas.

Estamos aqui para dizer que a fome mata. Você sabe o que é escutar de um pai que quase não tinha forças para dizer que a *causa mortis* da criança era fome?

(Soa a campainha.)

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL - MG) – Só para concluir, quero dizer que aqui, neste momento, as pessoas se perguntam muito quanto custa a retirada de garimpeiros, quanto custa a demarcação dos territórios indígenas. Já foi reconhecido pela ONU que a demarcação dos territórios indígenas significa a solução nº 1 para barrar as mudanças climáticas. E, assim como diz Davi Kopenawa Yanomami, a gente tem que se perguntar é quanto custa a queda do céu, porque, neste momento, se as pessoas realmente estão preocupadas com economia, preocupadas com desenvolvimento, nós precisamos de uma economia que não mata. Não vai existir nem política, não vai existir nem humanidade, se não existir planeta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

Salve o povo ianomâmi.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer aqui a participação da Deputada Célia Xakriabá. V. Exa. se manifestou em nome exatamente de todos os indígenas, pela sua exposição, pelo seu detalhamento. E gostaria de dizer que sua manifestação servirá também como contribuição na conclusão desses trabalhos. Cada palavra expressa aqui nesta Comissão serve de indicador de tendência para que seja, ao final dos trabalhos desta Comissão, sintetizado em um projeto comum que possa vir ajudar a resolver essa questão tão grave que nós estamos vivendo neste momento.

O Senador Dr. Hiran pede a palavra. V. Exa. dispõe de cinco minutos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia a todos.

Quero saudar todos aqui, na pessoa do nosso ex-Bispo de nosso Estado de Roraima D. Roque Paloschi, que nos prestigia com a sua presença. Seja bem-vindo ao Senado da República, D. Roque. Temos um profundo respeito por V. Exa.

Minha querida Zenaide, nós falamos um pouco sobre questões epidemiológicas dentro da reserva e, como nós somos médicos, nós puxamos um pouco para a nossa sardinha, assim como a Damares puxa um pouco a sardinha dela porque ela se preocupa muito com proteção às crianças.

Lá na nossa reserva ianomâmi, nós temos alta endemicidade de malária. D. Roque sabe, D. Roque morou lá no nosso estado. E, como nós temos uma convivência entre as comunidades indígenas ianomâmis e os garimpeiros, minha querida Deputada Célia, há mais de 80 anos, ali nós temos o transmissor da malária e nós temos o agente da malária sendo transmitido de pessoa a pessoa porque, pela própria cultura, pelo próprio hábito dos nossos indígenas, eles normalmente vão caçar e pescar pela manhã cedo e no final do dia, quando a temperatura é mais amena. E é exatamente na hora que eles vão pescar na beira dos rios que o mosquito faz o seu repasto e aí há a transmissão da malária. Então, nós temos que ter um cuidado muito grande na questão desse hábito.

E também, para a gente diminuir a incidência da malária – eu já trabalhei muito na questão do combate à malária em área indígena –, nós temos que ter quatro coisas fundamentais. Nós temos que ter busca ativa, que é uma logística difícil numa área de floresta tão densa como a área ianomâmi, tão grande, com uma densidade demográfica baixa. A Deputada Célia falou em 30 mil, mas isso é uma expectativa, não é um número real. Nós estamos inclusive terminando um censo agora. Temos que, realmente, ver quantos indígenas nós temos na reserva. E temos que fazer busca ativa, diagnóstico rápido e tratamento rápido. Só assim, a gente corta o elo de transmissão, porque a área é endêmica, e, realmente, a malária





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mais prevalece é a malária do tipo *falciparum*, que é a malária mais grave, que gera problemas pulmonares, problemas renais nos indígenas e demanda média e alta complexidade.

Dito isso, eu queria só informar à nossa Deputada Célia, que falou que nós não temos nenhuma escola lá na Reserva Yanomami, que o Governo do Estado de Roraima, apesar de não ser atribuição do Governo estadual cuidar das populações indígenas, por ser uma atribuição federal, tem 21 escolas na área indígena ianomâmi, com 80 professores, que atendem 1.478 alunos, que fazem suporte alimentar, recebem merenda escolar regularmente de boa qualidade. Isso eu conheço. Eu só queria informar isso, porque nós estamos aqui para esclarecer a realidade dos fatos.

Então, realmente, é algo preocupante o que o representante da Associação Sanuma nos coloca. Para aqueles que não sabem, é uma área remota, uma área que está lá na fronteira já com a Venezuela e, realmente, precisa de atenção.

Eu queria dizer aqui, minhas queridas colegas Zenaide e Célia, que, lá dentro da nossa reserva, nós temos uma doença de que eu quase não ouço falar...

(*Soa a campanha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Nós temos lá uma das únicas áreas endêmicas de uma doença que nós chamamos de "cegueira dos rios", que é oncocercose. Lá no toototobi, balawau, demini, nós temos muitos índios acometidos dessa filariose. É uma filariose transmitida por um mosquitinho que vive nas águas encachoeiradas, ricas em oxigênio. Essas pessoas, esses indígenas contraem essa doença, que começa sendo uma doença dermatológica, e a microfilária migra para os olhos. Nós temos muitos indígenas que têm acometimento visual por conta dessa doença. E a maior área endêmica conhecida no mundo é lá dentro da nossa Reserva Yanomami. E esses indígenas merecem também uma atenção redobrada, porque imaginem uma etnia, um povo, que tem como característica a caça, a pesca, ficar com deficiência visual. É um dano muito, muito grave para a sua vida e o seu desenvolvimento dentro das comunidades, e é uma demanda, inclusive, para suas famílias.

São preocupações que nós temos e que temos que deixar consignadas aqui no nosso relatório, viu, Presidente?

Então, eu quero parabenizar a senhora pelo conhecimento que tem também da matéria, da realidade das nossas comunidades indígenas e dizer que esta Comissão é cada vez mais plural. E eu fico muito feliz, como Relator, pelo nível das discussões e das colocações que são aqui feitas, que serão muito importantes para o nosso relatório final.

Presidente, parabéns pela condução.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, nobre Senador Dr. Hiran, pela manifestação, pelo comentário e, acima de tudo, por alguns esclarecimentos que V. Exa. também presta como médico que é, também para fortalecer mais ainda as informações que precisam chegar a toda a nossa população brasileira.

Dando continuidade aos trabalhos de audiência pública, eu vou convidar o Sr. Alberto Brazão Goes, ex-Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi).

V. Sa. dispõe de 15 minutos.

Convido-o também para fazer parte da mesa. (*Pausa.*)

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) –

(*Pronunciamento em língua indígena.*)

Alberto Brazão Goes, ianomâmi do Estado do Amazonas. Porém, trabalho pela saúde ianomâmi dos meus parentes ali em Roraima, em Boa Vista.

É uma satisfação, Senador Dr., que já conheço; Senadora Damares, *awei!*

O que eu coloco aqui diante dos tuxauas do Senado – no meu dialeto ianomâmi tuxaua é chefe, igual cacique...

Cumprimento também a nossa parente: *Awei*, Deputada Célia Xakriabá.

Parente ianomâmi daquele Estado, Roraima, realmente é louvável tudo, tudo que o Governo tem feito pelo parente ianomâmi ali, no Estado de Roraima, que é diferente da realidade do meu Estado do Amazonas. Existe uma diferença clara e real para nós: o que pode melhorar a saúde, o bem viver do meu povo na floresta é a educação escolar indígena, *awei?*

Então, digo mais: realmente ali, na localidade, a invasão garimpeira no Estado de Roraima realmente contribui muito para aquele mal-estar do meu povo ianomâmi ali na região de uraricoera, mucajaí, missão catrimani. É onde é o foco da invasão.

Porém, quero destacar aqui alguns fatores que realmente contribuem para que o invasor permaneça naquela localidade. O invasor não fica muito tempo, se o próprio parente não cooperar com ele, não favorecer aquele trabalho ou aquela atividade ilegal. Parente ianomâmi é cooptado; parente ianomâmi é comprado – essa é a palavra certa! Parente ianomâmi tem que se sensibilizar, se conscientizar de que o que ele faz para se favorecer, para se autobeneficiar é nocivo para o próximo, para a criança, para o povo dele ali.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o que nós precisamos deixar claro, Sr. Senador, Presidente da Comissão. Precisamos deixar claro: o Governo Federal, o Estado brasileiro tem obrigação de defender o meu povo, sim. Porém o ianomâmi tem que se autoavaliar e dizer: "O que eu estou fazendo é errado".

Tem parente tuxaua ianomâmi que favorece garimpo lá naquela região. Eu digo isso sem medo de colocar aqui para vocês todos, Senadores, ouvirem. Tem parente ianomâmi, tem parente iecwana também na região ali do uraricoera, lá para cima, como o parente Mateus colocou, em tucuxi... Essas aldeias são iecuanas. Tem parentes iecwana, líderes de iecwana que favorecem o garimpo lá. Tem parente ianomâmi daquela região que favorece o garimpo lá. Então, isso precisamos deixar claro.

Operações do Governo Federal? Várias operações, várias! Eu estive lá. Eu fui Presidente do Conselho Distrital, sou ex-Conselheiro Distrital de Saúde Indígena, conheço a realidade.

Quando parente ianomâmi parar de fazer o que faz, se autobeneficiar, aí o garimpo vai acabar. Sabe quando o garimpo vai acabar? Eu, ianomâmi, digo: nunca no território ianomâmi, porque o próprio parente ianomâmi favorece, ele se autobeneficia, ele lucra com aquela atividade ilegal.

Então, várias operações em anos passados, em gestões passadas, várias operações: retirada de garimpeiro, operação pente-fino, operação conjunta, Exército, Funai, Polícia Federal, Polícia Militar do Estado de Roraima. Sim, várias operações; só que eles voltam. Senadores, o garimpeiro, com a ajuda do próprio parente, esconde as máquinas com que eles vão trabalhar à noite. As operações acabam, as máquinas voltam a trabalhar durante a noite. Quem ajuda é o próprio ianomâmi. A Polícia Federal vai, a Força Terrestre do Exército vai, retira todo mundo, mas eles voltam.

Quando o próprio parente ianomâmi fizer a parte dele ao dizer: "Aqui você não entra mais, porque você está matando as nossas crianças", aí o garimpo vai acabar.

O que falta o Governo realmente fazer para o ianomâmi é: projetos de alta sustentabilidade para esse povo, roças coletivas.

Parentes ianomâmis, nas últimas décadas, a gente era menos de 16 mil ianomâmis; hoje somos 30 mil ianomâmis. Essa população está crescendo. A floresta é grande – Amazonas e Roraima, mais de 9 milhões de hectares. São 365 aldeias, são 37 polos bases de saúde.

A Sesai – a nossa Sesai, a conquista dos povos indígenas – cuida de ianomâmi assim, na palma da mão. O Dsei Yanomami, onde eu atuo diretamente, cuida do ianomâmi assim, nas mãos. "Opa, o ianomâmi vai cair", ele apara aqui. Eu não vou dizer aqui que Sesai e Dsei Yanomami estiveram ausentes. Estiveram presentes, sim, todo o tempo. O que falta é a presença do Estado brasileiro através da Funai. Cadê a Funai? Cadê o Ibama? Cadê o Exército Brasileiro?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu servi o Exército por seis anos. Na minha região, no Amazonas, na faixa de fronteira, o Exército tem poder de polícia. Então, a gente fazia Refron, o reconhecimento de fronteira, a patrulha na fronteira, expulsando qualquer invasor. É isso que falta no Estado de Roraima.

Cadê os pelotões de fronteira? Surucucus, Auaris, estão só lá. Tem que fazer patrulha, expulsar o invasor. Poder de polícia, o Exército tem, na faixa de fronteira. Mais de trezentos e sessenta e poucos quilômetros, na faixa de fronteira, é poder de polícia. Cadê o Exército? Cadê o Ibama? Cadê a Funai? Hoje, parente de ianomâmi confunde, acha que a Sesai tem que fazer todas essas fiscalizações e defesa. Não; nós somos saúde de atenção primária. É isso que a Sesai faz. Hoje, tudo é Sesai, tudo. Defesa, fiscalização, proteção... Isso que está sendo confundido.

A Funai de Roraima precisa fazer uma operação. Horário de voo: "A Sesai pode nos dar?". Combustível: "A Sesai pode nos dar?". Motor de popa: "A Sesai pode nos dar?". Bote de alumínio... Poxa! A Funai não tem nada?

Então é isso.

Minha gente, nós precisamos realmente colocar na mesa, discutir e dialogar. Dialogar e dizer: olha, essa responsabilidade é minha e eu vou fazer.

Associações. Somos dez associações de ianomâmis no território Amazonas-Roraima. Inclusive, a primeira associação a ser criada no território foi fundada pelo meu pai: Ayrca, na minha aldeia, Maturacá, no Estado do Amazonas, Município de São Gabriel da Cachoeira. Dali, várias outras associações. Cadê a ação das associações no território, em defesa realmente do território?

O doutor colocou que o Estado não tem obrigação de... É Governo Federal. Sim, nós, porém, também somos munícipes no Estado de Roraima. Tem ianomâmi eleitor. Nós precisamos fazer com que o município, o Prefeito, o Estado, o Governador tenham responsabilidade, sim, com o ianomâmi, porque nós somos cidadãos brasileiros sim. Hoje, o Governador lá botou a visão dele correta. Hoje estamos começando a levar a sério a educação escolar indígena no Estado de Roraima, para o ianomâmi.

Chega. Chega de ONG dizer que ianomâmi deve permanecer como é. Nenhuma civilização é estática. Toda civilização tem o direito de evoluir. Vocês evoluíram. Os ancestrais de vocês, que são europeus, evoluíram. Por que ianomâmi não pode evoluir? Através de uma escola, de educação escolar indígena diferenciada? É lei, assim como na Pnspi (Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas). É uma lei. Cadê a lei para a educação para o indígena?

Precisamos olhar o ianomâmi com mais humanidade. É isso que falta. Não podemos continuar sendo apenas um zoológico humano para o mundo, para as ONGs, principalmente, ficarem puxando verba da União Europeia e dizerem: "Estamos cuidando dos ianomâmis". E na verdade, não cuidam nada. Eu



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

faço um cálculo aqui: de 1 milhão de euros que eles puxam em nome dos ianomâmis, nem R\$100 mil vão para os ianomâmis. Tenho certeza.

Fundo da Amazônia. Várias verbas saindo do Fundo da Amazônia para as ONGs em nome dos ianomâmis, e nada para os ianomâmis. Cadê escolas? Cadê estrutura boa?

Ah, Sesai tem, sim, Sesai tem feito, sim, Sesai tem se esforçado muito. As gestões, tanto do Sesai central, como do Dsei Yanomami em Roraima, as gestões 2020, 2021, 2022 têm se esforçado bastante pela saúde do meu parente. Claro que fez. Muita remessa de medicamento, muita verba chegando, custeio, compra de insumos, MMH, o Sesai tem feito, sim, muitas.

O que é que trava a nossa saúde? É a burocracia de vocês, não índios. Com isso eu concordo, porque o Governo trabalha através de licitações, pregões. Todo medicamento que vai para o meu povo ianomâmi sai do Sul, do Sudeste e daqui do Centro-Oeste. A logística não dá suporte adequado para o medicamento chegar em tempo. Aí depois diz: "Medicamento falta".

Ainda por cima, existe um sistema que é contra nós. O medicamento some. É a realidade, e ela tem que ser dita. Tem que ser dita. Eu estou dizendo aqui hoje para vocês perante todos os tuxauas. Os ianomâmis só vão sair dessa mídia quando o Governo, quando o Estado brasileiro disser: vamos cuidar dos ianomâmis com mais humanidade. Precisamos de humanização. Somos todos paz, amor, respeito. Somos todos ianomâmis.

Awey këy, haux haux haux, yanomami!

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero aqui agradecer a explanação feita com alma, do Alberto Brazão Goes, ex-Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), e vou agora passar a palavra aos Srs. Senadores para que façam as suas perguntas devidas.

Passo a palavra à nobre Senadora Zenaide Maia.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para interpelar.) – Sr. Alberto Brazão Goes, já agradeço a presença.

Alberto, o que você nos informou inicialmente é que – depois você continuou com outra fala, sobre o Governo – realmente os ianomâmis só iam... Quem tinha condições de tirar os garimpos das terras ianomâmis eram os índios, a população indígena é que tinha condições de expulsar, porque eles eram cooptados pelo garimpo. Então, o que eu quero dizer é o seguinte... Ao mesmo tempo você, como a gente, acha que tem que ter a presença do Estado brasileiro. Em nenhuma hora a gente aqui vai defender que não tenha escolas, educação para a população indígena. É claro que a gente defende isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você entrou aí na questão das ONGs, mas eu não vou falar sobre isso. O que a gente sabe é que a população indígena brasileira, só, não tem condições de ter...

Eu queria ler aqui o seguinte: o senhor falou que não falta nada, que a Sesai tem tudo, os medicamentos, mas foi provado que a medicação para malária chegava para os garimpeiros, mas não para a população indígena. Eu acho que, nisso, a Sesai tem que reconhecer que falhou, senão não tinha tantos indígenas doentes, como falou o Dr. Hiran aqui, que não eram tratados de malária há tempos – e ele falou –, que o que a gente precisava, porque a área era distante, por isso, não chegava.

Eu gostaria de dizer que eu acho que a presença do Estado brasileiro... A própria busca ativa da malária – porque dificilmente nós vamos mudar os hábitos da população indígena de caçar tal hora e tal hora, quando o mosquito prevalece – depende de decisão política, Alberto, eu discordo de você nessa questão. Somente vocês, só, uma população com fome...

Eu gostaria de ler aqui, rapidamente, o que é que fez o garimpo, o que é que faz, quais são os impactos na terra ianomâni: desmatamento; destruição de ecossistemas; contaminação do solo e das águas; destruição dos cursos dos igarapés; assoreamento dos rios; diminuição da população de peixes; contaminação dos peixes por mercúrio do garimpo; diminuição da caça; aumento dos casos de doença infectocontagiosas; contaminação por metilmercúrio; desestruturação social e econômica dessas comunidades, que sobrevivem quando está mantida a mata original; aumento dos casos de violência – inclusive está aqui, isso não é mentira: adolescente resgatada, e isso é recente, diz que era obrigada a fazer 16 programas por noite em garimpos na terra ianomâni; e a gente sabe de casos de estupro de indígenas e de menores grávidas de garimpeiros –, aumento de casos de violência inclusive contra os indígenas isolados; entrada de drogas e bebidas alcoólicas...

Por isso é que eu digo que só a população indígena ianomâni, sem a presença estatal, não tem como se defender. É como se mostrou aí: os índios comem o alimento estragado, como falou Damares, porque estão com fome. Se eles tivessem...

(Soa a campanha.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – ... o habitat natural deles preservados, não estariam com fome. Entrada de droga, distribuição de armas de fogo – isso é muito grave – perda da roça, da pesca, afetando o acesso à alimentação.

Exploração ilegal do trabalho indígena, porque ele não tem como se defender disso e ele está vendo a família com fome. Ele se submete.

Então, o Estado brasileiro tem a obrigação, sim, de defender seus povos originários, porque são eles quem mais preservam as florestas. E acho, sim – não estou falando aqui, eu não vou entrar nessa área de ONGs –, que o mundo todo, porque nós não somos isolados – nós temos a Amazônia, sim –, que o mundo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo precisa dela. Felizmente, esse povo descobriu que nós não podemos aqui... Nós não estamos falando só de vida humana. Nós estamos falando de todas as formas de vida, animal, vegetal, porque a gente sabe hoje, há algum tempo, que existe a transversalidade dessas vidas e nenhuma vai sobreviver se não houver todas.

Então, acho que o Estado brasileiro deve isso. Nós chegamos a esse ponto. Também concordo que não são só operações, como eu já falei. Hiran sabe que isso a gente usa em caso de pandemia, vamos fazer uma campanha de vacinação, isso ou outro. Tem que ter continuidade, sim, e temos que saber quem, realmente, está ficando com os recursos desse metal precioso que existe na terra indígena.

E, finalizando, dizendo o seguinte, Alberto, o senhor, assim, o seu trabalho é maravilhoso, na saúde, mas a gente, às vezes, tem que reconhecer... Eu sou médica do SUS e reconheço que o SUS falha, até por falta de recurso. É real que tinha medicamentos para a malária e para os garimpeiros, mas não tinha para os índios. Não é real isso? Você falou que pode ser... Seja qual for o motivo, precisa ter. É verdade, como falou o meu colega médico, que a malária, se tratada precocemente... E a gente sabe que a malária em pessoas com fome, em pessoas desnutridas... Porque o que se mostrou, a população indígena, aquelas crianças e os próprios adultos, aquilo chocou não só a gente, mas o mundo.

Ali é a forma mais grave de desnutrição, o que a gente chama de marasmo. Aquilo quer dizer que nem o carboidrato e a farinha aquele povo tinha, porque a gente tem esses dois tipos graves. No kwashiorkor, não se tem acesso a proteína. Então, ele é gordinho, bochechudinho, mas desnutrido. E ali era o marasmo. Com aquelas crianças, dava para ter uma aula de anatomia, Hiran, sem precisar ser no necrotério.

Então, um: existe algo aqui, minha colega Parlamentar, a que esta Comissão está dando visibilidade – foi importante, ouviu, Chico? –, para as pessoas verem o que é realmente. Eu confesso que não estive lá. Conheço a Amazônia, passei várias vezes por lá e aquela área me encanta, porque aquilo é natureza pura, mas o que a mídia está mostrando... E a gente está aqui não é pela questão de ser direita, esquerda, verde, amarelo. Isso é uma questão de defender uma política do bem comum. E eu não acredito numa política do bem comum em que a defesa não seja a vida, não só a vida dos humanos, mas a vida dos animais e da natureza como um todo.

Então, existe algo aqui que a gente tem em comum, Damares, todos nós: nós não vamos... Retorno do garimpo às terras indígenas, isso não é um item que entra nem em pauta, não é, Chico? A gente já viu, eu disse aqui o que o garimpo faz nas terras indígenas.

Dois, nós estamos aqui, como Parlamentares, para fazer essa defesa desse povo maravilhoso. Queria dizer que, quando a gente chegou aqui – os brancos –, eles já existiam. E vou dizer mais: na minha terra, tem Filipe Camarão e Clara Camarão, que, no século XVI, naquela Batalha dos Guararapes, sabendo que os brancos estavam ali com a intenção de tomar as suas terras, eles se uniram na Batalha dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guararapes. O Filipe Camarão, um índio, a Clara, sua mulher – até homenageei a Clara Camarão agora –, reuniu as mulheres e foram lutar. Esse é um povo grande, é um povo que merece o nosso respeito, o nosso cuidado.

E vamos lutar, Chico, Hiran, Damares e todos! Eu tenho certeza de que nós vamos lutar por esse povo. E eu não acredito que a população... Pelo menos, pelos dados que eu conheço, a população ianomâmi não cresceu, mas, se cresceu, realmente, quando tiver esses dados, eu vou ficar muito feliz, porque o que a gente vê... Mas o que a gente viu, nesses últimos tempos, foi a ausência, o vazio – como a Damares falou –, faziam operações, mas saíam. Então, isso quer dizer que a gente sabe o que tem que fazer: retirada do garimpo e permanência do Estado brasileiro, cobrar população...

Eu também acho, Hiran, que os índios são cidadãos, inclusive eles votam. Então, a saúde indígena, apesar de ser uma responsabilidade do Governo brasileiro... O estado e o município também têm responsabilidade pela educação e pela saúde. Por isso, eu parablenizo o Governador...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Sem dúvida.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – ... porque, antes de isso estar definido, ele já reconhece essa responsabilidade.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Eu só queria uma questão de ordem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Ouviu, meu amigo?

Eu quero parabenizar...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Eu só queria uma questão de ordem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Você veio aqui, mas eu discordo de algumas coisas que você disse. Acho que a educação só não resolve.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Para uma questão de ordem...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Senadora Zenaide, muito rapidamente. A senhora me desculpe interrompê-la, mas, antes de voltar a palavra para o Alberto...

Alberto, eu falei sobre as 21 escolas ianomâmis, você conhece bem, mas, no nosso estado, nós temos pouco menos de 400 escolas estaduais nos 15 municípios. Dessas, Zenaide, 220 escolas são indígenas – não é verdade? Nós temos uma preocupação muito grande com a educação indígena.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E principalmente, Célia, agora mesmo, o Governo de Roraima contratou mais de 600 professores indígenas. Só pôde participar do processo seletivo quem tinha etnia comprovada para fazer o processo, não é verdade? Bom, então, que fique aqui clara a preocupação do nosso governo com a educação indígena no nosso Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Passo a palavra ao nobre orador, Alberto Brazão Goes, que gostaria de se manifestar sobre os comentários da nobre Senadora Zenaide.

V. Sa. tem cinco minutos.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – *Awei!*

Doutora, acredito, sim, que a doutora entendeu o que eu falei quando eu coloquei sistema, para não falar outra palavra, não é? O nosso medicamento é roubado lá na ponta, lá no fim; o nosso medicamento era negociado pelos próprios profissionais de saúde indígenas – o enfermeiro, o técnico – e não iam para os parentes. Em gestões passadas, através de mim, eu identifiquei também, fiz questão de identificar pessoas que estavam fazendo isso. Quando digo que Sesai e Dsei estão presentes, estão presentes sim, porque é real. O medicamento vai sim; o Governo compra, sim, o medicamento. Só que lá na ponta some. Como somem esses medicamentos tão importantes para o ianomâmi se autoprotger da doença infecciosa, que é endêmica, no caso?

Nós ianomâmis migramos tanto que viemos morar na casa da malária. A malária... ali, a floresta é dela, o ianomâmi passou a viver na casa da malária, do mosquito.

Então, doutora, quando eu falei a palavra "sistema" é porque o nosso medicamento estava sendo desviado lá, entende? É por isso que o ianomâmi não estava sendo cuidado do jeito que merece, do jeito que a lei diz, do jeito que a lei manda.

Outro: quando digo que o garimpo não vai acabar sem o ianomâmi, é porque o próprio ianomâmi é cooptado, é comprado e ele favorece o retorno do garimpo.

Sim, o Estado retira, faz operações. Inclusive, com certeza, o Governo Federal paga milhões para a Aeronáutica voar com os helicópteros e fazer operações ali naquele perímetro da região: Surucucu, Uraricoera, Auaris, Missão Catrimani e Mucajaí. Operações são realizadas.

O garimpeiro retorna, o invasor retorna. Por quê? Porque o ianomâmi ajuda a voltar. Quando eu digo que só vai acabar com a ajuda do ianomâmi, é porque, quando o ianomâmi falar "Ei! Aqui não pode mais não, chega. Pode ir embora, procure outro ramo", aí o garimpo vai acabar.

Digo isso por experiência própria. Na minha região, no Pico da Neblina, Parque Nacional Pico da Neblina, maior reserva, maior reserva ecológica do mundo, o Parque Nacional Pico da Neblina era também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invadido do jeito que é aqui em Roraima: muito garimpeiro, muito maquinário pesado. Operações eram feitas, o garimpeiro ia embora, depois o garimpeiro voltava, porque os próprios líderes colocavam eles de volta.

Depois que passamos a entender que o garimpo era nocivo, falamos: "Não, aqui não entra mais!". Pronto, acabou o garimpo lá.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Só quero dizer o seguinte: tudo bem, eu acho que... claro que tem que ter ajuda dos povos indígenas, mas eu acho que esse povo que permite é a minoria.

Porém, eu continuo achando que, se o estado permanecer por mais tempo, os ianomâmis vão ter mais coragem, vão ter um apoio para combater o garimpo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Passo a palavra agora para a nobre Senadora Damares, pela ordem.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – Eu prometo que vou ser muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Cinco minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Eu acho que está tendo uma confusão de siglas, e quem está acompanhando a gente lá de fora não entende.

Quando a gente fala Sesai, deixa eu explicar para as pessoas não terem... A Sesai é a secretaria nacional, a sede fica aqui em Brasília, que manda o dinheiro para o Dsei.

Nos últimos três anos, a Sesai nacional mandou mais de R\$260 milhões para o Dsei Yanomami, só para o Dsei Yanomami.

O Dsei tem polos nas aldeias. Então, Sesai, Dsei, polos, mas, além disso, o senhor vem aqui representando o Condisi – as pessoas não sabem o que é Condisi –, e eu vi o senhor falando muito de "nós", "nós", que são as pessoas da área da saúde, certo? E o senhor dizendo "nossa Sesai". Ela é de vocês mesmo, e a gente vai lutar muito aqui para o fortalecimento da Sesai. O senhor pode explicar o que é Condisi? E o senhor disse que, na sua gestão, viu roubos lá na ponta. Quando o senhor foi presidente do Condisi? Foi agora? É recente?

Por último, minha pergunta é: ianomâmi também está no Amazonas; essa operação está só em Roraima ou também está no Amazonas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – Estamos tirando garimpeiros lá do Amazonas também? Ficam aí só essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Sa. tem cinco minutos para responder de forma objetiva essas perguntas para avançarmos, porque tem vários Senadores inscritos ainda e a Deputada também quer se manifestar, e eu vou também passar a palavra para ela.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – O Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami (Condisi) é um conselho, com conselheiros – metade ianomâmi, metade gestão, trabalhador, profissional –, 40 ianomâmis, 40 gestores. De 2014 até 2019, eu era o Presidente do Condisi. Quando eu falo que na minha gestão teve vários tipos de extravios de medicamentos, nós apuramos, sim, com certeza, apuramos e profissionais foram mandados embora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Awei! Amazonas não está tendo operação. Somente no Estado de Roraima. Nós, ianomâmis do Amazonas, através da nossa associação lá da minha comunidade, a Ayrca, o nosso presidente da associação fez um requerimento, via Ministério Público Federal do Estado de Roraima, ali em Manaus, mas aqui em Brasília foi respondido que não, não haveria operação lá para a nossa região, no nosso estado, porque o foco era o Estado de Roraima. Awei!

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra o nobre Senador Mecias de Jesus.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Para interperlar.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Alberto. Ele foi coordenador, segundo ele, no Condisi, de 2014 a 2019, – não é isso, Alberto? Então, quero deixar claro que essa crise dos ianomâmis vem há décadas, e o Alberto tem conhecimento disso. Ela vem há décadas.

Ele colocou algo muito concreto, que nós já dissemos aqui: não adianta o Governo ir lá agora, fazer uma megaoperação e depois abandonar lá novamente os povos indígenas. Não adianta isso. Vai abandonar, e eles vão ficar lá jogados. Tem que construir mecanismos para que essas pessoas possam viver dignamente, como elas merecem. Não adianta só construir uma narrativa de que são os povos originários, quando nós chegamos, eles já existiam, porque isso é fato. Não precisa ser repetido. Isso é fato. Todos nós sabemos e devemos a eles esse respeito, porque, quando nós chegamos, é claro que eles já existiam. Mas há décadas, Presidente, que os povos originários são mal tratados, são jogados lá, e não dão a eles a atenção necessária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é a primeira vez que falta medicamento lá para os povos indígenas. Não é a primeira vez que os garimpeiros são retirados de lá. E, como disse o Alberto, eles vão retornar, porque os próprios indígenas vão atraí-los, porque eles precisam dos garimpeiros lá. Precisam para que eles possam ter comida.

Então, é importante que o Governo tenha um projeto permanente de assistência lá. E a saúde deles tem que ser tratada também com média e alta complexidade, porque o que vai para lá, atualmente, é apenas um projeto básico de saúde para eles. Então, eu quero cumprimentá-lo.

Ele deixou uma coisa muito importante quando ele fala das ONGs. Existe aqui, no Senado Federal, um pedido para CPI das ONGs. E é necessário verificar isso. Ele falou aqui de milhões e milhões de dólares. E é fato que as ONGs recebem, recebem com o pretexto de estarem usando isso para os ianomâmis. Mas, tão logo saia da mídia de Roraima, saia da mídia do Amazonas, as ONGs desaparecerão também, o dinheiro vai desaparecer, o Governo vai se ausentar. E eles vão continuar lá com problema.

Nós, que vivemos em Roraima, sabemos disso, porque, volta e meia, nós temos contato com os ianomâmis que estão lá por Roraima.

Os ianomâmis não votam em Roraima. Não votam em lugar nenhum. Eles não têm título de eleitor, mas nem por isso eles podem deixar de ter o nosso apoio e o nosso respeito.

Falando em nosso respeito, quero manifestar aqui o meu respeito pessoal por D. Roque Paloschi, que está aqui conosco. Foi nosso bispo lá, durante vários anos, e está aqui nesta Comissão.

Quando eu soube dele, quando soube do depoimento do Alberto, vim aqui para prestigiá-lo e manifestar o nosso apoio a toda a causa indígena e fazer uma solicitação ao Presidente Rodrigo Pacheco: que instale imediatamente a CPI das ONGs, que está proposta aqui no Congresso Nacional!

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Não havendo nenhum questionamento ao Alberto Brazão por parte do Senador Mecias, eu vou passar a palavra à Senadora ou à Deputada Célia.

A Senadora declina.

A Deputada tem a palavra por cinco minutos.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG) – Muito bom saber que, aqui, temos doutora Senadora, doutor Senador.

Quero dizer que eu sou Doutora em Educação. Sou a primeira mulher indígena Doutora em Educação pelo Estado de Minas Gerais. Mas há pajés, parteiras que nunca foram à universidade, mas também são doutores da floresta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa primeira ação foi enviar uma emenda à medida provisória para o Ministério da Educação. Tivemos uma agenda com o Ministro Camilo. Inclusive, eles têm levantamentos sobre a situação não somente do povo ianomâmi, mas, por uma situação emergencial, eles fizeram um levantamento.

Então, Presidente, eu vou pedir um requerimento de informação, para que se consiga também, a partir desse relatório gerado pelo Ministério da Educação, compor aqui a relatoria, pois traz dados sobre a situação das escolas, que não estão funcionando no território ianomâmi.

Então, farei esse requerimento, esse pedido, que é muito importante.

Quero dizer ao parente que é muito desigual a força se a gente pensar no povo indígena, não somente no povo ianomâmi, mas munduruku, caiapó. A nossa correlação de força vai ser muito desigual se a gente não pensar que um combate ao garimpo precisa, sim, de uma força do Estado; precisa de uma força, inclusive, da sociedade, porque, lá em Roraima, a sociedade, as pessoas que passam na rua olham com desprezo para a população. Então, é preciso também a sensibilidade da sociedade.

E uma população com fome não tem força para lutar.

Então, é importante dizer isso e dizer que, nesse projeto que muito fala de desenvolvimento, de civilização, nesse processo de civilização, nós fomos lesados na história brasileira. E é preciso rediscutir uma transição de civilização. Eu falo que é preciso rediscutir uma transição econômica, uma transição humanitária.

Para as pessoas que falam assim "Ó, os povos indígenas estão se tornando humanos como nós", eu falo: somente sabem ser humanos aqueles e aquelas que sabem ser água; somente sabem ser humanos aqueles e aquelas que sabem ser bicho; somente sabem ser humanos aqueles e aquelas que sabem ser floresta, que sabem ser biodiversidade.

Quero dizer que desde 1500 estão mudando as armas, mas o projeto de matar é o mesmo. Estão sofisticando o jeito de matar e de exterminar a nós povos indígenas. Então, uma situação, já para finalizar, que comoveu o mundo não pode, pela sociedade brasileira, pelo Parlamento, ficar omissa em buscar medidas urgentes. Existe caso em curto, em médio e em longo prazo. Existe responsabilidade, sim, dos entes federados, porque é Governo Federal, mas é também governo estadual, inclusive da educação. Existem leis federais boas, mas é a partir do Estado que elas serão implementadas.

Já para finalizar, participei do GT de transição e agora também iam cortar, em dezembro, 59% da saúde indígena. Foi por uma forte pressão que não foi cortada. É importante dizer isso porque, mesmo com o recurso que está aprovado hoje, com o Orçamento do ano passado, até o meio do ano a saúde indígena vai entrar num colapso.

Então, é importante também sensibilizar a Casa para como se apoia a saúde indígena – o Sesai, o Dsei –, os que fazem lá na ponta, porque são 34 distritos sanitários no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dito isso, quero dizer que estamos aqui à disposição como Parlamentar indígena. Nós não permitiremos que qualquer parente, ainda que seja do nosso povo indígena, responda pelos 305 povos indígenas do Brasil, porque é preciso também escutar a partir da voz da diversidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu gostaria de agradecer à nobre Deputada Célia Xakriabá.

Essa proposição que apresentou aqui, com esse relatório, tenho certeza que vai ser incorporada no relatório final desta Comissão. Essa proposição na área de educação é fundamental para que nós possamos, na verdade, ver o avanço e a evolução também dos povos indígenas com qualidade, com toda a tecnologia que tem hoje disponível, para que possa efetivamente se nivelar às demais comunidades.

Quero lhe agradecer pela participação.

Alguém gostaria de fazer uso da palavra ainda? (*Pausa.*)

O Sr. Alberto Brazão gostaria de fazer uso da palavra.

V. Sa. dispõe de 5 minutos.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – *Awei!*

É apenas uma colocação aqui.

Com relação ao meio ambiente, parente ianomâmi coopera muito e contribui, sim, para a proteção, preservação do nosso meio ambiente. Reforço também que a fome realmente tem avançado e tem afetado muito os nossos parentes naquela região – naquela região.

Eu, quando Presidente do Conselho, de 2014 a 2019, fui o único Presidente a fazer uma reunião entre tuxauas de várias outras aldeias daquela região, que eu apelidei de faixa de gaza, porque a guerra intertribal a guerra interclãs – que as ONGs gostam de chamar que é cultura, que tem que respeitar, pois não pode interferir na cultura do ianomâmi – existe muito lá, é forte. O pequenininho que perdeu o seu pai, ficou órfão, ele cresce e, a todo tempo, na cabecinha dele, a mãe, as irmãs e as tias, quando ficar jovem e a voz ficar rouca, ele vai vingar o pai, vai vingar o irmão que morreu na guerra.

Então, isso prevalece lá naquela região e isso afeta diretamente na atenção médica, na assistência médica, de enfermagem, nas aldeias.

Quando ocorreu aquela fatalidade com a nossa médica, da nossa Sesai, do nosso Dsei, em que a criança foi à óbito, o pai se revoltou e meteu o terçado na médica. Vocês lembram, não é? A Sesai publicou um protocolo de segurança, então, dizendo que qualquer tipo de ameaça que o profissional receber na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aldeia a equipe é retirada. Então, isso causou muito a ineficiência do serviço, a ineficiência da atenção primária da saúde do meu povo naquela região. Naquela região, porque a minha região não é assim.

Lá, na minha região, a equipe trabalha bem, a saúde é levada a sério lá, nós contribuimos com a saúde. Então, aquela região, por ter muito conflito interclã, conflito intertribal, outra aldeia é inimiga da outra. Surucucus é inimiga mortal de outras aldeias ali. Então, isso causa muito impacto direto na saúde do meu povo.

Eu fui o único Presidente que reuniu os tuxauas e falei: "Vamos viver em paz, vamos comungar junto. Vamos viver como ianomâmi!". Essa cultura de dizer: "Ah, vou viver igual ao meu avô. O meu bisavô era guerreiro, guerreava, dominava outras aldeias". Essa cultura eu não quero, essa cultura é maléfica. Quero cultura boa, cultura benéfica para mim. A minha pintura, o meu dialeto, a minha dança, o meu canto, o meu *xabori* e o meu *recura*, o pajé. Essa cultura eu quero para o resto da minha geração. É isso o que eu prego hoje para os meus parentes de Roraima, porque no Amazonas acabou: duelo, borduna na cabeça do outro. Essa cultura é ruim para nós, é isso que eu coloco para os parentes.

Quando falam em fome, mais uma vez ONGs.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Existe cogumelo Yanomami vendido na Europa por não sei quantos euros, que aqui no Brasil vale R\$1 mil reais ou mais.

Por que aquela região que produz o cogumelo Yanomami passa fome?

Apenas chamando a atenção de todos aqui.

Awei, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Dando continuidade à lista, eu quero agradecer ao Alberto Brazão Goes, ex-Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, pela sua participação nesta Comissão e convido V. Sa. para assentar no plenário.

Muito obrigado.

Dando continuidade, convidamos... Na verdade, são três: Junior Hekurari Yanomami, Dário Vitório Kopenawa e Júlio David Magalhães.

Nós dispomos de 15 minutos para a apresentação. Cada um disporá de cinco minutos, podendo se estender a critério aqui da Presidência e da Comissão, com a anuência da Comissão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Dom Roque está nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Vejam bem, foi feito um encaminhamento pelo Bispo Dom Roque Paloschi para que fosse o último a ser convidado.

Essa é a informação que eu tenho da Mesa.

O SR. DOM ROQUE PALOSCHI (*Fora do microfone.*) – Mas se quiser alterar, pode alterar.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Por mim não tem problema.

Como eu já anunciei, o Junior Hekurari Yanomami tem a palavra.

V. Sa. tem a palavra, por cinco minutos, podendo ser prorrogado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

Só a título de compreender aqui a questão....

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – V. Exa. está estabelecendo 15 minutos, sendo 5 minutos para cada um fazer a exposição inicial, é isso? Depois, virão as intervenções e eles responderam as intervenções...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... no mesmo formato que aconteceu com o...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – No mesmo formato que aconteceu, assim como tem acontecido.

V. Exa. vem acompanhando as sessões. O formato é o mesmo para todos os convidados.

O Junior Hekurari Yanomami pode falar.

O SR. JUNIOR HEKURARI YANOMAMI (*Por videoconferência.*) – Junior Hekurari, pode falar, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O microfone do Junior está desligado.

O microfone continua desligado, Junior. *(Pausa.)*

O SR. JUNIOR HEKURARI YANOMAMI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Agora. Pronto. Acho que o pessoal não estava autorizando aí.

Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Zenaide. Bom dia, parente Célia, parente que está aí acompanhando, Deputada.

Eu sou o Junior Hekurari Yanomami, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana.

Então, cinco minutos – não é? – é pouco tempo para a gente falar sobre saúde ianomâmi, onde está acontecendo essa crise sanitária do povo ianomâmi.

Então, eu quero dizer que a saúde ianomâmi começou, em 2019, a cair. O povo ianomâmi, durante o Governo passado, o povo ianomâmi morreu muito por falta de assistência de saúde, como a gente tem conhecimento.

Todas essas comunidades que a gente recebia antes e os postos, unidades básicas de saúde, que funcionavam, desde o início de 2019, durante a invasão dos garimpeiros, foram fechadas essas unidades básicas de saúde, e a população ianomâmi ficou sem atendimento de saúde, de profissionais de saúde, de médicos. E o povo ianomâmi ficou prejudicado, principalmente as crianças ianomâmis não receberam, nesses quatro anos, nenhum tipo de atendimento de saúde.

Os próprios invasores expulsaram, os próprios invasores queimaram algumas unidades básicas de saúde, esse é o conhecimento que a gente tem, que os profissionais ficaram com medo e foram embora para outras unidades de saúde.

Por isso a gente teve muitas mortes das crianças na Terra Indígena Yanomami. Principalmente, os ianomâmis não realizaram compras, medicamentos, não realizaram essas compras de medicamentos para tratar vermes nas comunidades, onde as crianças morreram também por falta de medicamentos para vermes, malária, nas comunidades.

Nesses anos, relatamos, denunciemos muito, mostramos muito para as autoridades, até levamos essas autoridades para as comunidades. A própria equipe do Governo Federal visitou as comunidades onde morreram mais, principalmente Parima, Kayanau e Xitei. Essas comunidades foram visitada por uma equipe do Governo Federal, do Ministério da Saúde, do governo passado. A própria equipe viu o sofrimento da população ianomâmi. Então, esse sofrimento, sim, aconteceu durante quatro anos. Todos têm conhecimento. Os senhores que são Senadores daqui de Roraima têm conhecimento, sim, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante esses quatro anos foi que começaram essas mortes, essa invasão na Terra Indígena Yanomami. A saúde, principalmente... Os Senadores de Roraima que estão... Coordenadores de saúde têm conhecimento, sim, do que aconteceu nas terras indígenas, que não compraram medicamentos, que não contrataram profissionais de saúde, que não contrataram médicos na Terra Indígena Yanomami. Os próprios Senadores que são de Roraima têm conhecimento, que a gente repassou tudo, tudo para o Ministério Público Federal, Polícia Federal. O próprio Governo Federal tinha conhecimento do que estava acontecendo, dessa desnutrição que aconteceu, que nossos rios foram contaminados, nossa água foi contaminada. Por isso, crianças ianomâmis tiveram desnutrição grave, passaram fome, porque nas nossas comunidades muitos garimpeiros entraram, afastaram nossos animais, animais que a gente buscava para alimentar, para alimentar a comunidade, e nossos peixes morreram por contaminação de mercúrio. Já está comprovado, já realizado pela Fiocruz, a própria Polícia Federal realizou pesquisas sobre contaminação na Terra Indígena Yanomami.

Então, a minha última fala é pedir aos Senadores que não nos chamem de "nossos". Não somos objeto para os senhores nos chamarem de "nossos indígenas", "nossos ianomâmis". Eu não sou objeto para os senhores me chamarem de "nosso". Entenderam? Somos indígenas, ianomâmis que estão sofrendo na Terra Indígena Yanomami. Somos cidadãos.

Então, eu quero dizer isso, por último: da malária nem se fala, não é? A malária está atacando todo o Território Yanomami.

É isso o que quero deixar bem claro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu gostaria de agradecer a participação do Junior Hekurari Yanomami, Presidente do Conselho Nacional de Saúde Indígena (Condisi).

Vou passar a palavra para o Dário Vitorio Kopenawa, Vice-Presidente da Hutukara Associação Yanomami, mas, antes, vou passar a palavra para a Senadora Eliziane, que pediu a palavra pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, na verdade, eu quero fazer os questionamentos ao Junior, para a gente poder explorar com ele a temática e, depois, seguir para o próximo, no mesmo formato, na verdade, que nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Concedido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Junior, você consegue me ouvir?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JUNIOR HEKURARI YANOMAMI (*Por videoconferência.*) – Sim, consigo sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Para interpelar.) – Eu tenho um dado aqui, Junior, que me apresenta o seguinte, na verdade, é um dado da Fiocruz que apresenta que, em mais de 90% da população ianomâmi examinada, foi caracterizada, realmente, a presença de mercúrio. E a gente sabe que o mercúrio é o produto básico utilizado pelo garimpo na região.

Sobre essa quantidade, por exemplo, esse percentual que é apresentado, hoje, pela Fiocruz, eu queria saber de você, pela sua vivência, entre a informação que nós temos da Fiocruz e a sua experiência local, você acredita que esse percentual corresponde, de fato? Ou seja, a gente pode dizer que, praticamente, toda a população indígena, toda a aldeia ianomâmi, hoje, Aracaçá – perdoe-me se eu pronunciei aqui a palavra errado – a gente pode afirmar que ela está, hoje, contaminada, envenenada, infelizmente, com o mercúrio, em relação à presença do garimpo na região?

O SR. JUNIOR HEKURARI YANOMAMI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim. Com certeza, essa comunidade era de 50 pessoas e, agora, a comunidade de Aracaçá está contando com 18 sanömas. Lá, onde foram realizados esses exames de mercúrio, então toda a população está contaminada, sim.

Em outras comunidades da região, onde há mais invasão, a gente percebe e especialistas e médicos falam que esses cabelos que caem são resultado de mercúrio, sim.

Então, nessas comunidades, hoje, o pessoal da Fiocruz está fazendo novas pesquisas onde a gente indica. Com certeza, nessas comunidades, tem fatos estranhos, como crianças nascendo malformadas, então, por isso, solicitamos que o pessoal da Fiocruz entrasse para fazer coleta de exame dos ianomâmis, dos rios, dos peixes. Então, sim, com certeza, é isso aí.

Temos pesquisa que a própria Polícia Federal realizou nos rios e com os ianomâmis também e que deu esses resultados. Com certeza, esse é o resultado e acreditamos que tenham muito mais do povo ianomâmi que estão contaminados.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Você pode afirmar, Junior, que hoje, por exemplo... A malária. A gente pode afirmar que a malária não está controlada na região? Essa é uma outra afirmativa que a gente pode assegurar?

O SR. JUNIOR HEKURARI YANOMAMI (*Por videoconferência.*) – Não está controlada, está avançando muito nas comunidades. Uma comunidade em que 200 pessoas moram tem 199 pessoas contaminadas de malária. Não há, ainda... Os profissionais não chegaram às comunidades, porque ainda é risco, tem nessas comunidades ainda a presença dos garimpeiros... A Força Nacional do SUS não consegue chegar pra combater a malária. A malária que está atacando, que está matando mais também os ianomâmis mulheres, jovens e homens. A malária está atacando. Por isso, os homens não conseguem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhar, cuidar das suas comunidades e cuidar das suas roças, caçar, pescar... Não estão vindo, porque também não tem peixe para pescar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Você acha que essa situação se acentuou mais ultimamente? Eu vou te dar aqui um dado. Por exemplo, eu tenho a informação de que nós tivemos 570 crianças de até cinco anos de idade que morreram no período de 2019 a 2022, e apenas no ano de 2022 nós tivemos 99 crianças até essa idade que morreram de doenças, na verdade, que poderiam ser evitadas; ou seja, nós tivemos um aumento considerável e uma concentração aí no ano de 2022.

Tu tens uma razão que você poderia me dizer, que você poderia designar, digamos assim, como um fator preponderante para que nós tivéssemos essa concentração de mortes de crianças aí no período de 2022?

O SR. JUNIOR HEKURARI YANOMAMI (*Por videoconferência.*) – Sim. As crianças morreram por falta de atendimento, por falta de assistência de saúde nas comunidades. Essas crianças ficaram sozinhas na comunidade. Não tinha a saúde a presença nas comunidades. Ainda essas 570, tem mais. Duzentas ainda não foram inseridas no sistema. Estão paradas essas 200 declarações de óbito dentro do DSEI Yanomami, porque o DSEI Yanomami não conseguiu alimentar essas declarações dentro do Siasi, que alimenta, porque os médicos não assinaram essas declarações porque não presenciaram, por falta de informações, mas os índios ianomâmis informaram que essas crianças morreram de desnutrição, malária e por falta de assistência de saúde nas comunidades. Essas comunidades ainda estão sem assistência de saúde. Então, por isso, esse número pode ser muito maior...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JUNIOR HEKURARI YANOMAMI (*Por videoconferência.*) – ..., porque as equipes estão investigando. Agora, estão descobrindo mais, estão descobrindo mais crianças que morreram que esses números que citaram nas comunidades. Muitas comunidades ainda se encontram em fase de investigação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – E, só pra finalizar, Presidente, neste meu tempo que ainda me resta, ontem nós tivemos aqui uma denúncia, Junior, que saiu na imprensa, de que, por exemplo, vacinas, lá atrás, da covid poderiam ter sido trocadas por ouro; ou seja, garimpeiros interceptaram ali a chegada da vacina aos povos ianomâmis e fizeram essa troca, essa comercialização, por ouro.

Você tem alguma informação nesse sentido? Dessa denúncia também você teve conhecimento?

O SR. JUNIOR HEKURARI YANOMAMI (*Por videoconferência.*) – Sim, eu apurei, eu fui à comunidade onde começaram a denunciar, nas próprias comunidades. Eu fui ouvir as comunidades, e as comunidades





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confirmaram... Agentes da saúde, os próprios colegas trabalhadores, também confirmaram que houve troca de vacina de coronavírus por ouro, falaram que trocaram 15, 20 gramas por cada vacina. Tem garimpeiros que são casados com ianomâmis e também os próprios garimpeiros... Esse que é casado confirmou que os profissionais venderam a vacina de coronavírus para os garimpeiros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito obrigada, Presidente. Muito obrigada, Junior.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Dando continuidade à audiência pública, antes de passar a palavra para o Dário Vitorio Kopenawa, eu quero dizer para o Mateus Ricardo Sanuma que, após a apresentação do Dom Roque Paloschi, eu vou conceder 5 minutos. Ele está em linha e pediu para que, na verdade, finalizasse uma apresentação. Nós vamos conceder, por 5 minutos, ao final da última apresentação.

Passo a palavra a Dário Vitorio Kopenawa, que dispõe de 5 minutos, mas prorrogáveis.

O SR. DÁRIO VITORIO KOPENAWA (Para expor. *Por videoconferência.*) – (*Saudação indígena.*)

Bom dia a todos e a todas!

Queria, em primeiro lugar, falar da situação do meu povo ianomami e ye'kwana.

Então, gostaria de mencionar quais são as cicatrizes que o governo federal, o governo estadual e o governo municipal deixaram na nossa terra, que se chama Terra Indígena Yanomami. Isso é resultado e é uma responsabilidade do governo federal e dos governos estaduais. Então queria fazer menções a isso.

Bom, como representante de associações, também eu vou citar nossas associações na Terra Yanomami e representando como a Associação Yanomami Kumirayoma, Kurikama, Suruwaha, Hutukara, Seduume, Txori, Urihi e Passari. Então, somos nove associações que representam o direito à defesa do povo ianomâmi em sua terra.

Queria falar um pouco sobre o desmatamento e danos ambientais que foram provocados até os últimos quatro anos e o que estamos sofrendo hoje em dia. Se fala em crise humanitária e crise sanitária. Isso é resultado bem claro... Na sociedade brasileira, o próprio governo federal tem um resultado bem claro para vocês e também para os Parlamentares, também para os governos estaduais.

Falando isso sobre a nossa contagem aqui, em 2019, nós tivemos a nossa contagem, acompanhamos, fizemos monitoramentos territoriais para poder apresentar o resultado, a cicatriz da atividade de garimpo ilegal na Terra Yanomami. Até 2019, foram desmatados 1,2 mil hectares. De 2018 a 2022, foram desmatados 3,2 mil hectares, destruídos. Em 2022, foram desmatados 4,4 mil hectares, destruídos com atividades de garimpo ilegal na Terra Yanomami. Então, um aumento de 300% entre 2019 e 2022. Isso é uma grande cicatriz de que estamos sofrendo hoje em dia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Terra Indígena Yanomami são mais de 20 mil garimpeiros. Nós ianomâmis, nós lideranças, nós associações, estamos fazendo essa contagem para falar e cobrar do Governo brasileiro, principalmente, como vocês são Srs. Senadores, têm responsabilidade de proteger qualquer cidadão brasileiro, uma responsabilidade muito grande. Por isso nós estamos demonstrando essa cicatriz na Terra Indígena Yanomami. Então, hoje é uma situação de muita vulnerabilidade.

Nós estamos aqui falando sobre a crise à humanidade, que não é de décadas, é recentemente destruída, recentemente desmatada, nos últimos quatro anos. Nós sofremos, massacrados que somos, discriminados, violados com a atividade de garimpo ilegal. Esse é o resultado que estão demonstrando os nossos territórios, as crianças, as mulheres, que estão morrendo contaminadas. Os nossos rios totalmente destruídos, as nossas casas, os nossos animais, os seres humanos estão correndo risco hoje em dia. Então isso é um resultado bem claro.

Eu, como representante da Hutukara Associação Yanomami, estou sempre denunciando, sempre alertando os governos anteriores e o Governo presente. Então, falando sobre a crise sanitária na Terra Yanomami, fizemos a contagem, de 2021 e 2022, do aumento do surto de malária: ficou em 40 mil casos de malária na Terra Indígena Yanomami como um todo. Isso é o que está acontecendo no cenário atual, no cenário nacional, e estamos falando que está acontecendo isso.

Então, falando sobre a crise sanitária, vou dizer para vocês qual é o problema maior que está causando. Os políticos locais, os políticos regionais estão interferindo na nossa saúde pública, na nossa saúde ianomâmi.

Então, os políticos locais, os políticos regionais indicaram o Distrito Yanomami e Ye'kuana para matar o meu povo ianomâmi. Negligenciar as crianças, negligenciar a assistência à saúde ianomâmi. É isso, uma responsabilidade. Quem indicou como coordenador do Distrito Yanomami também faz parte como violação e faz parte como crise humanitária, crise sanitária e, por isso, hoje os ianomâmis estão sofrendo na Terra Yanomami.

Então, eu queria colocar as minhas falas bem curtas e bem grossas. Então, eu queria dizer... E como o Junior falou isso, eu não quero que vocês Senadores falem: meus ianomâmis, meu território. Vou deixar bem claro isso. Isso como se fossem donos da terra, como se fossem donos da casa.

Então, quem é o dono da casa sou eu. Eu sou filho da terra, eu sou filho ianomâmi. Então, isso eu queria deixar bem claro. Vocês não se confundam, vocês falem como propriedade do nosso território. Se vocês estiverem falando de suas propriedades como o campo do Governo Federal, vocês podem falar isso.

Muito obrigado pela atenção de vocês. Muito obrigado por estar nesta audiência para falar da realidade ianomâmi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer ao Dário Vitorio Kopenawa, Vice-Presidente da Hutukara Associação Yanomami, pela sua participação.

Eu sei que alguns Senadores ainda gostariam de se manifestar, mas, antes, eu gostaria de fazer só um parêntese, porque os Senadores sempre estão indo a outras Comissões: que nós possamos, preliminarmente, decidirmos essa visita *in loco* de acordo com o cronograma dos trabalhos que foi apresentado aqui, inclusive aprovado por toda a Comissão. Nós temos que fazer a comunicação a todos os órgãos de Estado para que possamos viabilizar a ida dos Parlamentares e temos algumas datas propostas. Então, vai ficar a critério da convergência, mas da maioria também, para que nós possamos utilizar entre os dias 3 e 5 de abril, porque é véspera do feriado da Semana Santa. Então, de segunda a quarta.

E aí, têm que ser feitas todas as comunicações oficiais, vacinação, etc. de todos os membros da Comissão. Eu acho que é importantíssimo, é fundamental, é necessária exatamente a presença. A Comissão é composta de oito Senadores. Foram oito Senadores indicados pelos partidos ou pelo nosso Presidente Rodrigo Pacheco para compor esta Comissão.

Nós não somos maioria, mas estamos a metade aqui, três Senadoras e um Senador, para pedir alguma sugestão porque na próxima semana... quatro Senadores temos presentes. Claro, mas é porque a Senadora Damares não tem direito a voto.

A Senadora Eliziane gostaria de comentar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, só para eu compreender: o senhor está sugerindo de 3 a 5, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Exatamente: 3 a 5.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu queria perguntar aqui aos colegas – eu não quero condicionar jamais à minha agenda, mas é uma questão de... É porque eu estou com uma viagem pelo Congresso Nacional, com o Presidente Lula, para a China, então eu chegaria nesse limite. Se V. Exa... Se a gente pudesse colocar de 5, 6 e 7, se fosse possível...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – É Semana Santa. Para mim não tem problema, porque eu sou do estado, mas para a maioria dos Senadores haveria alguma restrição, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Será que nós não poderíamos colocar após a Semana Santa... É uma sugestão porque eu também vou estar fora, eu vou estar no Japão, numa missão do Senado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Seria 3, 4 e 5?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – É, 3, 4 e 5, porque sairia na segunda pela manhã e retornaria na quarta à tarde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, pode ser 10, 11 e 12?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Também. Eu estou apresentando aqui uma tentativa de acomodar todos os Parlamentares.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Mas o senhor vai consultar também os demais, é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sim, vou consultar os demais, mas nós temos que definir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Mas nós somos a maioria aqui: 10, 11 e 12? Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Então, é isso que eu estou vendo aqui, rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Seria 10, 11 e 12. A Senadora sugeriu...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Enfim, toca o barco aí.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Nos dias 10, 11 e 12. Nós já somos praticamente... Não somos maioria, mas o Presidente tem o voto de Minerva. Eu poderia deixar confirmado que será dias 10, 11 e 12, com o número de Senadores que fazem parte da Comissão que possam se deslocar, após feitas todas as tratativas com o Governo, com as instituições, com o Ministério dos Povos Indígenas, com a própria Funai, com todos os órgãos de Estado.

Esta Comissão é uma Comissão oficial, uma Comissão Especial Externa, que precisa, na verdade, cumprir o seu papel.

Com a palavra... Alguém gostaria de fazer alguma pergunta? (*Pausa.*)

Não.

Com a palavra Júlio David Magalhães, Presidente da Associação Wanasseduume Ye'kwana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. dispõe de cinco minutos, prorrogáveis.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – A Zenaide quer perguntar...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. *Fora do microfone.*) – Eu pensei que tinha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... para o Dário.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Eu queria fazer uma pergunta ao Dário: por que esse desmatamento cresceu? Está aqui: 2019 a 2022; 4,4 mil hectares de desmatamento na Terra Yanomami.

O SR. DÁRIO VITORIO KOPENAWA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, eu vou dizer para você, Senadora, que a sua pergunta dá um exemplo bem claro: se não tem formiga, se não tem praga na sua casa, não estragaria a sua casa. Isso significa atividade, garimpo ilegal que eles fazem: exploração, desmatamento para derrubar milhões de árvores. Por isso aconteceu isso.

Eu estou falando isso no total: em 2022, 4,4 mil hectares no total. Isso no total. Eu que estou falando. Afirmar que é isso que os garimpeiros ilegais desmataram na Terra Yanomami.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Obrigada. Era isso que eu queria saber. Então está provando que o garimpo é que está levando o maior desmatamento às terras ianomâmi.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Obrigado, Senadora. Obrigado ao Dário Vitorio Kopenawa.

Passo a palavra ao Júlio David Magalhães. V.Sa. dispõe de cinco minutos.

O SR. JÚLIO DAVID MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos os Parlamentares, Senadores que estão presentes. Obrigado por essa oportunidade.

Aqui estamos, mais uma vez, para falar da realidade da situação da nossa Terra Indígena Yanomami.

Então, ouvi muito discurso nesta plenária, de que os problemas vêm de muito tempo atrás, não é? Até agora, nenhum dos políticos tiveram posicionamentos para proteger os povos indígenas. Até agora! E isso está trazendo mais a violência às Terras Indígenas Yanomami.

Então eu vim aqui dizer aos senhores que nossa Terra Indígena Yanomami está estragada, está destruída, contaminada. Os rios estão contaminados, os peixes já foram contaminados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui estamos agora para pedir o apoio dos senhores. Buscar alternativa, de que forma nós vamos curar nossa terra. Então está difícil viver a consequência do que o próprio humano fez com a natureza, com o povo.

Então, voltando aos senhores, eu acho que vocês têm que pensar de que forma vão apoiar os povos indígenas. Nunca tivemos projetos bons para os povos indígenas voltados à educação, à saúde, a proteger o território. Nunca tivemos projetos do Governo.

Vou dizer aqui aos senhores também que apoiem os órgãos que estão querendo apoiar os povos indígenas. É importante isso, nós queremos apoio. Apoiar órgãos e instituições que estão atuando na Terra Indígena Yanomami. É bom isso.

Eu vim aqui dizer isso e falar aqui ao Sr. Diretor da Polícia Federal Renato Madsen, que apresentou aqui que na Terra Indígena Yanomami estão acontecendo operações. Isso diminuiu um pouco a entrada de invasores pelos rios, porque foi feita uma base de proteção montada na comunidade Palimiú.

Então a gente quer essa continuidade. Gostaríamos que a base aérea continuasse a vigilância aérea, porque os aviões dos garimpeiros continuam voando na Terra Indígena Yanomami. Sr. Madsen, gostaria que vocês, a Polícia Federal e demais, investigassem quem são os autores desses crimes que estão fazendo na Terra Indígena Yanomami contra a humanidade, contra a floresta, os rios, que estão destruídos na nossa Terra Indígena Yanomami. Queremos que investiguem quem são os autores.

Vocês conhecem muito bem...Os Parlamentares conhecem muito bem a legislação, as leis. Já ouvi falar muito isso, a conversa dos senhores. Então, nós queremos que cumpram o art. 231, que está garantido na Constituição Federal. Eu nunca ouvi falar sobre isso dos senhores: fortaleçam. É isso o que nós queremos. Obrigado.

Queria falar somente isso. Obrigado, Deputada Federal Célia Xakriabá, que está à frente, agora, do caso dos povos indígenas, e à Sônia Guajajara, do MPI.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer ao Júlio David Magalhães, Presidente da Associação Wanasseduume Ye'kwana.

Gostaria de passar a palavra à Senadora Eliziane Gama, mas antes, confirmando aquela sugestão da nobre Senadora, que pediu para que a data fosse alterada para 12, 13 e 14.

Confirmado para que fique, na verdade, nas notas da Comissão.

Muito obrigado.

V. Exa. Tem 5 minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, é só uma pergunta que eu vou fazer aqui ao Júlio.

Júlio, na fala anterior do Dário – e a Zenaide colocou muito bem –, ele fez um registro do aumento, por exemplo, da devastação na área do garimpo, ou, melhor dizendo, por fruto da ação do garimpo, que aumentou de 1.200 hectares de devastação para 4.400 hectares de devastação, no período de 2019 a 2022, não é isso, Zenaide? Então, nós tivemos, de fato, esse aumento de forma significativa.

Júlio, há algumas pessoas que colocam o seguinte: "Olha, a devastação sempre ocorreu, a exploração pelo garimpo sempre ocorreu, não é novidade nenhuma o que está acontecendo e o que está hoje sendo exposto pela imprensa no Brasil inteiro". Eu pergunto a você, Júlio: aumentou ou não aumentou, nos últimos...E aí eu faço um recorte, que é a data que o Dário colocou, do ano de 2019 para cá. Teve um aumento com relação à garimpagem? Teve um aumento em relação à desnutrição? Teve um aumento em relação à contaminação do mercúrio? Teve um aumento em relação ao impacto na saúde, um prejuízo à saúde dos ianomâmis ou não teve? Durante os últimos 4 anos, precisamente, de 2019 para cá, teve uma piora da situação ou não teve uma piora da situação?

O SR. JÚLIO DAVID MAGALHÃES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado pela pergunta, Senadora...Como é o nome?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eliziane.

O SR. JÚLIO DAVID MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Isso.

O SR. JÚLIO DAVID MAGALHÃES (*Por videoconferência.*) – Sim.

Bom, sabemos, está passando nas mídias, do aumento dos invasores, da entrada dos invasores, e aumentou a destruição. Realmente, é isso. Confirmo isso, durante os quatro anos do Governo anterior incentivou-se esse garimpo ilegal. Fez-se de tudo para legalizá-lo. Fez-se de tudo. Então, a gente viu que isso incentivou o garimpo.

O que mais a gente viu lá? Os garimpeiros invasores estão chegando por lá, falando para as comunidades que o Presidente já legalizou, mas não é verdade, porque os garimpeiros mentem para as comunidades. Os garimpeiros aliciam os jovens de algumas comunidades.

Então, realmente, isso aumentou, porque, no Governo anterior, não deixou de existir a violência na Terra Indígena Yanomami. Sabiam, todo mundo sabia disso. Tem muita gente morrendo de malária, tem violência, abuso sexual das meninas, entrada de ilícitos pelas facções criminosas. Isso causou muito...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu falei: o Governo anterior incentivou essa violência na nossa Terra Indígena Yanomami. Aumentou, sim, a devastação da Terra Indígena Yanomami.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito obrigada, Presidente.

Era apenas essa a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A Senadora Leila... Não.

A Senadora Damares.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senador, eu acho que a gente precisa registrar que, na pauta, consta que essas instituições que estão falando estão representando a Ministra dos Povos Indígenas. Vamos deixar claro que eu acho que ela pode ter sugerido, mas instituição não pode representar uma Ministra de Estado.

Então, para a gente deixar, depois, claro aqui, nas notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Fica feito o registro por parte de V. Exa.

Muito obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – Tá bom?

E aí a gente também trazer dados oficiais. Fala-se em 500 mortes de crianças por desnutrição, mas os dados oficiais do Siasi, que a gente tem que considerar, dizem que, de 2019 a 2023, infelizmente, tivemos 214 óbitos de crianças por desnutrição na área ianomâmi. E a gente precisa, depois, acompanhar de onde estão vindo esses outros dados.

Uma preocupação que eu tenho, Senador, é que o ianomâmi tem, como fonte de nutrição natural para essas crianças, o cogumelo que nasce ali, e a gente está vendo ONGs retirando o cogumelo e vendendo. Na internet tem muitas instituições, associações vendendo cogumelo, que é uma fonte natural de nutrição para essas crianças.

E a gente precisa acompanhar também, Senador, como essas ONGs estão trabalhando em área. Quando a gente vê um representante de uma ONG dizer que políticos do estado, como o senhor – isso é grave! –, indicaram gente para a coordenação para matar ianomâmi, isso é muito grave. Como ele colocou ali que políticos do estado estão matando ianomâmis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma acusação muito séria, e a gente vai precisar, talvez não nesta Comissão, porque ela tem um objeto específico, começar a entender que ele não fala por todos os ianomâmis. Ele está falando pela associação dele. Nós já temos aqui outras instituições ianomâmis que não falam dessa forma, que querem, inclusive, a nossa presença em área. Dizer que eles não querem a presença de um político em área... Os senhores representam e foram votados também por ianomâmis para chegarem aqui. Isso é muito grave e eu faço essa observação.

E as mortes de crianças? Nós tivemos um representante ianomâmi aqui falando de guerras tribais. Crianças estão morrendo nas guerras tribais. E trago aqui uma outra situação, Senador, que a gente vai ter que lidar com carinho: nós temos infanticídio em áreas indígenas por motivação cultural. Um outro representante ianomâmi, que iniciou aqui a fala, só ele, está com mais de 30 crianças com deficiência, crianças ianomâmis com deficiência que são rejeitadas pelos povos, o que é uma questão cultural e com a qual a gente vai ter que lidar com muito carinho.

Atenção, Brasil! Continuem amando os ianomâmis, mas nós temos assuntos muito delicados, e, talvez agora, Senador, a gente dê o pontapé inicial para lidar com muita delicadeza com esse assunto, protegendo as crianças, mas vamos ter os dados oficiais aqui.

Um outro representante – acho que o primeiro – disse que essas mortes todas começaram há quatro anos. Não é assim! A gente vai acompanhar. Nós tivemos, nos últimos quatro anos, dois fatores que têm que ser considerados: nós temos garimpeiros da Venezuela invadindo área ianomâmi; nós temos também um fluxo migratório da Venezuela; e nós tivemos, infelizmente, uma covid, Senador, que agravou a situação da saúde. Então, culpar que tudo isso foi nos últimos quatro anos chega a ser, além de indelicado, imoral ao dizer que essas mortes todas estão começando agora. Não estão! Já aconteceram e vamos encontrar a solução. Chega de ficar procurando culpados!

Por muito tempo, acusaram-me de genocida nos últimos anos, e eu não executava a política indígena. Queriam um culpado, mas eu não executava a política indígena. A Funai não estava no nosso ministério, tampouco a Sesai. Então, vamos acabar com as acusações e vamos juntos... As associações aí, que, inclusive, ganham dinheiro – a gente sabe... Tem denúncias do Ministério Público contra algumas ONGs dessas. E vamos acompanhar essas denúncias e as apurações, mas vamos juntos encontrar a solução.

Eu precisava fazer esse registro: os políticos, especialmente os Senadores do estado...

(Soa a campanha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – ... que estão aqui se empenhando para encontrar uma solução, acusá-los de homicídio, eu acho que é muito grave e eu precisava fazer esse registro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, nobre Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu passo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – É só a título até de informação.

Quando a Senadora Damares fala da representação do Ministério dos Povos Indígenas, Senadora, na verdade, o plano de trabalho trata... Nós estamos em um dos itens do plano de trabalho que convida as entidades que o Ministério dos Povos Indígenas possa indicar. Não é que eles estão substituindo a Ministra. A Ministra será convidada para vir a esta Comissão. Então, eles não estão substituindo a Ministra. A Ministra virá em um determinado momento, e isso faz parte do plano de trabalho aprovado por nós e sugerido pelo Dr. Hiran.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – É; porque eles colocaram aqui representantes, mas são indicados pelo Ministério dos Povos Indígenas, atendendo a um plano que nós mesmos aprovamos aqui no Senado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidamente, só para deixar claro aqui que a nossa maior intenção dentro desta Comissão é averiguar, de fato, o que aconteceu nos últimos anos e por que a comunidade ianomâmi chegou a esse lamentável cenário. Queremos, sim, não só buscar soluções, mas também nós precisamos encontrar os responsáveis.

Então, assim, estamos iniciando um trabalho; um trabalho que, a cada audiência que teremos aqui, vai nos trazer insumos para o debate dentro da Casa, porque o mais importante não é só esta Comissão, mas também o próprio Senado, o próprio Congresso se debruçar diante desse cenário dos povos ianomâmis, e nós temos que entender uma coisa: nós temos uma dívida histórica, existe uma dívida histórica, e o que nós estamos fazendo aqui, nada mais, nada menos, é nos juntarmos aos representantes do Estado, entendendo que os povos originários são a origem do nosso país, de todos nós.

Então, essa é uma responsabilidade não só dos políticos, que representam o Estado, mas acima de tudo, desta Casa, que deve, sim, se debruçar para trazer soluções, obviamente, mas nós não podemos fechar os nossos olhos para a realidade que a gente tem visto com relação à situação do povo ianomâmi.

Então, quero deixar muito claro aqui que nós estamos no início de um trabalho, um trabalho que eu acredito que vai ser muito importante para o futuro, principalmente para o futuro, porque nós vamos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim, trazer as soluções, mas nós não podemos fechar os olhos para uma realidade histórica que esse povo enfrenta.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado pela participação, pelos esclarecimentos.

Acima de tudo, nós estamos rigorosamente cumprindo aquela orientação que foi dada desde o início e aprovada e votada por todos os Srs. Senadores.

Com a palavra, D. Roque Paloschi, Presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

V. Sa. pode fazer parte aqui da mesa.

O SR. DOM ROQUE PALOSCHI (Para expor.) – Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, com os irmãos aqui que, por dez anos e meio, convivemos juntos lá em Roraima, mesmo que pensemos diferente nos respeitamos e somos amigos. Essa é uma expressão muito forte também de nosso querido D. Aldo Mongiano.

Eu gostaria de começar esta fala, em nome do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), – agradeço aqui a presença do Padre Paulo, representando a CNBB, também da equipe do Cimi, aqui conosco – para manifestar nossa profunda e irrestrita solidariedade com os povos ianomâmis e iecuanas, habitantes da Terra Indígena Yanomami, que vêm sofrendo uma violência extrema por causa da presença do garimpo dentro do seu território e pelo abandono sistemático do atendimento à saúde por parte do Estado brasileiro, principalmente nos últimos anos.

A partir do texto lá do Gênesis, onde, supostamente, Deus pergunta a Caim "onde está teu irmão?", o Papa Francisco nos interpela: "Quem dera que ouvíssemos o grito de Deus perguntando a todos nós: 'Onde está o teu irmão?'" Não nos façamos de distraídos, a pergunta é para todos nós: qual é o futuro dos povos ianomâmis, dos povos iecuanas e dos povos indígenas do Brasil?

Esta Comissão Externa só demonstrará sua competência e seu serviço ao país se centrar desde o início as suas preocupações efetivamente no acompanhamento da realidade de violência e de morte que afetam os povos indígenas, e se conseguir concluir seus trabalhos com propostas de medidas contundentes relativas à defesa da vida dos povos e de todo o território, como muito bem foi expressado. Não é só pelas vidas humanas, mas a vida e toda a criação.

No nosso entender, o garimpo nunca foi e não será uma solução para a vida saudável dos povos indígenas. Infelizmente, tem muitos que acreditam que é viável. É certo que o garimpo dentro da Terra Indígena Yanomami tem uma profundidade histórica, mas isso não pode confundir nossa atenção do que está acontecendo nos últimos anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o que tem acontecido nos últimos cinco anos, e particularmente desde 2019, com o anterior Governo Federal, levou a um problema de dimensões extraordinárias e de consequências gravíssimas. É sobre isso que precisamos falar, para apurar as responsabilidades. Como bem disse o Papa Francisco durante o encontro com os povos amazônicos em janeiro de 2018, em Puerto Maldonado – abro aspas: "Provavelmente nunca os povos amazônicos estiveram tão ameaçados nos seus territórios como estão agora" – fecho aspas. A situação que hoje constatamos na Terra Indígena Yanomami deve ser explicada por dois vetores, que já os indígenas manifestaram. O primeiro vetor é o aumento exponencial da presença do garimpo dentro da Terra Indígena Yanomami com um novo ponto de inflexão a partir do último governo, cada vez mais com maior complexidade e com maior capacidade de destruição diante da inação do Estado no cumprimento de sua obrigação constitucional de proteção das terras indígenas.

Em 2017, foi constatado um aumento do garimpo próximo à região habitada pelo grupo Moxihatëtë, que vive em situação de isolamento dentro da Terra Indígena Yanomami. É bom também que quem nos acompanha pelas transmissões saiba: no Brasil nós temos mais de 110 povos chamados povos livres ou isolados. Essa constatação motivou uma ação civil pública por parte do Ministério Público Federal de Roraima, criminalmente deferida pela Justiça Federal em primeira instância em novembro de 2018, obrigando a União a restabelecer as bases de proteção ambiental dentro da Terra Indígena Yanomami e tomar as medidas necessárias para desinترusão dos garimpeiros.

Depois dessa decisão de 2018, tivemos outras no mesmo sentido, sem contar com respostas por parte do Governo. Pelo contrário, a partir de 2019, o garimpo continuou aumentando de forma exponencial e os anos de 2021 e 2022 foram períodos de maior destruição e violência. O garimpo na Terra Indígena Yanomami destrói o ambiente natural, contamina as fontes de água e o solo, compromete significativamente a vida das comunidades que ali habitam.

As condições fundamentais para a economia das comunidades, como a caça, a pesca, os roçados, são também impactadas, colocando em risco a segurança alimentar desses grupos.

É nesse sentido que o xamã Davi Kopenawa afirmou recentemente que seu povo não está morrendo de fome, mas, sim, morrendo do garimpo.

O garimpo também traz consequências sociais e de saúde extremamente graves, como já foi lembrado aqui pela Senadora: aliciamento, intimidação, distribuição de bebidas, armas, ameaças, assassinatos, exploração sexual, contaminação por mercúrio, o aumento do índice de malária. Durante esses anos, foi instituído dentro da terra ianomâmi um verdadeiro ambiente de terror e violência.

O segundo fator foi o desmonte do atendimento à saúde, nesses anos, por parte do Governo Federal a partir do Distrito Sanitário Especial Yanomami e Ye'kuana, que resultou em desabastecimento ou fechamento de postos de saúde, em falta de condições de trabalho para as equipes multidisciplinares





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde, em abandono de pista de pouso, quando não ocupadas ilegalmente por parte dos garimpeiros para servir ao garimpo, em abandono das visitas periódicas das comunidades ou das medidas rotineiras e básicas de controle de doença como malária e do enfrentamento à desnutrição.

O que podemos afirmar claramente é que a manutenção do garimpo dentro do território ianomâmi e o desmonte do atendimento à saúde são dois elementos que geram e sustentam condições para a morte e o extermínio de um povo.

Em ambas as situações, havia responsabilidades do poder público que não foram cumpridas. Responsabilidades do poder público não foram cumpridas!

Senhoras e senhores, não faltaram informações. Queremos aqui destacar a coragem e a ousadia das lideranças indígenas e de suas organizações, seja ianomâmis, seja ye'kuanas, que, desde 2018, vêm denunciando sistematicamente a situação diante dos órgãos públicos, seja através de ofícios, seja de relatórios, seja de estudos extremamente qualificados, seja também de denúncias no âmbito internacional.

Durante os últimos anos, diversas decisões judiciais, inclusive do próprio Supremo Tribunal Federal, obrigaram a União a retomar medidas urgentes no sentido de efetivar a desintrusão dos garimpeiros e a reestruturação do atendimento à saúde.

Ainda uma medida cautelar da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, de maio de 2020, foi emitida no mesmo sentido.

Se não faltaram informações, denúncias, evidências, se não faltaram decisões judiciais, por que o Governo não agiu em suas atribuições e obrigações constitucionais?

A proteção dos territórios indígenas e a garantia do atendimento à saúde são obrigações constitucionais da União. Não precisa de decisões judiciais, uma obrigação que já está determinada na Constituição.

Contudo, só tivemos por parte do Governo Federal omissões, operações pontuais e desconsideração das decisões judiciais – desconsideração das decisões judiciais!

É lícito e é necessário questionar ações deliberadamente orquestradas e sistemáticas para manter a presença do garimpo e para a retirada do atendimento à saúde desses povos, dado o resultado desastroso a que assistimos.

Isso precisa ser apurado, Senadoras e Senadores, para garantir a responsabilização daqueles que deram causa a toda essa violência contra os povos ianomâmis e ye'kuanas, seja por ação, seja por omissão, seja por agente público, seja por agente privado, incluindo no escopo da apuração, a possibilidade de cometimento de crime de genocídio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Poder Executivo e o Poder Judiciário sinalizam, para o caso na terra ianomâmi, pela abertura de inquéritos que contemplem a possibilidade de crime de genocídio e de omissão de socorro. Falta que o Poder Legislativo também dê a sua palavra em relação a essa temática.

No âmbito do Poder Legislativo, queremos reconhecer a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que, em maio de 2022, fez uma diligência ao Estado de Roraima. Alguns dos Parlamentares aqui presentes lideraram essa diligência. Reconhecemos também os trabalhos da Comissão externa criada em 2022 pela Câmara dos Deputados.

Nos parece legítimo propor ao Sr. Presidente e ao Relator que, nesta nova Comissão agora formada, parte das recomendações e observações registradas, no empenho da Comissão externa e da diligência, aconteceram em 2022. Do contrário, dão a impressão de que estão passando para a sociedade a imagem de um mecanismo legítimo de averiguação, como são as Comissões parlamentares, em lugar de darem continuidade aos trabalhos do Poder Legislativo, acabam sendo palco para interesses ocultos de grupos particulares.

Senhoras e senhores, nos perguntam quais deveriam ser as soluções e as medidas a serem tomadas. Em nosso entendimento, as medidas mais urgentes e necessárias são aquelas que dizem respeito à proteção da vida de todos os territórios dos povos indígenas do Brasil. Enumero: a atuação emergencial de atendimento à saúde dos povos ianomâmi e iecwana, sem medir esforços para evitar novas mortes e recuperar as condições de vida saudável desses povos. Essa situação deverá ser mantida por tempo suficiente e deve ter como objetivo e horizonte a reestruturação e o fortalecimento do instituto de saúde ianomâmi e iecwana.

O Ministério da Saúde e a Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), em diálogo permanente com as comunidades e com as relações indígenas, devem liderar essas medidas; e o Governo, de forma colegiada, deve oferecer as condições necessárias para as ações, como recuperação ou reforma das pistas de pouso que sejam imprescindíveis para o atendimento à saúde dos povos ianomâmi e iecwana; reabertura e reforma de postos de saúde invadidos, destruídos, abandonados ou ocupados pelos garimpeiros.

Desintrusão imediata dos garimpeiros, estabelecendo as medidas de controle necessárias para que esses grupos não retornem ao território ianomâmi nem se desloquem a outros territórios indígenas, como já foi bem lembrado aqui pela Deputada Célia; a apuração e a responsabilização pelos crimes cometidos contra os povos ianomâmi e iecwana, como assassinatos, ameaças, aliciamento, violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres indígenas, invasão e devastação do território.

A violência contra os povos indígenas não pode ser normalizada, não pode ficar impune. A violência contra os povos indígenas não pode ser naturalizada, não pode ficar impune.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Inquérito, apuração e responsabilização na área cível e criminal de todos os agentes privados e públicos que lucram e que fazem parte da cadeia e do esquema que mantêm o garimpo dentro da Terra Indígena Yanomâmi e Ye'kuana e de todos aqueles que, tendo responsabilidades políticas para agir, ficaram inertes ou coniventes.

Como já afirmamos no início, o garimpo nunca foi solução para os povos indígenas; nunca gerou condições de vida saudáveis e dignas às pessoas que exercem essa atividade; nunca trouxe nenhum benefício para os povos indígenas, mas, sim, destruição, contaminação e morte; e nunca gerou um dinamismo econômico sustentável para o conjunto da sociedade roraimense.

A continuação criada pela atividade do garimpo não afeta apenas e exclusivamente os povos indígenas, mas toda a sociedade, por toda a bacia do Rio Branco que está direta ou indiretamente afetada por uma atividade de alto impacto de continuação.

Como afirma Davi Kopenawa, o pai do Dário, que ouvimos há pouco, abro aspas:

Vocês brancos dizem que nós ianomâmis não queremos o desenvolvimento. Falam isso porque não queremos a mineração em nossas terras, mas vocês não estão entendendo o que nós estamos dizendo. Nós não somos contra o desenvolvimento, nós somos contra apenas o desenvolvimento que vocês brancos querem empurrar para cima de nós.

(Soa a campanha.)

O SR. DOM ROQUE PALOSCHI –

O desenvolvimento que vocês falam em nos dar não é o mesmo que conhecemos. Vocês falam em devastar as nossas florestas para nos dar dinheiro, falam que somos carentes, mas esse não é o desenvolvimento que nós conhecemos. Para nós, desenvolvimento é ter a nossa terra com saúde, permitindo que nossos filhos vivam de forma saudável num lugar cheio de vida.

Ou seja, no fundo ele nos diz: que desenvolvimento é esse que destrói a criação toda, polui as águas, a terra e o ar para concentrar riqueza nas mãos de poucos e gerar a miséria para muitos?

Portanto, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, devemos ir buscar soluções, políticas públicas e diversificação da matriz econômica. Qualquer pretensão de resolver a atual situação em Roraima com uma proposta de regularização do garimpo, fora das terras indígenas, como alguns falam, significa, na prática, criar condições para uma estrutura formada de lavagem do ouro e da cassiterita, que continuarão sendo extraídos ilegalmente nos territórios indígenas.

A sociedade de Roraima, em seu conjunto, tem o direito de uma vida saudável, um meio ambiente respeitado, águas não contaminadas e perspectiva de futuro que não passe para atividades de grande impacto ambiental como a mineração e o garimpo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sei que essa posição nossa, em nome do Cimi, não é muito simpática. Aliás, o Bispo de Roraima, nos anos 70/80 e parte de 90, Dom Aldo Mongiano, teve a sua cabeça à prêmio, para quem cortasse a cabeça do bispo e a apresentasse, por um quilo de ouro.

Nós não queremos fugir de nossa responsabilidade como Conselho Indigenista Missionário, mas dizer publicamente que o garimpo não é futuro para os povos indígenas. Há necessidade e urgência urgentíssima de que as terras indígenas sejam demarcadas, homologadas, registradas e, sobretudo, que o Governo Federal proteja essas terras, porque isto é constitucional.

Passei um pouco, Sr. Presidente, mas espero a compreensão.

Isso é o que nós gostaríamos de dizer em nome do Conselho Indigenista Missionário e aproveito para dizer, porque fui citado pela Deputada Célia, que vale a pena, Sras. e Srs. Deputados, ler esse livro escrito pelo antropólogo Bruce Albert e Davi Kopenawa, um diálogo bonito, depois de 30 anos de convivência, uma riqueza que não podemos ignorar.

Também trago aqui publicações do Cimi, entre elas, o relatório de violência 2021, que foi publicado em 2022, e no jornal que o Cimi publica há quase 50 anos, o Porantim. E foi visitada a região do Catrimani. A igreja tem a Missão Catrimani e publicou um livro, pelas edições Paulinas, muito interessante: O encontro... E para, talvez, surpresa, de muitos, essa missão, que já passa de 50 anos, ainda não batizou nenhum ianomâmi ainda, é uma missão de contato, de diálogo, de respeito a uma presença, vivendo a interculturalidade e a interreligiosidade de missionários cristãos católicos com o povo ianomâmi na região de Catrimani.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer a apresentação do Dom Roque, que, com muito conhecimento dessa questão indígena, no nosso estado, e lá esteve, por mais de dez anos, como bispo da nossa arquidiocese. Ele, obviamente, tem muitas informações preciosas para dar para esta Comissão que, com certeza, deverão, realmente, ser aproveitadas num relatório finalístico desta Comissão.

Eu já tenho aqui um pedido de participação do Senador Dr. Hiran.

Passo a palavra. V. Exa. dispõe de cinco minutos.

Depois, eu quero ver, pela ordem, qual dos três Senadores gostaria de se...

A Senadora Eliziane. A Senadora...

Não, só Eliziane...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – Bom, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, Dom Roque, nosso velho amigo, é uma honra ter o senhor aqui nesta Comissão e dizer que, mais uma vez, a gente ressalta aqui o espírito que deve nortear esta Casa, o nosso Congresso Nacional. Esta Casa é uma Casa plural, uma Casa que representa o povo brasileiro, que tem diferentes modos de pensamento, de ideologias, culturas, costumes, enfim.

E, como o senhor mesmo relata aqui, nós temos algumas posições diferentes, em termos de pensamento, mas respeitamos muito as posições e estamos aqui para fazer um grande debate, para podermos, no final, apresentar um relatório que venha realmente ao encontro da vida, da proteção às pessoas, do progresso e do bem-estar, não só do povo ianomâmi, mas dos povos originários, em geral, e do povo brasileiro de um modo maior ainda.

Dom Roque, nós temos algumas diferenças, mas eu tenho um compromisso, eu quero deixar muito claro, que eu sempre tive um compromisso muito grande com o cuidar das comunidades indígenas.

Se o senhor for à Casai, lá no nosso estado, onde o Presidente foi há pouco tempo atrás, ali, Senadora Leila, na década de 90, acontecia uma situação muito grave. Os índios que vinham removidos das áreas indígenas ficavam ali numa situação de muita vulnerabilidade, sem higiene, sem condições sanitárias. E, como fui coordenador da Funasa e, àquela época, a Funasa tinha como preceito constitucional cuidar das comunidades indígenas, eu ali construí a Casai, com recurso ainda do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E aquela Casai é que funciona até hoje, além do que, na década de 90, o senhor sabe, foi construída uma casa de cura, com doação da comunidade internacional, principalmente de italianos, e uma parte do financiamento do Papa à época. E eu fiz um convênio Funasa/Casa de Cura, para a gente cuidar lá dos indígenas que tinham doenças crônicas, principalmente leishmaniose e tuberculose. E também, à minha época, nós fizemos um convênio com o Banco Mundial que se chamava PCMAN (Programa de Controle da Malária na Bacia Amazônica), em que nós começamos a dar uma cobertura muito maior em termos de hora/voo, convênios para preparar agentes de saúde indígenas em convênio com o CIR para dar diagnóstico rápido de malária, fazer busca ativa, tratamento, cortar elo de transmissão e diminuir a incidência das doenças nas áreas indígenas do nosso estado. Tivemos um resultado muito positivo. Isso está nos Anais do Ministério da Saúde.

Então, eu quero só ressaltar aqui o meu compromisso com as comunidades indígenas, o que não me faz também deixar de manifestar que... Eu tenho uma opinião de que precisamos aprofundar esse debate, porque se fala muito, Leila, aqui, Senadora Leila, você vai conhecer o nosso estado e vai ser uma honra para nós, você vai ver que nós vivemos lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – É uma crise humanitária a que nós vivemos. Então, a senhora sabe. Nós recebemos ainda hoje cerca de 500 venezuelanos que vivem no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso estado em situação de vulnerabilidade, porque a Operação Acolhida, que já gastou do nosso país mais de R\$1,7 bilhão nos 13 abrigos que temos...

(Soa a campainha.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Além desses venezuelanos que vivem nos abrigos, nós temos muitos venezuelanos vivendo pelas ruas da nossa cidade e não só da capital, mas também de todo o interior, além do que agora temos esses operários do garimpo. Como já se falou aqui, é bom que se identifique quem ganha dinheiro com garimpo, porque lá dentro nós ainda temos cerca de 500 a 800 garimpeiros. Muitos até querem sair, mas não têm mais nem condição de saírem porque vivem numa situação muito difícil.

Esta nossa Comissão eu acho que fará um raio-X de toda essa problemática que envolve as nossas comunidades. E eu quero aqui salientar que mesmo com todas essas dificuldades, o nosso estado é o estado que tem mais reservas indígenas no país. O segundo colocado não tem nem 50% do que nós temos lá. Temos 10 milhões de hectares, 9,6 milhões, 800 mil com a Reserva São Marcos e mais 1,7 milhão de hectares da reserva Raposa Serra do Sol, Senadora Leila. Todo o norte do nosso estado, 46% do nosso estado é reserva.

Então, graças a Deus, graças a Deus, Dom Roque, 95% da nossa reserva ianomâmi está preservada. Foi falado aqui, inclusive, pelo Procurador da República, que nós temos uma degradação ao longo do Rio Mucajaí, no Catrimani, no Couto de Magalhães e no Uraricoera e que isso seria mais ou menos uma área de dois mil e poucos hectares. Ora, a gente não é a favor do garimpo. Ninguém aqui é a favor do garimpo como é feito lá. Aquilo degrada muito a natureza e gera todas essas fragilidades na atenção à saúde, na atenção de uma maneira geral às comunidades indígenas que estão ali, em contato com aquele garimpo que é predatório. Mas nós precisamos, sim, discutir aqui como vamos aproveitar aquelas nossas incommensuráveis riquezas, porque eu não falo nem em ouro ou em cassiterita, não; eu falo em nióbio, em vanádio, em urânio, tão raros na natureza, porque os países ricos, Senadora Leila, exploraram muito a natureza e nós estamos ali, em um lugar extremamente rico, com uma população extremamente pobre e vulnerável.

Nós temos que discutir isso aqui. Aqui é a Casa da discussão e eu acho que aqui é a Casa onde nós vamos construir, depois de todas essas audiências, que têm depoimentos tão divergentes, tão diferentes... Acho que nós temos aqui um desafio: compilar isso tudo e formatar um relatório que, realmente, seja um relatório que mostre a realidade por que passa o nosso Estado de Roraima, a situação das nossas etnias. Enfim, este é que é o nosso grande desafio.

Eu quero agradecer, Dom Roque, a sua participação aqui e dizer que foi uma honra recebê-lo. Nós vamos também levar muito em consideração aquilo que o senhor colocou aqui no seu relatório que seja pertinente para que possamos fazer o enfrentamento desse problema que foi colocado por V. Exa. aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Obrigado, Senador Dr. Hiran.

Passo a palavra à Senadora Eliziane. V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Para interpelar.) – Primeiro, eu queria cumprimentar, Dom Roque, o senhor e lhe dizer que a sua fala, na verdade, enche-nos de muita responsabilidade, porque o senhor conseguiu enumerar, de forma até muito didática, a situação de calamidade, a situação que traz, na verdade, uma certa comoção a todos os brasileiros em relação aos povos ianomâmis. Então, eu queria lhe cumprimentar e, considerando, de fato, que o nosso tempo é limitado, eu queria fazer para o senhor três perguntas e se o senhor pudesse anotar... Mas, na verdade, basicamente, eu vou reduzir a uma, por conta também do adiantado da hora.

O senhor fez referência à decisão do Supremo Tribunal Federal com referência à desintrusão, a palavra que é adequada ao garimpo, ali, mais precisamente em 2018, mas, ao mesmo tempo, de lá para cá, nós percebemos que houve um aumento considerável em relação à presença do garimpeiro na região. O senhor pode afirmar que a decisão do Supremo Tribunal Federal não foi cumprida? Nós podemos falar isso de forma clara, considerando exatamente esse acréscimo e, ao invés de uma interrupção, o crescimento do garimpo na Terra Yanomami?

Ao mesmo tempo também, como o senhor analisa, por exemplo, o relatório intitulado "Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil", que é do Cimi? Ele apurou que, apenas em 2021, houve 1.294 registros de ataques ilegais contra povos originários; ou seja, apenas no ano de 2021, nós tivemos 1.294 registros de ataques ilegais. A gente teria um fato próprio que a gente poderia designar como a razão, digamos assim, para uma concentração tão grande de ataques legais aos povos originários no ano de 2021?

E a minha última pergunta é que eu... Por exemplo, o Cimi noticiou que tem acompanhado, por exemplo, essa desintrusão do garimpo mais ultimamente. Nós já temos resultados específicos disso? Eu queria que o senhor me desse um dado mais atual, do momento atual que nós estamos vivenciando, e se a gente já pode iniciar, por exemplo, uma comemoração em relação a essa saída de garimpeiros na região.

O SR. DOM ROQUE PALOSCHI (Para expor.) – Senadora Eliziane, é difícil responder essa última pergunta, mas vamos por ordem.

O povo diz que contra fatos não há argumentos, e os fatos estão aí, os dados estão publicados, inclusive por órgãos do próprio Governo, como nós acompanhamos aqui o senhor da Polícia Federal mostrando situações muito peculiares. Portanto, o não cumprimento das decisões da Justiça levou a um certo empoderamento dos invasores, mesmo porque, com todo o respeito, havia também uma tentativa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de projeto de lei para regularizar a ação do garimpo em terras indígenas, e, respeitosamente dizendo, os invasores se sentiam como que autorizados, autorizados por parte do Governo, por parte do último Governo, quando havia também até o desejo, por parte do Senhor Presidente, de fazer um encontro com os garimpeiros manifestado, pelo menos pelo que saía nos noticiários. Então, tudo isso foi dando um empoderamento.

Conjunto à resposta, nós vivemos numa sociedade preconceituosa, discriminatória e, sobretudo, incapaz – nós estamos numa Casa que é plural – de aceitar quem é diferente, e isso os indígenas falaram expressamente. Expressamente, esse preconceito, que é de norte a sul, de leste a oeste... Não é mais do Oiapoque ao Chuí, mas de Caburá, em Roraima, ao Chuí, nós presenciamos isso. Então, toda essa mentalidade vai se incorporando na sociedade e faz com que todas as atrocidades contra os grupos militares parecem que são normais. Vivemos quase que uma normalidade a violência contra determinados grupos em nosso país. Acharmos que tem muita gente que pensa que está cometendo, que está fazendo um serviço, um favor.

O número de indígenas assassinados recentemente demonstra toda essa mentalidade. Eu, aqui, não teria os dados certo para dizer, mas só no mês de setembro foram nove indígenas assassinados no ano passado. Nove indígenas. Tudo isso demonstra uma ideia de que os índios, os indígenas ainda não são vistos como parte da sociedade brasileira. Eles, que estavam aqui, muitos grupos, vivendo há mais de 10, 12 mil anos, ainda hoje, depois de 523 anos, estão sendo cada vez mais cerceados nos seus direitos originários que a Constituição prevê nos arts. 231 e 232.

Quando se falava nessa possibilidade de que o Poder Executivo e o Poder Judiciário levantarem investigações sobre a questão de genocídio, houve – isso apurei por causa do tempo –, em 1993, na região perto de Surucucu, o famoso massacre no qual muitos indígenas foram assassinados por garimpeiros. Foi a única vez que o Supremo Tribunal Federal decretou que era genocídio, aquilo que tinha acontecido lá na região de Surucucu, na aldeia Haximu, mais ou menos foi isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Dom, só mais uma pergunta nesse meu tempo.

Algumas pessoas estão mencionando a questão da chegada dos venezuelanos lá na região. Até que ponto há uma influência deles em relação ao garimpo – em relação a garimpeiros venezuelanos –, até que ponto tem essa influência deles em relação a esse aumento dos últimos quatro ou cinco anos ou, precisamente, eu diria, oito anos, que foi quando nós tivemos uma vinda maior dos venezuelanos para aquela região?

O SR. DOM ROQUE PALOSCHI – Bom, eu saí de Roraima em dezembro de 2015 – nós temos informações, mas não temos dados oficiais –, mas eu, pessoalmente, pelas informações que a Igreja tem, a Missão tem e o Cimi tem, não acredito que sejam significativos os números de venezuelanos no garimpo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que a história do garimpo é uma história que não lembra a de Serra Pelada, que não lembra a situação lá dos próprios ianomâmis. Há um mecanismo muito forte por trás de tudo isso, e com muita força. Se, nos anos 80, no final dos anos 80, 90, foram retirados 40 mil garimpeiros... Os indígenas disseram que, na verdade, na verdade – esta era uma expressão de um político nosso lá do sul: "na verdade, na verdade" –, eles não saíram, como foi dito hoje aqui pelos indígenas da área, ficaram sempre em volta. Por isso eu, pessoalmente, o Cimi também, não acreditamos que tenha um número significativo de venezuelanos no garimpo, como trabalhadores enfim, e assim por diante. Isso são hipóteses e também a Senadora Damares falou que tem...

O Governo deverá ter dados, a Polícia Federal deverá ter dados que demonstrem isso, por isso é que defendemos que haja investigação, que haja averiguação, não se pode normalizar a violência contra os povos indígenas, como se nada tivesse acontecido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito obrigada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Presidente, me permita uma questão de ordem, é um minutinho. Eu quero só fazer um registro, é só um minuto.

V. Exa. me permite, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Tá bom. Queria finalizar o meu raciocínio, mas o senhor pode falar, o senhor é o Relator! (*Risos.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Não, aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, estou brincando, fique à vontade, Senador.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Como Relator.) – A nossa relação aqui é muito fraterna, respeitosa e tudo mais. Eu acho que as coisas acontecem tranquilamente aqui com a condução do nosso Presidente, que é um homem muito conciliador. Acho que a Comissão tem transcorrido aqui na maior harmonia, não é?

Dom Roque falou sobre o massacre de Haximu, e eu não poderia deixar de falar.

A vantagem de a gente ser mais velho é que a gente participa das coisas, sabe, Leila?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Viveu muito...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Já viveu muito, então...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dom Roque, naquela ocasião eu fui requisitado... Eu sou oftalmologista, o senhor sabe, mas sou médico legista e, naquela ocasião, Senadora Damares, eu fui requisitado pela Polícia Federal para ir fazer a identificação dos corpos que teriam sido assassinados numa aldeia indígena chamada Haximu, perto de Homoxi, mas que depois nós descobrimos que nem no Brasil era, ela estava na Venezuela.

Mas eu cheguei lá, estava o Marcos Losekann, da Globo – você estava lá, inclusive –, cheguei, andei pelo meio do mato procurando os corpos, e não encontramos corpo nenhum, só encontramos um cadáver. Eu, pela minha experiência como médico legista, vi que era de uma indígena, pela estatura, que era uma mulher, pela sua bacia e pelos ossos longos, que, pelas rarefações dos ossos longos, tinha já uma certa degeneração óssea. Por ali, eu achei que ela devia ter mais de 60 anos, mas não tinha nenhum tipo de relação com o evento relatado. Inclusive o senhor falou de Bruce Albert; Bruce Albert foi uma das pessoas que chamou atenção de que poderia ter havido esse massacre, ele era um antropólogo que tinha uma convivência muito grande naquela região, mas vocês veem o que é a narrativa: nunca se achou nenhum cadáver, mas aonde vou nesse mundo que eu fale no Massacre de Haximu, todo mundo sabe desse Massacre de Haximu. Eu duvido, eu tenho as minhas dúvidas de que esse massacre tenha acontecido, agora, do que eu tenho certeza é que esse massacre não aconteceu em terras brasileiras, Haximu está na Venezuela.

Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Só para lembrar, Presidente, o que o Relator destaca. É bom lembrar também, Relator, que tem uma decisão em relação a esse massacre do STF e do STJ constatando o primeiro genocídio do Brasil. Então a palavra de V. Exa. vai contra uma decisão, aliás, transitada em julgado, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo STJ. A título até de informação, a bem da verdade acho que a gente precisava fazer esse registro aqui na Comissão.

Mas eu quero finalizar, Dom Roque, cumprimentando-o e lhe dizendo o seguinte: para mim, cada dia mais, fica claro, e com os depoimentos que nós acompanhamos nesta Comissão, que, de fato, houve, eu nem diria um incentivo velado, porque o então Presidente sempre deixou muito claro o seu interesse. Aliás, ele fez até uma defesa durante sua campanha eleitoral, que era a exploração de mineração em terras indígenas, o que, aliás, é inconstitucional. Então, ele sempre fez essa defesa.

Eu estive lá, Dom, o Senador Chico Rodrigues sabe disso, não sei se o Senador... Ah, não estava porque ainda não era Senador, mas, na verdade, nós fomos numa comissão pelo Senado Federal, eu estive lá, e a gente realmente percebe, de forma muito clara, que alguns garimpeiros se sentiam empoderados com a situação: "Nós vamos para lá mesmo", enfim. Inclusive, no dia da nossa ida, chegaram a correr nas redes sociais áudios de garimpeiros fazendo orientações do comportamento que deveria ocorrer naquele período em que estávamos ali. Nós fomos para uma sessão na Assembleia Legislativa do Maranhão em que, por muito pouco, não fomos agredidos fisicamente. Foi impressionante isso. Um dos carros nossos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a presença da Deputada Joenia Wapichana, que hoje é Presidente da Funai, ela não foi agredida fisicamente por um espaço de 30cm ou 40cm de pessoas que vieram para cima de uma forma terrível, invadindo o carro. E, por pouco, graças a Deus, nós não fomos fisicamente agredidos, e por pessoas que se sentiam donas da possibilidade real de continuar no crime que era a exploração do garimpo em terra indígena.

Então, eu acho que as suas afirmações ficam cada vez mais claras, não é, do que nós na verdade já temos de evidência, que é o incentivo à exploração garimpo, da presença do mercúrio, da devastação, quer dizer, de uma série de elementos que acaba evidenciando o que nós estamos acompanhando hoje, que é uma população inteira sendo dizimada. É a palavra mais certa que a gente pode colocar em relação aos ianomâmis.

E parabéns ao senhor pelo seu trabalho no Cimi.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Concedo a palavra à nobre Senadora Damares Alves. V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Para interpellar.) – Dom Roque, muito obrigada por estar aqui.

Nós reconhecemos o trabalho do Cimi. É com base em muitos relatórios do Cimi que a gente atua nesta Casa. Quando vocês trazem, por exemplo, um relatório de que em 2014 aconteceram 138 assassinatos de índios no Brasil, isso é muito grave.

Vocês apresentam um relatório de suicídio. Em dez anos, vocês conseguiram mapear mais de 700 suicídios indígenas no Brasil; muito obrigado, Cimi, pela produção do material. Mas, neste momento, Dom Roque, eu queria muito depois encaminhar para o Cimi dados sobre a atuação do antigo governo, por exemplo, especialmente na área ianomâmi, que é o nosso foco aqui. A Funai, de 2016 a 2018, gastou apenas R\$556 mil para a proteção etnoambiental, mas de 2019 e 2021, R\$3,4 milhões, um acréscimo de 512%. Então, um governo que cresce 512% na proteção etnoambiental só na Funai não foi um governo omissor, e eu vou mandar os dados oficiais para o Cimi.

Quanto ao não cumprimento de decisões, eu acompanhei essa ADPF, as decisões foram cumpridas. Só operações na área foram mais de 30: 111 aeronaves apreendidas; 87 pistas de pouso investigadas; 29 postos de combustíveis interditados. Tanto que o relatório foi aceito pelo STF.

Então, assim, em um momento, queria que se tirasse todos os garimpeiros durante a pandemia. E por que o governo disse: "Vamos retirar", mas, em um único momento, colocaria esses garimpeiros em uma cidade próxima. Essa cidade estava pronta para receber, como falam, 20 mil garimpeiros de uma vez durante a pandemia?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A entrada dos agentes da Polícia Federal naquele momento – foi só num momento em que se adiaram as operações. E se esses agentes estivessem contaminados com covid e levassem, Ibama, Polícia Federal, Exército? Então, naquele período de covid, houve um cuidado da Funai de não entrar ninguém na área, da Funai e Sesai, para evitar a contaminação. Mas, posteriormente, as decisões foram cumpridas e anteriormente também.

Eu vou encaminhar para o Cimi esses dados oficiais para que o Cimi tenha acesso aos dados oficiais de que não foi – contra fatos não há argumentos, Dom Roque –, não foi um governo omissor. Se as nossas ações não tiveram o resultado efetivo que a gente tanto sonhou... Mas, omissão não!

O governo mandou um projeto de lei para o Congresso. Em 1996, o Senador Romero Jucá já apresentou um projeto aqui nesta Casa. Então, a decisão, a discussão de legalização de mineração em áreas indígenas não foi ideia do Governo anterior. O projeto do governo anterior foi apensado a diversas outras propostas que tramitam, mas com um cuidado do governo anterior: em áreas de recente contato, não. Tanto que fizemos a operação para prender 111 aeronaves em área ianomâmi.

Então, assim, contra fatos não há argumentos. A discussão de legalização em área indígena acontece há décadas nesta Casa, não foi invenção do governo anterior. A proposta era para aperfeiçoar o que já acontecia aqui.

Então, assim, D. Roque, não houve um Governo que se reunia todo dia, ministros que se trancavam dentro de uma sala e diziam, "hoje vamos matar dez ianomâmi. Amanhã vamos matar 20." Não! Nós trabalhamos, nós fizemos a nossa parte. Os resultados não foram o que esperávamos, mas não houve omissão.

(Soa a campanha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – Então eu vou mandar para o senhor esses dados todos, para que o Cimi tenha acesso aos dados oficiais das ações do governo anterior em área ianomâmi. E muito obrigada, Dom Roque, por sua dedicação, por sua vida, por sua entrega missionária aos povos indígenas.

O SR. DOM ROQUE PALOSCHI (Para expor.) – Obrigado, Senadora. O Cimi recebe os dados, e nós não estamos aqui para discutir essas coisas. Apresentamos a proposta e, sobretudo, temos esta consciência: quanto maior for o diálogo com os povos indígenas, suas aldeias, suas organizações, muito mais eficientes vão ser os passos que nós vamos dar em relação a essa problemática, que afeta não só os povos indígenas ianomâmi e iecwana, mas todos os povos indígenas do Brasil.

Mas o retrato da situação ianomâmi e iecwana é o retrato que se vai desenhando de toda a situação indígena do Brasil. Sras. e Srs. Senadores, esse retrato que nós temos aí é um caminho que, se nós não tomarmos medidas sérias e urgentes na demarcação de terras, na proteção dessas terras e, sobretudo,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com políticas públicas que ajudem, seja na educação seja na saúde, mas também aquilo que prega a Constituição, não pode mudar.

E eu queria só lembrar que já em 1988, Senador Chico Rodrigues, a igreja apresentou um documento justamente dizendo assim, deixe mais uma página aqui: "O desenvolvimento e a segurança do nosso país não podem ser forjados sobre os cadáveres dos povos indígenas. O Brasil não pode pactuar com a desintegração e a morte das populações indígenas."

Há muito tempo que essa questão está rodando, não é? Está rodando, e a Constituição de 1988 nos deu, pelo menos sinalizou caminhos que nós podemos percorrer.

Por isso, parabênizo a Comissão e a oportunidade do Cimi, porque nós não pensávamos que íamos ser chamados, porque isso é responsabilidade de gente grande, não é? Então o Cimi é pequeno no conjunto da coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer a participação do D. Roque Paloschi, que é Presidente do Conselho Indigenista Missionário, e discordar dele, dizer que o Cimi, na verdade, se agiganta em cada causa que defende neste país, e pelo qual temos que ter realmente a responsabilidade e o respeito. O nosso Relator, Senador Dr. Hiran, com certeza absorverá muito dessas sugestões, muito desses documentos que foram aqui por V.Sa. apresentados.

Então agradeço a participação.

Dando continuidade à sessão, eu gostaria de – ainda como uma apresentação final, porque estão, na verdade, insistindo junto à nossa coordenação – dar dois minutos ao Alberto Brazão para as suas conclusões finais, dois minutos. E depois ao Mateus Sanuma e ao Dário Kopenawa, também. São dois minutos para cada um deles. V. Exa. pode...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Improrrogáveis.

Com a palavra o Alberto Goes.

(Soa a campainha.)

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – *Awei.*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar aqui, Senador Presidente Chico Rodrigues, frisar, que o garimpo na Terra Indígena Yanomami é nocivo, sim, é nocivo! Entra governo, sai governo, temos esse problema sim, sempre. O Governo faz retiradas sim, operações atrás de operações. Sim.

É por isso que eu reforço e volto a falar que parente de ianomâmi que coopera, que favorece o garimpo ilegal, também tem que ser punido. Tem que ser apurado, identificado, quem é o parente de ianomâmi que faz isso. *Awei?*

Hoje, parentes de ianomâmi, naquela região de Surucucu, que está sendo alvo da mídia, da crise humanitária – *awei*, acontece sim, está acontecendo –, o garimpo ilegal armou os parentes de ianomâmis. Hoje, os parentes de ianomâmis daquela região não estão guerreando mais com arco e flecha e sim com uma arma de fogo calibre 20, calibre 16, fruto da cooptação, do aliciamento do garimpeiro com aquela liderança, com o clã que domina aquela região. Isso tem que ser colocado aqui.

A força terrestre do Exército Brasileiro que ali atua, o pelotão de fronteira de Auaris, de Surucucu, precisa ter autonomia de polícia de fato, fazer o reconhecimento de fronteira e prender essas armas que são comercializadas ilegalmente. Isso é real. E também.... *(Falha no áudio.)*

Esta Comissão vai levar o meu recado para o mundo todo: precisamos, sim, olhar com um olhar humanizado a questão climática para os outros países que poluem o meio ambiente.

O que afetou hoje os parentes de ianomâmis daquela região, os parentes que vivem nas alturas, nas montanhas? Por causa do clima, a roça não vingou, o que ele plantou não vingou. Por isso, não estão tendo a alimentação natural do ianomâmis. Então, isso se agravou. Muita chuva no período em que ele achou que ia colher aquela roça.

Awei!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado ao Alberto Brazão Goes.

Agora, passo a palavra ao Mateus Sanuma.

O SR. MATEUS RICARDO SANUMA *(Por videoconferência.)* – Abra o microfone. Alô....

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Estamos ouvindo sim.

(Soa a campanha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MATEUS RICARDO SANUMA (Para expor. *Por videoconferência. Tradução consecutiva.*) – Então, senhores, de volta aqui, eu quero dirigir as palavras ao Beto.

Beto Goes, que fique bem claro que não são todos os ianomâmis e os sanumás que concordam com a entrada dos garimpeiros não. São algumas pessoas, como a gente estava falando. Nós somos vítimas. Chega um bando de pessoas armadas, a gente com flechas, nós não temos como lutar contra eles.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MATEUS RICARDO SANUMA (*Por videoconferência. Tradução consecutiva.*) – Então, Beto, lembrando que um grupo pequeno de pessoas, isoladas numa região aonde chegam várias pessoas armadas ali, são reféns. Eles vão fazer aquilo que aquelas pessoas que chegaram ali, naquele local, vão pedir para eles fazerem. Então, têm medo. Como é que eles vão se defender?

Então, quero lembrar para você que os ianomâmis, muitos deles, a maioria são vítimas.

Então, eu gostaria somente de fazer essa correção diante daquilo que o Beto Goes falou.

Os sanumás que vivem na aldeia, também, às vezes, vão à cidade. Então, eles têm medo de fazer alguma coisa contra esses homens e, quando chegarem na cidade, correrem perigo.

Então, eles o fazem por medo, não diretamente porque estão aceitando aquelas pessoas ali.

Então, agora, um outro assunto aqui que foi falado, das crianças que nascem com problemas de cegueira, ou, então, com qualquer problema neurológico, ou faltando algumas partes do corpo. E a gente encontra as crianças dessa forma, e as mães percebendo que não podem criar essas crianças, elas as abandonam.

O que acontece? Nós estamos pegando essas crianças deixadas para morrer e salvando-as. É por isso que eu estou pedindo ajuda para a gente poder dar continuidade, continuar salvando essas crianças que são jogadas e abandonadas para morrerem.

Então, o abandono de crianças para deixar morrer é um fator cultural. Isso aconteceu por muito tempo, mas, agora, com a presença da saúde perto da gente, com os não indígenas o tempo todo, por que deixar continuar morrendo se temos a saúde tão perto? Então, o que nós queremos fazer é acolher essas crianças e pedir ajuda para podermos cuidar delas.

É isso que eu gostaria de falar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado ao Mateus Sanuma. Bons esclarecimentos.

Agora, eu passo a palavra, por dois minutos, ao Dário Kopenawa. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode falar sim. O microfone está aberto.

O SR. DÁRIO VITORIO KOPENAWA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Só para uma correção, Srs. Senadores, sobre a cooptação. Ao contrário, alguns não indígenas estão querendo culpar... nós não somos cooptação. Quem cooptação faz são os garimpeiros que entram na nossa casa. É diferente! A gente não pode generalizar o povo ianomâmi. São minorias que são cooptadas por garimpeiros ilegais. Vou dizer: eu não sou cooptado por garimpeiros ilegais, eu sou ianomâmi. Vou falar a verdade! Por isso é importante que os senhores tomem muito cuidado nas audiências públicas e nas relatorias. Coloquem as coisas corretas na relatoria. É o contrário! Por isso é importante a correção: nós não cooptamos garimpeiros para entrar na nossa casa. Não é! Diferente! Quero deixar bem claro isso.

E outra coisa: há omissão do Estado sim! É uma responsabilidade sim! Então, isso eu queria deixar bem claro, e queria pedir, não é favor... Eu vou pedir, como responsabilidade, obrigação, ao Coordenador-Geral de Meio Ambiente da Polícia Federal que faça investigação sobre quem são os envolvidos na atividade de garimpo ilegal, quem são os envolvidos que bancam esse investimento para a entrada dos garimpeiros ilegais: maquinários, aviões, drogas. Eu quero que a Polícia Federal investigue quem são os envolvidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer aqui ao Dário Kopenawa, que cumpriu rigorosamente o seu tempo.

Encerrando a participação na audiência pública, eu quero agradecer ao D. Roque Paloschi, Presidente do Conselho Indigenista Missionário; ao Renato Madsen, Coordenador-Geral de Meio Ambiente da Polícia Federal; ao Mateus Ricardo Sanuma, representante da Ypassali Associação Sanuma; ao Alberto Brazão Goes, ex-Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi); ao Junior Hekurari Yanomami, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi); ao Dário Vitorio Kopenawa, Vice-Presidente da Hutukara Associação Yanomami; ao Júlio David Magalhães, Presidente da Associação Wanasseduume Ye'kwana.

Quero dizer para todos vocês que a contribuição individual foi extremamente importante e proveitosa para esta Comissão e dizer também, minha gente, que nós temos aqui uma manifestação do e-Cidadania, e vou ler aqui, até por uma questão de justiça, quem, na verdade, se dirigiu a esta Comissão: Gustavo Mariano, do Distrito Federal, pergunta: "Como conciliar exploração ambiental e preservação da terra indígena simultaneamente?".

Gabriella de Castro, do Rio de Janeiro: "De imediato, o que se pode fazer para ajudar o povo ianomâmi?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guilherme Marques, de São Paulo: "O que poderíamos aproveitar [...] [da estratégia da saúde da família e da política nacional de atenção básica do Sistema Único de Saúde], – além de outras políticas sociais – para [...] [recuperar os] direitos indígenas em Roraima?"

Gustavo Mariano, do Distrito Federal: "De que forma o Governo poderá reparar os danos aos [povo] ianomâmi além da assistência médica e alimentar?"

José Pedro, do Distrito Federal, ele pergunta: "Além da contaminação por mercúrio, quais outros males têm sido causados à população ianomâmi decorrentes do garimpo ilegal em suas terras?"

Portanto, essas foram as questões apresentadas aqui pelo e-Cidadania. Nós vamos encaminhá-las para o Relator desta Comissão para que possa apresentar algumas respostas que venham ao encontro desses questionamentos.

Eu, agora, para encerrar, quero apresentar aqui a votação da ata.

Havendo número regimental coloco em votação a Ata da 4ª Reunião, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Encerrando esta Comissão, nada mais havia dado a tratar, agradeço a presença dos convidados e dos Srs. e Sras. Senadoras na audiência e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 02 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e quarenta minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros com a presença dos Senadores Dr. Hiran e Astronauta Marcos Pontes, e ainda da Senadora não membro Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Eliziane Gama, Humberto Costa, Zenaide Maia e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Debater a visão dos garimpeiros e das entidades afins na crise na Terra Indígena Yanomami: as causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo. **Participantes:** Ana Lobo, diretora executiva da Associação Nacional do Ouro - ANORO; Fabio Lobo, diretor executivo da Associação Nacional do Ouro - ANORO; e Gilson Camboim, presidente da Federação das Cooperativas de Mineração do Estado de Mato Grosso - FECOMIN. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/03/22>

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo um número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros de suas terras.

A audiência pública de hoje destina-se ao atendimento do item 3.2 do Plano de Trabalho da Comissão, que prevê a realização de audiência para debater a visão dos garimpeiros e das entidades afins na crise da Terra Indígena Yanomami, causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo.

Informamos que a presente reunião é interativa e será transmitida ao vivo pelo canal da TV Senado no YouTube.

Os cidadãos interessados em participar podem enviar suas perguntas pelo Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Repito: 0800 0612211.

Participarão da audiência de hoje o Sr. Fabio Lobo, Diretor Executivo da Associação Nacional do Ouro (Anoro), por videoconferência; a Sra. Ana Lobo, Diretora Executiva da Associação Nacional do Ouro (Anoro), por videoconferência; e o Sr. Gilson Camboim, Presidente da Federação das Cooperativas de Mineração do Estado do Mato Grosso (Fecomín), por videoconferência.

Esclarecemos, por oportuno, que, devido à dificuldade e mesmo à impossibilidade de contatar e confirmar a participação das outras três instituições previstas no plano de trabalho, apesar de insistentes tentativas da Secretaria desta Comissão, o Presidente da Fecomín (Federação das Cooperativas de Mineração do Estado do Mato Grosso) foi convidado e aceitou o convite para se juntar a este debate.

Antes de passar a palavra, eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores membros desta Comissão que nós, toda a Comissão – não individualmente, toda a Comissão, é bom que fique bem claro – discutimos esse plano de trabalho e esses convites foram feitos por unanimidade dos Srs. Senadores, entendendo que é necessário que nós possamos ouvir todos os lados para que possamos fazer um juízo de valor e apresentar, na conclusão dos trabalhos, um relatório que seja consubstanciado com sugestões ao Poder Executivo, que venha a tomar medidas para evitar realmente que a área seja novamente ocupada.

Existem pontos, que foram levantados aqui por todos os Senadores, que eu acho que devem ser muito considerados pelo Governo Federal, porque, como foi dito aqui de forma repetida, esse fato, se não tiver a presença do Estado de forma permanente, instalando, suprimindo, mantendo, acompanhando,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalizando, assistindo essas áreas demarcadas, o processo voltará todo novamente. Então, nós estamos só fazendo um alerta para que não se possa, aqui, acusar A, B, C ou D de ter essa ou aquela interferência.

Portanto, a função desta Comissão, instituída pelo Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, é no intuito de o Senado Federal dar melhores contribuições para que se possa entender o problema e mitigar, com ações efetivas, essa questão do controle da área dos índios ianomâmis. O tema é índios ianomâmis especificamente.

Eu gostaria também... Eu poderia até já apresentar aqui um roteiro da primeira viagem da Comissão à área, mas, como estamos eu e o Senador Astronauta Marcos Pontes – o Regimento faculta iniciar as reuniões com dois participantes, somos oito –, então, eu vou deixar para, com a chegada de outros Senadores membros da Comissão, apresentar posteriormente esse roteiro da viagem, porque já foi discutida, já foi acordada com os Srs. Senadores, para que nós possamos, na verdade, só apenas confirmar e comunicar oficialmente às autoridades devidas.

Quero registrar aqui a participação da nobre Senadora, que, apesar de não ser membro da Comissão, tem sido presente às reuniões. E é importante registrar, Senadora Damares, que V. Exa. está se havendo muito bem e que pode, com a sua experiência, com o seu conhecimento, fortalecer esta Comissão com as sugestões que tem apresentado.

Iniciando a participação na audiência pública, nós vamos convidar o Sr. Fabio Lobo, Diretor Executivo da Associação Nacional do Ouro (Anoro).

V. Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. FABIO LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – A Anoro agradece a oportunidade dada com esse convite formulado pela Comissão Temporária Externa, tendo para o debate o tema ianomâmi, uma audiência pública de elevada importância, tendo em vista os impactos e efeitos do tema proposto.

Nós vamos seguir um roteiro, que foi encaminhado aos senhores, mas, brevemente, faço uma apresentação da Anoro (Associação Nacional do Ouro), uma instituição sem fins econômicos que existe há 35 anos e que, basicamente, representa instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, basicamente as distribuidoras de títulos e valores mobiliários, as denominadas DTVMs, que são instituições financeiras que negociam com ouro, ativo financeiro.

O ouro, ativo financeiro, tem um regramento próprio, é uma atividade fiscalizada rigorosamente pelo Banco Central do Brasil, pela Receita Federal e está submetida a normas, leis e regramentos gerais aplicáveis ao tema.

Peço que seja colocada a apresentação do nosso PowerPoint, por favor. (*Pausa.*)

Senador, peço que seja apresentado o nosso PowerPoint.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k. Aguarde um pouco, Sr. Fabio Lobo, porque a assessoria está providenciando. (*Pausa.*)

A Comissão pode me informar algum problema técnico que está acontecendo? (*Pausa.*)

O SR. FABIO LOBO (*Por videoconferência.*) – Retomando nossa apresentação, a Anoro reitera o agradecimento pela oportunidade de poder participar deste debate, em especial na pessoa do seu Presidente, Senador Chico Rodrigues, e de seus demais membros, Dr. Hiran, Senador Mecias de Jesus, Senadora Eliziane Gama, Senador Humberto Costa, com a participação também da Senadora Damares.

Dando continuidade ao que havia sido inicialmente apresentado, as instituições financeiras participam do processo de produção e comercialização do ouro a partir do momento em que os produtores efetivamente levam aos pontos de compra de ouro, atualmente denominados de postos de atendimento, o material por eles produzidos, para que, na qualidade de ativos financeiros, seja ingressado no sistema financeiro.

O sistema financeiro é um sistema altamente sensível. Em função disso, o seu regulador maior, que é o Banco Central do Brasil, age com muito rigor para impedir que elementos contaminantes da sua segurança, da sua transparência, da sua lisura possam entrar o mercado.

Esse é um determinante importante porque define efetivamente que o ouro adquirido pela instituição financeira é um ouro legal, ativo financeiro.

Pode mudar o quadro.

Não, o anterior.

O tema proposto hoje é o tema da realidade no território ianomâmi, em que se comentam os aspectos da extração mineral através de exploração de pequeno ou médio porte em áreas indígenas.

A legislação é clara em dizer que essa atividade em terra indígena é expressamente proibida. Ela tem amparo constitucional, tem amparo na legislação ordinária, e, portanto, todo ouro produzido a partir de exploração nessas áreas é resultado de prática ilegal, que deve ser fortemente combatida.

A Anoro defende, não de agora, mas de muitos anos, que não se discute a questão da legalidade ou ilegalidade dessa produção em área proibida. É sempre tomada como ilegal e é criminoso.

As instituições financeiras, basicamente, fazem a aquisição de ouro de Permissão de Lavra Garimpeira, as chamadas PLGs. As PLGs existem apenas a partir do momento em que a União, por seu agente da Agência Nacional de Mineração, autoriza determinada pessoa ou cooperativa a fazer a ação de exploração. Portanto, ao adquirir o ouro de uma determinada PLG efetivamente autorizada pela Agência Nacional de Mineração, há uma presunção efetiva de regularidade, de legalidade em favor das instituições





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiras. Isso por quê? Porque cabe à União, e apenas à União, autorizar a extração de minério no Brasil. Se, portanto, o titular da venda é dono de uma PLG, a presunção é de que essa autorização foi dada e de que a sua ação é legal ou presumidamente legal, como, por exemplo, estatui a Lei 12.844, que foi uma lei criada e que impôs obrigações claras e precisas às empresas do setor financeiro para exatamente garantir que, na compra, os requisitos definidos pelos legisladores para dizer que o ouro é legal foram cumpridos.

Assim, o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial, previsto na Constituição e previsto em leis ordinárias, respaldado em pareceres da Receita Federal, do Banco Central, da AGU e da própria Agência Nacional, estampa que o sistema financeiro recebe esse metal com a garantia de cumprimento de todos os determinantes que lhe definem a legalidade.

A questão maior, nesse quesito do ouro de PLG, tem sido objeto de pauta por parte do Ministério Público Federal e de agentes privados no sentido de que nem sempre o ouro vendido por uma determinada PLG é um ouro efetivamente originário daquela PLG. E isso geraria a possibilidade de práticas ilícitas como o denominado esquentamento ou lavagem de dinheiro.

Essa questão específica é uma questão muito sensível no trato do ouro ativo financeiro, porque as instituições financeiras não têm como atuar no lugar da extração, no instante da extração. Quando elas compram o ouro, o ouro já teve uma mobilidade, que se dá dentro do que se denomina cadeia de produção.

Não existe, até hoje, cientificamente comprovada, a existência de um mecanismo ou de uma técnica, que garanta a boa origem ou a efetiva localidade de origem do metal adquirido. Esse é ponto mais sensível da discussão que eu acredito que seja o debate hoje, porque, na medida em que não é possível se saber de onde o ouro adquirido veio, é sempre possível ter dúvida na sua origem. Porém, essa é uma questão que nos leva a uma realidade específica, de responsabilidade originária, constitucional, declinada ao Estado. Na medida em que a União é o agente que autoriza ou concede o direito de extrair mineralmente o ouro, também é a ela arrendada, em contrapartida, a obrigação de fiscalizar. Efetivamente, o que nós vemos ocorrer hoje é que a extração de ouro em terra ianomâmi é totalmente ilegal. Qualquer material produzido nessa região é produto de crime. Porém, os mecanismos que o Estado alega, através, principalmente, do Ministério Público Federal, só podem ser aferidos se houver uma presença do Estado que acompanhe uma produção mineral, desde o seu instante zero até a sua venda a uma instituição financeira.

Nesse sentido, a Anoro vem trabalhando com bastante enfoque na superação de erros conceituais que o mercado assimilou e até hoje não superou. Um deles diz respeito a essa questão da diferença daquilo que rege a produção e venda do ouro de garimpo, do PLG, que nós denominamos primeira fase, daquela que corresponde ao seu ingresso no sistema financeiro. Esse quadro apresentado evidencia diferença de atores, exemplifica as operações, a natureza das responsabilidades, as normas aplicáveis e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as autorizações necessárias. O Banco Central, como autarquia federal responsável por normatizar e fiscalizar o sistema financeiro, tem uma preocupação aguda e feérica no sentido de impor aos adquirentes de ouro o maior cumprimento de regras possíveis, para garantir que o metal que é adquirido e colocado dentro do sistema financeiro seja apenas do ouro legal. No mesmo sentido, vêm sendo trabalhados, já com relação à Receita Federal, os mecanismos aptos para isso. Pode mudar a página.

Isso significa que, para fins dos problemas dos ianomâmis, a Anoro entende que deve apoiar e fortalecer, no que for possível ser feito, tudo aquilo que é da incumbência do próprio Estado. Lembramos que a terra ianomâmi, desde 1970, vem sofrendo reiteradas invasões. Esta presente talvez seja a maior, mas não foi a única. E houve solução no passado para a retirada dos extratores de minério ilegais.

Aqui nós observamos uma questão importante que é a distinção que deve ser adotada conceitualmente entre aquele agente que legalmente opera a extração de pequeno porte de ouro, que é o garimpeiro, que é a cooperativa, daquele que atua ilegalmente para a extração mineral. Enquanto um deve ser denominado garimpeiro, que é aquele que trabalha com ouro legal, o outro é criminoso. O fato de se denominar garimpo legal e garimpo ilegal tem sido prejudicial para os agentes que operam dentro da lei. Há uma contaminação que a Anoro defende que deve ser superada.

Nos quesitos, portanto, que importam à boa aquisição do ouro, a Anoro defende com bastante veemência a criação da nota fiscal eletrônica, junto à Receita Federal, há vários anos. Em 2020, a partir de uma provocação sua, a Receita Federal organizou um grupo de trabalho do qual participaram o Banco Central, a Polícia Federal, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Mineração. Em 2021, foi concluída a primeira fase desse trabalho, em que o modelo da nota fiscal eletrônica foi efetivamente desenhado e o espaço digital em que isso seria aplicado também foi conceituado.

A ideia proposta pela Anoro não foi apenas da criação da nota fiscal eletrônica, mas a da criação do cadastro digital mineiro garimpeiro, que foi apresentado à Agência Nacional de Mineração, que é um cadastro que conjuga dados do garimpeiro, dados do garimpo, dados da produção, dados da cadeia produtiva, associa o produto à lavra garimpeira, à PLG, e com isso, na emissão da nota fiscal, através de ação conjunta com a ANM, se faria a conferência se aquele produtor, se aquele vendedor do ouro preenche os requisitos necessários para garantir que, dentro dos limites existentes, a origem do ouro de fato é legal.

Repetindo o que nós já dissemos, a Anoro entende que não existe elemento técnico científico qualificado para garantir a rastreabilidade do ouro, mas existe, sim, a possibilidade de qualificar os elementos que definem os processos e os procedimentos para melhorar essa aferição de qualidade. O que a Anoro defende, acima de tudo, é que esse processo somente é possível de se qualificar mediante a adoção de ferramentas educativas para a expansão da consciência sobre a responsabilidade socioambiental do garimpo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As ações efetivas já praticadas pela Anoro no sentido de defender a legalidade da produção e da comercialização do ouro basicamente se resumem no seguinte: criação dos grupos de trabalho da Receita Federal; acordo de cooperação com a Agência Nacional de Mineração; comunidades garimpeiras e cooperativas de garimpo em contato com a Anoro para criar modelos únicos e conceitos básicos que não permitam divergências ou extrapolações de entendimento; estímulo ao desenvolvimento sustentável da atividade garimpeira, o que se faz hoje fundamentalmente através do projeto do Garimpo 4.0, que será a seguir apresentado; qualificação da rastreabilidade do ouro, dos limites que existem como possíveis para essa aferição; conceituação e estudo de normas vigentes – a Anoro vem participando presencialmente de todos os debates que concernem ao tema. Vale enfatizar sempre que a Anoro e seus associados combatem o garimpo ilegal e se opõem a ele, o que, na verdade, é a extração mineral ilegal do ouro.

Passo a palavra para a Ana Lobo, que falará com mais detalhes sobre o projeto Garimpo 4.0. *(Pausa.)*

Peço, por favor, que passem a palavra para a Dra. Ana.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – A Dra. Ana Lobo, Diretora Executiva da Associação Nacional do Ouro, está com a palavra, e, em virtude de serem dois apresentadores, nós iremos ampliar o tempo de 15 para 25 minutos.

A senhora está com a palavra, Sra. Ana Lobo.

A SRA. ANA LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

Estão todos me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Positivo.

A SRA. ANA LOBO (*Por videoconferência.*) – O.k. Primeiramente, muito obrigada pela participação e pela concessão desses minutos a mais.

Gostaria de iniciar dizendo que a situação, e toda a tristeza que nós vemos, sobre as questões dos ianomâmis nos toca profundamente e, dentro do que nos compete, que é o trabalho voltado às DTVMs e às questões ligadas ao ouro extraído de PLG, o que nós podemos fazer e que vimos fazendo constantemente dentro desse compêndio é o trabalho de conscientização por parte dos garimpeiros ou das comunidades garimpeiras. Esse projeto que nós temos, Garimpo 4.0, se embasa na tecnologia e na educação. A ideia é que se possa trabalhar o garimpo com responsabilidade ambiental e consciência social.

A partir de toda a explanação do Fabio, a gente pode pensar na ideia de sustentabilidade econômica, com a implantação do Cadastro Mineiro Garimpeiro, a nota fiscal eletrônica, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentabilidade ambiental, para que os garimpeiros possam trabalhar com ações voltadas à recuperação ambiental ao mesmo tempo ou concomitantemente ao trabalho de garimpagem; a sustentabilidade social, que acho que é um ponto muito importante de nós trabalharmos aqui, que é o fato de, apesar de os garimpeiros receberem toda a autorização via governo, eles não foram nunca orientados quanto ao modo de trabalho, quanto aos limites da sua atuação, mesmo quanto aos direitos e às responsabilidades que cada um deles deve ter no que diz respeito a isso. Então, nós trabalhamos diretamente com as comunidades garimpeiras, cultivando essa conscientização ambiental.

E o sentido também da sustentabilidade cultural é que nós sabemos que as comunidades garimpeiras acabam se estabelecendo por muitos anos, criando vilas mesmo, e que é importante também começar a trabalhar com tudo aquilo que é da memória histórica daqueles que estão ali; ou seja, a partir do momento em que eles começam a dar o valor para aquilo que estão criando, eles também vão dando maior estrutura comunitária para aquilo que se produz.

Nós trabalhamos com os conceitos não só do ESG, como também com o conceito de educação que é trabalhado, apresentado e assinado embaixo pela ONU, que é o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Então, nós usamos esses pilares para implementarmos esse trabalho de sustentabilidade, de consciência social, consciência ambiental. Nossa ideia é a de que possa ser trabalhado o garimpo junto ao meio ambiente.

Aqui, neste quadro, nós temos uma apresentação muito rápida do nosso modo de trabalho. Não é um trabalho que possa ser replicado de qualquer forma, mas ele é um trabalho desenvolvido com cada uma das comunidades, porque cada uma delas apresenta problemas diferentes e questões diferentes. Então, entramos em cada uma delas com palestras, com o censo, trabalhamos esses dados, organizamos as ações que vão ser feitas a partir dali, o tipo de orientação que precisam receber, o tipo de trabalho educativo que precisam ter e aí vamos fazendo todo esse acompanhamento. O plano de ação é feito com base nas necessidades de cada comunidade.

Resumidamente, dentro desse instrumento que nós temos, que seria o Garimpo 4.0 aliado a todas as considerações de ordem normativa que nós conseguimos ter acesso, trabalhar e desenvolver, acredito que as ilegalidades que se apresentam no garimpo ou naquilo que nós chamamos de atividade criminosa se devem às dificuldades encontradas no campo das leis. Sustentabilidade e rastreabilidade são as premissas para o desenvolvimento econômico, político e social.

Nós acreditamos que a restrição a essas atividades ilegais e criminosas, como as que ocorreram no território ianomâmi, derivam muito da falta de rigor nas leis e mesmo de esclarecimento normativo. Nós acreditamos no trabalho do garimpo para o desenvolvimento sustentável; na consciência socioambiental e cultural, que vão nos dar esses limites de ações e conduta, podem dirigir o trabalho; e nós acreditamos na qualificação da rastreabilidade do ouro, que isso é o que vai nos reassegurar o resultado final dentro de toda essa cadeia produtiva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reiteramos aqui que o garimpo é uma atividade legal prevista na Constituição Federal e, mais uma vez, a dicotomização entre garimpo legal e ilegal generaliza e marginaliza o setor. A exploração extrativista ilegal não é garimpo; ela é crime. E a Anoro é contra a exploração extrativista ilegal e a favor do garimpo legal.

Agradeço muito a oportunidade e finalizo aqui, encerro aqui a nossa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradeço a participação da Sra. Ana Lobo, do Sr. Fabio Lobo.

Gostaria de consultar os Srs. Senadores se têm alguma pergunta a fazer; o Senador Astronauta Marcos Pontes e a Senadora Damares. *(Pausa.)*

Senador Marcos Pontes, com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Obrigado aos nossos apresentadores desses pontos relativos ao garimpo.

Eu gostaria de fazer umas considerações iniciais aqui, para pontuar o que pretendo perguntar. Quando a gente fala de garimpo, certamente o material resultante, ouro ou outros tipos de elementos, são importantes dentro do contexto da indústria, dentro do contexto de diversas aplicações; não temos dúvida disso. A questão é como é feito esse garimpo em termos de impactos ambientais, a utilização de materiais, como o mercúrio ou mesmo a deposição de materiais nos rios e, vamos dizer assim, o uso de uma forma bastante agressiva daquele terreno. Isso é um ponto que precisa ser cuidado – já volto a esse ponto depois quando falar de tecnologia.

O segundo ponto é como a presença dos garimpeiros e a presença dessa atividade em terras indígenas modifica a estrutura, o funcionamento, a vida dentro da cultura indígena ali presente. Isso precisa, sem dúvida nenhuma, ser analisado de vários aspectos. É uma das funções que nós temos aqui nesta Comissão ver os vários pontos de vista: do ponto de vista dos povos indígenas, do ponto de vista dos garimpeiros, e como isso interfere dentro do contexto do que levou a essa crise nos povos ianomâmis.

O terceiro – então, a gente falou aqui da necessidade, da importância de como isso afeta a sustentabilidade em termos ambientais e dos impactos sociais também... E também há outro ponto com relação a isso que foi dito e enfatizado aqui: o garimpo nas terras ianomâmis é ilegal, é crime, e isso precisa ser tratado. E essa saída dos garimpeiros precisa ser efetivada da forma correta, efetivada de forma que tenha o menor impacto para os dois lados, para os ianomâmis e para os garimpeiros, e que quem cometeu os crimes que foram levantados pela justiça pague exatamente por isso.

Agora, visto tudo isso aí, existe um ponto que ficou aqui com certa dúvida e eu vou tenta encaixar isso, que é o seguinte: não é só tratar do assunto que está acontecendo agora, levantar exatamente a situação que tem e o que levou essa situação, mas a gente tem que cuidar também para que isso não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteça de novo; ou seja, tem que cuidar para que os garimpeiros não retornem para lá e que as coisas sejam feitas da maneira correta, dentro da lei, e que, principalmente, os ianomâmis tenham uma vida saudável. Esse é um ponto extremamente importante: que eles tenham mais condições de vida, mais qualidade de vida, saúde, etc., dentro da cultura deles.

E, para isso, eu montei, como eu costumava fazer no ministério também, eu montei um grupo de cientistas. São 15 especialistas que estão se debruçando no assunto; já fizemos duas reuniões com várias propostas – depois eu vou apresentar à presidência e à relatoria – que vão desde a pesquisa como subsídio para ações de assistência à saúde, desenvolvimento social, manejo dos recursos naturais e conservação da biodiversidade, que é um ponto que atende ao fato não naquele local, porque é o garimpo é ilegal, mas é importante aprender com isso para que o garimpo nasça nos locais que são legais e possa ser feito de maneira sustentável também. Esse é um ponto extremamente importante.

E, com relação aos ianomâmis, como a ciência e a tecnologia podem ajudar para manutenção da saúde, assistência à saúde e desenvolvimento social da região.

Também a formação ou desenvolvimento de capacidades, que foram citados inclusive durante a apresentação com relação ao Garimpo 4.0, as tecnologias de água para consumo e produção, restauração da ecologia, sistemas agroflorestais, infraestrutura de pesquisa e extensão, monitoramento social e ambiental para que isso não volte a acontecer.

E um ponto que me chamou atenção, e aí vêm as perguntas que eu quero fazer, são duas, simplesmente. Uma é para o Fabio Lobo, com relação à rastreabilidade. Pelo que eu entendi, existe a necessidade de se fazer uma qualificação do ouro, mas em termos de rastreabilidade do material; ou seja, a partir do momento que eu tenho uma amostra de ouro, pelo que eu entendi, não existe uma maneira científica de se determinar de onde veio aquele ouro. Esse é um ponto que eu vou depois também levar os nossos cientistas para que eles analisem isso. Eu não sei, é fora da minha área de conhecimento, por isso eu preciso da presença dos cientistas nisso, mas, através dos contaminantes, dentro daquela amostra de ouro, dos contaminantes, dos dopantes, do que tiver ali junto com o material, se não é possível se ter um espectro que possa identificar, a partir de amostras de várias regiões, que aquele ouro veio de um lugar X ou um lugar Y, o que seria bastante interessante para a gente saber se o ouro está vindo de uma área legal ou de uma área ilegal, não é? Esse é um ponto.

Então, a pergunta para o Fabio é a seguinte: vocês já trabalharam para achar algum tipo de tecnologia que possa fazer esse rastreamento? E quais os resultados que vocês tiveram no caso de ter tentado essa tecnologia? Essa é uma pergunta para o Fabio.

Se quiser, eu já faço uma para a Ana também.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Seria mais conveniente, porque os dois estão...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Estão juntos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... juntos, e facilitaria, Senador Marcos.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Refrisando então.

Para o Fabio seria isto: se vocês já tentaram, ou conheceram, ou desenvolveram – ou não – algum tipo de tecnologia que conseguisse fazer o rastreamento de uma amostra de ouro para se determinar de que local ela é oriunda.

E, para a Ana, não é bem uma pergunta, é uma solicitação: que mais detalhes e o plano de ação desse projeto Garimpo 4.0 nos fossem enviados, porque eu quero colocar isso também lá em estudo, junto com o nosso comitê de especialistas, para analisar o que já tem sido feito e como a gente pode agregar para ser feito de maneira mais científica, ou melhorar, ou aperfeiçoar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra, o Sr. Fabio Lobo e a Sra. Ana Lobo.

O SR. FABIO LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Marcos Pontes, agradeço o interesse e a oportunidade através da indagação que me foi formulada.

Até onde tenho conhecimento, tanto nacional como internacionalmente essa questão da identificação da origem do ouro ainda não foi superada. A Polícia Federal vem realizando diversos estudos buscando efetivamente criar um protocolo de identificação da origem do ouro, mas, até onde os estudos alcançaram o resultado, não se provou ser possível identificar essa origem, até pelos próprios processos adotados na extração de ouro de garimpo. Porque, assim que o garimpeiro extrai o metal, ele processa, ele opera o metal, o que elimina essas possibilidades de identificação.

Frente a essa dificuldade, a Anoro entendeu que o que deve ser feito hoje é buscar um protocolo de qualificação de rastreabilidade. Se houvesse a possibilidade de, para cada ouro extraído, existir um agente que o acompanhasse até o instante da sua venda para uma instituição financeira, nós poderíamos garantir a origem do ouro. É exatamente porque isso não é possível é que determinadas práticas ilícitas são realizadas no mercado. Então, o ouro produzido em determinado lugar não permitido – em que ilegalmente é realizada essa extração – é levado para um outro local, onde a extração é legal. E se propõe com isso a legalização do ouro produzido ilegalmente.

As instituições financeiras – falando apenas em nome delas – não têm condições de fazer essa aferição, mas o próprio Estado já tentou e também não conseguiu fazer essa aferição. Existem esforços nesse sentido. E, se surgir uma solução para esse impasse, será extremamente bom para o mercado. O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado saberá ou poderá saber se o ouro que adquire é proveniente de alguma atividade legal ou de alguma atividade ilícita.

Nesse sentido, o que a Anoro dispuser de informações e dados passará para o senhor.

Passo a palavra agora para a Ana Lobo.

A SRA. ANA LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Marcos Pontes, agradeço o seu comentário. E, antes mesmo de o senhor fazer essa solicitação, eu queria pedir para falar exatamente para dizer que gostaria de encaminhar para o senhor todo o material que temos dentro desse projeto.

O que é que nós trabalhamos ali que é muito importante e que, obviamente, em função do tempo, não pôde ser apresentado? Nós temos todo um protocolo com relação ao uso de mercúrio para que ele não seja nocivo nem à pessoa que trabalha com mercúrio e muito menos ao meio ambiente. Nós temos protocolos também com relação ao modo de abertura de lavras, construção das caixas, fossas ecológicas, uma série de materiais... Enfim, nós temos todo um arcabouço tecnológico, sociológico e jurídico que pode, sem dúvida alguma, ser de grande proveito dentro do seu projeto e da sua Comissão. Sem dúvida alguma, vamos encaminhar todo esse material para o senhor, com muito prazer.

E nos colocamos à disposição para auxiliá-lo no que for possível.

Muito obrigada.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado. Obrigado, Ana. Obrigado, Fabio. Eu agradeço.

Peço aqui para os nossos secretários da Comissão que façam chegar para mim esse material dela também. O.k.? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Senadora Damares, gostaria de fazer algum comentário? (*Pausa.*)

V. Exa. tem a palavra por cinco minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Para interpellar.) – Eu quero, sim, Senador.

Eu quero agradecer à D. Ana e ao Sr. Fabio pela participação na audiência. Como foi bom ouvi-los, especialmente no último eslaide que apresentaram, em que falam de ações educacionais.

Quando se fala em ação educacional, isso me remete muito à criança e ao adolescente. O que nós temos visto, D. Ana, é esse absurdo que a gente tem lido nos jornais, na imprensa e visto pelos vídeos ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela televisão sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes ianomâmis pelos garimpeiros que estão de forma ilegal na área.

A minha pergunta é o seguinte... E aí eu fiquei mais preocupada com o que eu vi aqui.

Eu fui agora no Google, coloquei "garimpo ilegal Pacaraima" e eu encontrei, imediatamente, quatro grandes operações da Polícia Federal com a Receita Federal que foram fazer investigações do garimpo ilegal em área indígena da Venezuela, pois estava chegando em nosso território o ouro ilegal de área indígena venezuelana. Eu vou citar as quatro que eu abri aqui, no Google, agora, e eu vi: 2019, Operação Hespérides; 2020, Operação Zósimo; 2021, Operação La Cadena; agora, em 2023, Operação Lotis Auro.

A minha pergunta é a seguinte: a Associação Nacional do Ouro, aqui, brasileira, que tem a intenção de fazer projetos, programas educacionais, pois eu acredito que vocês vão abordar a exploração sexual de crianças e adolescentes... A minha pergunta é: vocês têm conversado com associações similares da Venezuela? Vocês conhecem iniciativas do lado de lá? Porque, na fronteira, é tão difícil eu dizer "um metro para cá, no meio do mato, eu estou na Venezuela; um metro para cá, eu estou no Brasil". Existem associações da Venezuela que fariam parceria com os senhores nessas ações educativas? Isso me preocupa muito, porque a gente sabe, inclusive, que os próprios imigrantes que têm chegado em Pacaraima, que estão sendo abordados, alguns estão trazendo ouro no bolso. E a nossa preocupação é com os indígenas venezuelanos que estão garimpando. Existe alguma ação em conjunto da associação brasileira com associações similares, para evitar especialmente a exploração sexual de crianças e adolescentes?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu gostaria de fazer também um rápido comentário e só uma pergunta para o Fabio e a Ana. Vejam: causa preocupação a regulamentação e a legalização do comércio do ouro. A não normalização não interessa ao Brasil nem aos seres humanos envolvidos, e, sim, aos interesses escusos, fortalecendo o crime e prejudicando a população mais frágil envolvida nessa cadeia produtiva.

Vocês teriam estimativas ou acreditam que seja possível ter, de uma forma mesmo que imprecisa, a quantidade de ouro produzido ilegalmente por região do Brasil?

Com a palavra o Sr. Fabio Lobo e a Sra. Ana Lobo.

O SR. FABIO LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senadora Damares, agradeço novamente o interesse e a oportunidade com relação ao debate do tema.

A sua questão é uma questão extremamente importante e sensível. A produção do ouro, geograficamente, não observa a geopolítica. A Venezuela, nos limites próximos ao Brasil, produz ouro e o produz dentro da realidade que a senhora apresentou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Associação Nacional do Ouro, até por questões de definição política da Venezuela, pode dizer que é quase impossível o trato da matéria como a senhora propõe. A centralização do poder da Venezuela distancia a possibilidade de diálogo de qualquer espécie.

Com relação ao ingresso do ouro produzido na Venezuela no Brasil, a Anoro tem essa preocupação, produziu já material para ser debatido junto à Receita Federal, observando exatamente a necessidade de uma regulamentação especial para que isso, inclusive, não contamine a realidade brasileira.

O Senador Chico Rodrigues observa a questão da produção ilegal do ouro. É possível ter uma medida. O próprio Instituto Escolhas, além de outros, como a Universidade Federal de Minas Gerais, trabalha essa questão e apresenta dados. Esses dados, partindo do pressuposto de que possam ser suportados cientificamente, indicam que a produção ilegal do ouro é bastante expressiva, mas, mais do que a produção, a comercialização. Por quê? O ouro ou é ativo financeiro ou é mercadoria. Quando o ouro extraído de PLG é destinado para o sistema financeiro, é ativo financeiro e somente pode ser comercializado a partir da venda para as DTVMs.

Os estudos aos quais eu me referi evidenciam, através de dados obtidos dentro da Agência Nacional de Mineração, que é a Cfem, a contribuição que se paga pela extração do ouro, que há uma incompatibilidade entre o que é declarado e o que efetivamente é exportado. Basicamente, no Brasil, 90% do ouro produzido se destina à exportação. As instituições financeiras têm que pagar Imposto de Renda, têm que pagar Cfem, têm que pagar IOF, recolhem o Imposto de Renda do garimpeiro ademais as outras obrigações, e tudo isso é feito de forma absolutamente transparente. O Banco Central e a Receita Federal podem informar ao Senado e à Câmara com bastante acurácia esses dados todos.

Já na comercialização feita com as comerciais exportadoras – já foi falado aqui da questão também que vem contaminando: a corrupção do ouro pela possível presença do crime organizado –, se distorce essa possibilidade de aferição por parte do Estado. Nós temos, por exemplo, agentes que contribuem com a Cfem e que não são autorizados a operar, por exemplo, indústrias farmacêuticas, indústrias químicas, pessoas físicas. Esse é um debate bastante complicado, sensível e que a Anoro estimula seja feito para que sejam corrigidas essas distorções e devolvido ao mercado o fluxo legal da movimentação do ouro de PLG.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu agradeço as explicações do Sr. Fabio Lobo.

E, agora, a Sra. Ana Lobo gostaria de se manifestar?

A SRA. ANA LOBO (Por videoconferência.) – Eu gostaria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra.

A SRA. ANA LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senadora Damares, muito obrigada pelas suas considerações. Sem dúvida para mim também esse tema é muito sensível.

É importante esclarecer aqui que esse trabalho do Garimpo 4.0 é feito em comunidades garimpeiras onde há o garimpo legal. Então, são autorizadas a trabalhar, são autorizadas a estar lá e a fazer o trabalho de extração mineral legal de ouro.

E qual é o trabalho educacional, vamos dizer assim, que é feito ali? Nós fazemos palestras para as famílias, no sentido da saúde familiar, inclusive a saúde emocional familiar, a importância do contexto familiar dentro da composição sociocultural e mesmo econômica daquela comunidade. Enfim, o trabalho todo é desenvolvido dentro de comunidades que podem ser trabalhadas, que trabalham com garimpo e podem. Nós não trabalhamos diretamente com questões ou com grupos que seriam ilegais dentro disso.

A outra consideração que eu gostaria de fazer é que, na verdade, nós não os chamamos mesmo de garimpeiros ilegais, mas eles podem ser considerados indivíduos que usam ferramentas utilizadas na extração de ouro de PLG para cometer crimes. Por isso, nós salientamos: não são considerados garimpeiros. Não existe garimpeiro ilegal; ou ele é garimpeiro ou ele é um criminoso, um cidadão que se utiliza de ferramentas que não lhe são próprias para fazer algo que não é considerado legal, muito pelo contrário.

Acho que a questão da prostituição é um problema nacional, a prostituição infantil, assim como o assédio, e que hoje, ainda bem, vêm sendo tratados com maior clareza, o que nos permite criar mais elementos para que isso possa ser debatido e possa, de alguma forma, ser controlado. Acredito pessoalmente – e penso ter isso impresso dentro da Anoro com bastante veemência – na ferramenta da educação: a educação da proximidade, a educação da formação, a educação da orientação, da observação, que são as ferramentas principais para esse tipo de trabalho.

Não temos contato, como o Fabio falou, com instituições da Venezuela que trabalhem com isso. Acreditamos que os nossos problemas são já de grande monta para tentar encontrar soluções e fazer estudos mais aprofundados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra, o Sr. Relator, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Como Relator.) – Bom dia, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos os Senadores, Senadoras; bom dia aos representantes da Anoro.

Eu quero fazer quatro perguntas, basicamente, ao Sr. Fabio e à Sra. Ana.

A primeira pergunta é: quais os modelos de certificação do ouro envolvendo o aspecto geológico, químico e de controle da cadeia, utilizando, por exemplo, ferramentas como *blockchain*, DLT? Que melhorias, no modelo atual, a Anoro propõe? Isso seria a primeira questão.

A segunda questão é que, sendo o ouro um valioso ativo financeiro e um insumo indispensável nas indústrias eletrônica, química, farmacêutica, entre outras, que vão desde a joalheria à ciência, é compreensível que haja uma grande demanda global por esse material. No Brasil, algumas das principais reservas minerais estratégicas, como ouro, urânio, nióbio e vanádio, estão localizadas em áreas ocupadas por indígenas. Quais gargalos legais ou regulamentares podem contribuir para essa tensão? Como conciliar fortíssima pressão entre oferta e demanda desses minerais, de modo que o desenvolvimento respeite os direitos dos indígenas?

Terceira. A contaminação das pessoas e do ambiente por mercúrio é um dos aspectos preocupantes do garimpo irregular. Os próprios garimpeiros sofrem com essa exposição. Como é possível garimpar de modo sustentável e com menos risco à saúde humana?

A quarta e última questão. Enquanto procuramos uma solução equilibrada para a solução como das situações que vemos em Roraima e no Pará, os garimpeiros retirados da Terra Yanomâmi simplesmente levam suas atividades para outras áreas ou ficam desamparados sem alternativas viáveis para o seu sustento. Como lidar com esses garimpeiros enquanto buscamos a transição da atividade irregular para o modelo regular? Mesmo que consigamos dar esse passo, como esses garimpeiros poderiam se manter enquanto são treinados e qualificados?

Muito obrigado pela presença e pela participação de vocês.

Um bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra os dois convidados: Sr. Fabio Lobo e Sra. Ana Lobo.

O SR. FABIO LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Hiran, agradeço a oportunidade e o interesse do tema.

O senhor começou com um questionamento a respeito de certificação, mencionando *blockchain*. Talvez seja do conhecimento do senhor que, mesmo dentro dos associados da Anoro, existe uma intensa atividade buscando uma solução para essa necessidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor trata de um tema a que a Anoro vem, presencialmente e atualmente, dando especial atenção. A realidade é que, quando se fala de certificação ou acreditação, nós estamos falando de aspectos técnicos e científicos comprováveis, portanto, de métodos de aplicação científica que possam ser aferidos.

Eu ponderei, na minha explanação, que a Anoro entende que até hoje não foi apresentada nenhuma comprovação científica de métodos de aferição que permitissem a certificação do ouro. Essa é uma pauta que, tanto nacional como internacionalmente, se vem trabalhando. Para a situação que a Anoro entende ser a real hoje, levada aqui, em vez de se buscar a certificação do ouro, que se busque a qualificação da rastreabilidade do ouro.

Quando houver, cientificamente comprovado, um método de aferição ou de acreditação do ouro, vai ser uma solução extremamente saudável para o mercado, porém, como ela não existe, de acordo com o que entende a Anoro, nós precisamos buscar métodos paliativos. E o que são esses métodos paliativos? É a compilação do maior número de elementos que definam processos e procedimentos, que eliminem os riscos de ocorrências de ilicitudes, de ilegalidades do trato do ouro. Então, esse é, no momento, o entendimento com o qual a Anoro trabalha, mas entendemos que, por preocupação até deste coletivo das instituições financeiras, há associados buscando construir este protocolo, e a Anoro também endossa a oportunidade de participar e colaborar com isso.

Quanto à sua segunda questão, que diz respeito ao gargalo legal, eu acho que, pelo histórico no Brasil – e digo isso na qualidade de advogado que milita há 37 anos no setor de mercado de capitais, financeiro e agora minerário –, nós não temos grandes problemas com leis; nós temos grandes problemas no cumprimento, na adoção e na execução dessas leis. Basicamente, se nós observarmos o que prescreve a Constituição Federal, nós vamos encontrar a guarida para que o processo de extração seja efetivamente bem cumprido. O ouro do subsolo é da União, portanto a união é que autoriza ou concede o direito de explorá-lo. Essa exploração, à medida que é autorizada, que é concedida, imputa ao Estado obrigações. Então, no caso específico, isso se dá através da Agência Nacional de Mineração, que, ao autorizar uma PLG a operar, estabelece diversas obrigações, inclusive ambientais. E essas obrigações compete ao Estado fiscalizar para saber se o agente autorizado ou concedido está apto a dar cumprimento àquilo que lhe é devido. Bom, eu sinceramente acho que não existe um gargalo legal; existe um gargalo de outra ordem, que é de política pública. Qual o efetivo interesse e qual a efetiva capacidade de que o Estado dispõe para fazer valer as leis edificadas pelas Casas Legislativas? Parece-me que hoje, inclusive, há um volume bastante expressivo de dinheiro disponível para o Estado utilizar e mesmo agentes privados utilizarem em projetos dessa natureza.

Então, eu espero ter respondido à primeira, à segunda e à terceira pergunta que o senhor me fez.

Agradeço a oportunidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senador Hiran, tem mais alguma complementação?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Eu até acho que a terceira questão não ficou muito bem clara. Eu queria até reforçar porque eu queria saber tecnicamente como é possível garimpeiros desempenharem as suas atividades se protegendo do uso do mercúrio. Qual seria a forma sustentável de fazermos essa atividade? Não me ficou claro. Eu gostaria que o senhor pudesse esclarecer.

Muito obrigado.

A SRA. ANA LOBO (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Hiran. Agradeço muito a sua questão. E a parte do mercúrio é comigo, que trabalho mais diretamente com o Garimpo 4.0. Há, sim, formas de trabalharmos com o mercúrio com a proteção para o indivíduo que lida com ele e, sobretudo, a proteção ao ambiente.

Nós estivemos, no ano passado, numa audiência pública, em Santarém, falando exatamente sobre a questão do mercúrio. Toda a orientação que nós temos vem de um trabalho conjunto já de muitos anos com a British Columbia, através do Dr. Marcello Veiga, um pesquisador brasileiro que é professor na universidade do Canadá e que foi um dos criadores do *mercury-free*.

Ele fez inúmeros estudos sobre mercúrio na Amazônia e tem algumas questões que ele fala que são muito importantes, por exemplo, e aqui são algumas observações dele: a contribuição de mercúrio de diferentes origens, como erosão de solos, evaporação de vegetação, deposição de mercúrio atmosférico disperso por fontes industriais, mercúrios de queimadas, além da emissão atmosférica da mineração artesanal de ouro. Ou seja, há um complexo da região que não se restringe diretamente ao uso de mercúrio na extração garimpeira.

O que nós trabalhamos diretamente, e isso é feito com seminários, com oficinas, nós chamamos de oficinas dentro dos garimpos, é ensinar aos garimpeiros a reutilização e reativação do mercúrio, ou seja, eles não precisam comprar e tirar, comprar e jogar para o ambiente etc. mais não: ele tem que ter o cuidado pessoal de uso de luvas, de uso de máscaras, e há um método de reativação no mercúrio, ou seja, ele não ele não dispensa o mercúrio, ele reativa o mercúrio para que ele possa usar constantemente.

Sem dúvida alguma, o nosso objetivo, de todos, é que o mercúrio não precise ser mais utilizado, mas, enquanto isso ainda não é possível em sua forma absoluta, isso eu digo, sobretudo, por causa do tipo de solo...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Fabio...

Só um momento, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fabio, desligue o seu microfone.

A SRA. ANA LOBO (*Por videoconferência.*) – Acho que está desligado. Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sim. Agora, sim. Você pode falar.

A SRA. ANA LOBO (*Por videoconferência.*) – De qualquer forma, Senador, posso me comprometer a encaminhar para o senhor todo esse material. Nós temos, inclusive, um vídeo de animação sobre como trabalhar com essa reativação do mercúrio para que ele não seja dispersado no ambiente e não cause malefícios a ninguém, assim como os estudos do Dr. Marcello Veiga, que são extremamente ricos e de enorme importância para a compreensão dessa questão do mercúrio, sobretudo na Região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Mais algum questionamento ainda ou se dá por satisfeito?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Eu fiz uma quarta pergunta sobre como nós lidarmos com garimpeiros enquanto eles buscam a transição da atividade irregular para um modelo regular, porque os garimpeiros terminam, nesse intervalo, ficando em uma situação de muita vulnerabilidade. Vocês têm um modelo que possam sugerir para que a gente possa também dar como sugestão no nosso relatório em relação a treinar, qualificar essas pessoas para que elas possam desempenhar a sua atividade com o máximo de sustentabilidade, diríamos assim?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pode complementar a resposta, Sra. Ana Lobo.

O SR. FABIO LOBO (*Por videoconferência.*) – Quem falará serei eu.

Com relação a essa última questão, eu pensei haver respondido anteriormente, mas eu entendo que se trata de definição de políticas públicas. É muito complexo imaginar qual é o tratamento que é dado a agentes que atuam no campo da ilicitude. O senhor diz qual, humanamente, é o tratamento que deve ser dado ao garimpeiro que atua nas áreas ianomâmis. A Anoro entende que não é garimpeiro, é criminoso. Deve ser dado um tratamento próprio de quem ilide a lei.

No contexto social, eu não saberia sugerir ao senhor uma solução para isso, mas entendo que, se o Estado conseguir tirar esses agentes ilícitos da área ianomâmi, eles migrarão para outras áreas. Poderão ser áreas lícitas ou não lícitas. Volto à questão de que não temos problema de leis, nós temos problema de execução de leis, e isso passa pelo tema que a Dra. Ana desenvolveu, que é educação. É preciso investir muito em educação na atividade garimpeira para que os seus agentes assimilem, se conscientizem das suas responsabilidades, dos seus direitos e das suas obrigações.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer aqui a participação do Sr. Fabio Lobo, Diretor-Executivo da Associação Nacional do Ouro (Anoro), e da Sra. Ana Lobo, Diretora-Executiva da Associação Nacional do Ouro (Anoro), e dizer que suas contribuições servirão para o Relator sintetizar e farão parte também da conclusão desse relatório, que será extremamente importante, relevante.

Como vocês veem, os Senadores, quando se reuniram e apresentaram um plano de trabalho, discutiram no sentido de transversalidade para todos os temas que são referentes ao garimpo nas terras ianomâmis, à retirada dos garimpeiros das terras ianomâmis e que, obviamente, têm um rebatimento enorme em outros segmentos, servindo, inclusive, de instruções para o Governo e de sugestões para providências que venham a ser tomadas.

Como vocês veem, os Senadores quando se reuniram apresentaram um plano de trabalho, discutiram no sentido de transversalidade para todos os temas que são referentes ao garimpo dos ianomâmis, à retirada dos garimpeiros das terras ianomâmis, mas que, obviamente, tem um rebatimento enorme em outros segmentos, servindo, inclusive, de instruções para o Governo e de sugestões para providências que venham a ser tomadas. Isso aí é função do Poder Executivo. Então a nossa função é apenas indicativa, quem executa é o Governo Federal.

Dando continuidade a essa participação nas audiências de hoje, nós convidamos o Sr. Gilson Camboim, Presidente da Federação das Cooperativas de Mineração do Estado de Mato Grosso.

Como vocês viram no início – atenção, Senadores que chegaram *a posteriori* – foram convidadas outras instituições que estavam, inclusive, relacionadas, mas não responderam aos convites da Comissão. Então, paralelamente, foi feito esse convite ao Sr. Gilson Camboim, que é uma representação muito importante como Presidente da Federação das Cooperativas de Mineração do Estado de Mato Grosso. Ele participará também como convidado.

V. Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. GILSON CAMBOIM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Chico Rodrigues e o Senador Hiran, cumprimento todos que participam da Comissão e os Senadores presentes.

A atividade garimpo é um segmento da mineração, é uma atividade legal, e ela possui título mineral, uma licença ambiental por meio da qual ela assume compromissos e responsabilidades com o meio ambiente.

As extrações que ocorrem dentro das áreas indígenas são vistas como extrações ilegais, elas não são uma atividade passível de regularização perante a Agência Nacional de Mineração. Então, o ponto que eu vou abordar aqui é mostrar um pouco e falar um pouco sobre a atividade garimpeira, que é uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade lícita e prevista em Constituição, no Código de Mineração, no Estatuto do Garimpeiro, na lei da PLG, entre tantas outras questões.

Bom, a organização hoje do cooperativismo mineral se dá... Primeiramente a gente tem os cooperados, os garimpeiros que atuam em suas frentes de lavra; em seguida a gente tem as cooperativas que fazem todo o papel de regularização, de orientação, organização e acompanhamento a esses cooperados, a esses garimpeiros que estão atuando nas suas atividades; aí temos as federações, que atuam no contexto de absorver todas as demandas das cooperativas e complementá-las com os trabalhos; e temos também a OCB, uma organização do cooperativismo nacional, a Organização das Cooperativas Brasileiras, que fazem todo um trabalho de orientação quando a atividade é desenvolvida por meio de cooperativas.

A OCB não é específica da atividade mineral. Ela atende todo o cooperativismo mineral, desde crédito, trabalho, entre outros segmentos, mas o segmento mineral dentro da OCB é apenas um dos segmentos econômicos. E aí a gente conta também com a OCB no trabalho e na atuação, principalmente no que tange à gestão da cooperativa, à capacitação para uma gestão mais elaborada.

Na atividade garimpeira, quando é desenvolvida por meio do cooperativismo, a gente atua com a questão da parte da saúde do garimpeiro. Então, é sempre visada uma parceria com as secretarias municipais de saúde, e o período da pandemia, por que a gente passou recentemente, foi um ponto que mostrou isso claramente. A gente teve dezenas de regiões que desenvolveram parcerias entre as cooperativas e as secretarias municipais de saúde ou até mesmo com as regionais de saúde, no caso, em Ametista do Sul; no Amapá, lá na região da Coogal; no Pará; e aqui, no Mato Grosso, foram várias regiões. Então, o cooperativismo traz esse fortalecimento, traz essa preocupação com a questão da pessoa, do ser humano, do garimpeiro que está ali desenvolvendo a atividade.

Uma outra questão que a gente tem, na parte quando se trata da atividade de forma legalizada, é a preocupação com o meio ambiente. Hoje algumas cooperativas têm o próprio viveiro para poder fornecer as mudas não só para elas realizarem o trabalho de recuperação, como também as fornecem para a população e para o público de forma geral. E isso, no caso, traz e mostra o quanto a atividade garimpeira é preocupada com as questões ambientais.

Um outro ponto que a gente traz, quando a atividade é desenvolvida por meio do cooperativismo, é um ato de intercooperação, em que a gente busca as parcerias com o cooperativismo de crédito para auxiliar os cooperados da atividade mineral com as questões financeiras, desde educação financeira, orientações e tudo mais, para que eles possam ter aquela receita numa aplicação, uma forma de investir esse capital para o seu futuro quanto também uma melhor aplicação no uso dele perante a nossa sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com apenas esses três projetos, com essas três linhas, a gente mostra o quanto o cooperativismo mineral é preocupado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e também nisso ele aborda muitas questões do que IDSC, e daí o caso traz um pouco mais essa preocupação com a gestão.

A gente viu, anteriormente, na apresentação da Anoro, uma parte que está começando a ficar bem clara, eu acho, para quase todos, que é a questão de que as cooperativas são responsáveis hoje pelas frentes de lavra e pelo processo de extração – juntamente com os seus cooperados, são responsáveis pela extração – e que elas atuam nessa gestão e nesse apoio aos seus cooperados, e aí tem a parte da comercialização que são outras instituições que atuam nesse processo.

Nesse contexto, para que fique mais claro e que todos possam compreender um pouco como geralmente é feita uma atividade garimpeira: geralmente é feito um diagnóstico da área, porque na lei fala que a atividade garimpeira poderá ser desenvolvida sem prévios trabalhos de pesquisa. Porém, a forma como o garimpeiro costuma diagnosticar essa referida área, muitas vezes, não gera dados palpáveis, como os geram, no caso, as pesquisas feitas no alvará de pesquisa, nos relatórios finais de pesquisa; é um diagnóstico, porque a gente trabalha com minerais garimpáveis que são do elúvio, do alúvio e do colúvio, que são materiais em que há uma complexidade um pouco maior.

Após feito esse diagnóstico e a área estando devidamente legalizada (*Falha no áudio.*) ... são iniciados os trabalhos, nos quais é retirada a primeira camada de solo, que é onde está o banco de semente, conhecido como material orgânico; é separado o material estéril, e chega-se à faixa mineralizada, que é onde o garimpeiro manuseia esse material, movimentando-o para a caixa, tirando esse concentrado da caixa e, depois, fazendo o resumo do ouro em um ambiente fechado. Quando se tem a utilização de mercúrio, é atendido o protocolo de Minamata, que é um dos protocolos que o Brasil assumiu, pelo qual tem que reduzir ou, se possível, eliminar e, quando manuseado, tem que ser feito em circuito fechado com todos os mecanismos de segurança. A Anoro tem esses protocolos do projeto, por exemplo, garimpo 4.0, para poder mostrar e apresentar.

Com esse trabalho feito e o ouro apurado, é compartilhado entre os envolvidos no processo e aí se passa, se destina à parte da comercialização.

No contexto, como a gente falou anteriormente, a gente tem o processo das... A atividade garimpeira tem um compromisso com o meio ambiente, porque a área é licenciada e traz responsabilidades. E, com isso, a gente tem após a atividade as cavas estão abertas e a gente precisa desenvolver um nivelamento de solo e, após o solo nivelado, a gente vai, no caso, trazer novamente aquele material orgânico que foi inicialmente separado e distribuir no solo novamente. Aí é feito um plantio e, de acordo com cada área, é feito, no caso, o seu trabalho de recuperação.

Esse da imagem, por exemplo, era uma área de pastagem que retornou de novo a ser pastagem. A gente pode observar que em todas as imagens, praticamente, eu estou falando sempre da mesma área.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem os pés de imbaúba ali atrás, e fica fácil de visualizar isso. Então, é possível desenvolver a atividade garimpeira e, ao mesmo tempo, ela ser uma atividade que se preocupa com o meio ambiente, se preocupa com o ser humano envolvido, se preocupa com a economia nas regiões onde elas estão inseridas.

Eu gosto de trazer um pouco essa mensagem, porque não importa o cenário em que a gente está, sua vida sempre será escrita por meio das escolhas que a gente faz.

A gente citou um pouco, a gente está vendo a questão do que está ocorrendo nas áreas indígenas, a questão da extração ilegal, e nenhuma das instituições, até o presente momento, se mostrou favorável a isso. E é um problema. A gente tem seres humanos envolvidos no contexto, a gente tem, no caso, como o Senador colocou ali, a questão da cultura indígena, que deve e precisa ser respeitada, mas, no contexto, quando a gente vai falar do Estado de Roraima a gente pode perceber isso, são informações da Agência Nacional de Mineração: existem apenas duas permissões de lavras garimpeiras legalizadas lá dentro do estado, porém, requerimentos de permissão de lavra garimpeira, ou seja, títulos minerários que estariam em fase para legalização são em torno de 301 títulos. Então, eu acredito que a gente tem que dar um olhar para verificar como que estão essas situações tanto no órgão ambiental, que é o órgão regulador que faz a parte das licenças, quanto, às vezes, o processo, o trâmite na Agência Nacional de Mineração.

Se a gente for falar da mineração industrial dentro do Estado de Roraima, a gente tem, voltada ao ouro e ao diamante, apenas uma concessão de lavra, mas a gente tem cerca de 195 autorizações de pesquisa, que são títulos da mineração industrial que vão passar por uma base de pesquisa até chegar a essa fase da concessão de lavra, e a gente tem cerca de 726 requerimentos de pesquisa. Ou seja, a gente consegue perceber, por essa questão dos títulos minerários, que a gente tem espaço para ter uma mineração totalmente legalizada, uma mineração justa, uma mineração organizada para que essa população possa, no caso, ser beneficiada com os recursos minerais que lá existem.

Nesse contexto, a gente vai, no caso, conseguir sanar a questão dos impactos ambientais, porque a mineração, a atividade garimpeira traz esse compromisso, tem essa responsabilidade, os envolvidos ali se comprometem. E, na questão do impacto cultural, aí sim a gente vai ter a comunidade indígena sem esse trâmite ocorrendo lá dentro, sem a extração ilegal ocorrendo lá dentro, se conseguir conduzir todos esses para os espaços em que é permitida a legalização.

Outro ponto muito relevante, aproveitando aqui a questão da audiência, é que o nosso país precisa de ampliar o corpo geológico que a gente tem, porque ampliar, trazer melhor a público os estudos que a Secretaria de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia possui, através do Serviço Geológico Brasileiro; ao conseguir promover e ampliar mais o nosso conhecimento, a gente vai ter extrações muito mais objetivas, tendo os bens minerais (*Falha no áudio.*)... principalmente para atender as gerações futuras.

Essa é a apresentação que tenho a fazer neste momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero comunicar que hoje há legalidade no processo de sustentabilidade. De fato, a extração ilegal não agrega nem para as comunidades onde isso está ocorrendo e muito menos para a nossa sociedade, para a distribuição de renda justa, na questão da arrecadação de impostos, e isso é uma das questões em que Fecomín é contra a extração mineral, contra a extração ilegal. A gente trabalha com atividade mineral e atividade garimpeira, então, a extração ilegal é um crime e deve, sim, ser (*Falha no áudio.*)...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ok., obrigado, Sr. Gilson Camboim, pela sua apresentação. Aliás, eu gostaria de solicitar que depois nos enviasse uma cópia do que você tem em relação aos processos, especialmente com relação à recuperação das áreas afetadas pelo garimpo, para que a gente coloque também junto em estudo com o nosso comitê de cientistas, para analisarem em conjunto.

Obrigado pela apresentação.

Eu abro, então, para perguntas dos nossos Senadores.

Senadora Damares, alguma pergunta? Não.

Hiran? Com a palavra o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Para interpelar.) – Eu tenho uma curiosidade aqui, Sr. Gilson, em relação a essa revitalização que é feita depois do processo de garimpagem numa determinada área que o senhor mostrou aí.

Eu queria saber se o senhor tem algum controle do resíduo que permanece na região em relação à contaminação do mercúrio que foi usado. Existe algum trabalho nesse sentido?

Obrigado pela sua participação.

O SR. GILSON CAMBOIM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, é uma pergunta excelente.

A gente vai precisar de fazer um trabalho também: que a mídia divulgue os termos corretos. Extração ilegal é um crime; garimpo ilegal não existe. Existe garimpo e existe mineração. Tanto que tempos atrás estava havendo extração de saibro no Estado de São Paulo e eles estavam chamando de garimpo, sendo que saibro nem é um mineral garimpável. Assim como a extração de cobre em Carajás também sendo chamada de garimpo, e cobre também não é um mineral garimpável.

O que ocorre? Quando a gente realiza a atividade de extração, a atividade garimpeira, não é utilizado mercúrio no processo de extração. Nós não utilizamos mercúrio em contato com o meio ambiente. Lá são utilizados apenas os resíduos daquele ambiente. A água que está ali é gerada na própria cava geralmente e também a movimentação de solo. Então, não há a possibilidade de ocorrer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contaminação por mercúrio nesse ambiente porque não se utiliza o mercúrio lá naquele processo. Se a extração ilegal estiver utilizando mercúrio, é outro crime que está ocorrendo no contexto, mas a atividade garimpeira não utiliza lá no processo de extração o mercúrio.

Quando se utiliza o mercúrio? O mercúrio é utilizado na hora de fazer o resumo do ouro. E aí, retira-se o concentrado da caixa e leva-se para um ambiente adequado para se manusear o mercúrio. É um ambiente onde tem uma caixa, um recipiente que é fechado para que se manuseie apenas ali. Todo material que tiver contato com esse produto fica em processo isolado.

Então, não há a possibilidade de ocorrer essa contaminação por mercúrio.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu gostaria de consultar se o Senador Astronauta Marcos Pontes gostaria de fazer também algum questionamento.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Presidente.

Não, eu já coloquei a ele uma solicitação para que ele mandasse o material relativo à recuperação de áreas, que a gente vai passar a estudar também junto com a comissão de cientistas.

Aliás, aproveito também para... Depois eu posso colocar como um requerimento, mas para que a gente tenha a participação, numa quarta audiência, do comitê de cientistas, para que eles apresentem detalhadamente esse plano de ação, etc., porque eu acho que é importante para que a gente tenha conhecimento disso também.

O SR. GILSON CAMBOIM (*Por videoconferência.*) – Senador, aproveitando essa oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k. Pois não, com a palavra.

O SR. GILSON CAMBOIM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Aproveitando essa oportunidade, essa daí é uma grande vantagem à atividade garimpeira. No contexto de que toda a atividade, quando é desenvolvida, e aí, por fazer a licença ambiental, cada área tem a sua particularidade no contexto da recuperação. Cada área, antes de ser, no caso, emitida a licença, já é feito, no caso, o plano de recuperação daquela área. Tem áreas que vão ser recuperadas com vegetação nativa, tem áreas que estão no processo de (*Falha no áudio.*)... da pastagem, ou fruticultura, ou piscicultura, ou várias outras atividades econômicas. Então esse é um dos propósitos da atividade (*Falha no áudio.*)... o equilíbrio ambiental, fazer a extração (*Falha no áudio.*)... desenvolvimento, tanto tecnológico quanto social. Então, hoje em dia, a gente não tem como ter futuro sem a mineração, sem os nossos bens minerais. Para tudo se usa, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo. Inclusive a agricultura usa muito isso, e o setor tecnológico mais ainda. Então é isso que a gente tem que buscar, a parte das atividades que são passíveis de legalização.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Bom, Sr. Gilson Camboim, presidente da Federação das Cooperativas de Mineração do Estado do Mato Grosso, V. Sa. já respondeu a alguns questionamentos, mas não sei se a Senadora gostaria ou não de se manifestar.

Eu vou apenas fazer um comentário e uma pequena pergunta, porque tudo isso, como eu estou afirmando desde o início, essas audiências públicas servem exatamente para subsidiar a Comissão em todos os aspectos.

Então, farei um questionamento, mas, ao mesmo tempo, em forma de pergunta: o ouro representa uma esperança para as populações mais pobres, que se movimentam de forma desordenada para áreas de extração legais ou ilegais, que levam uma vida sub-humana, com doenças, vícios, violências etc., etc. Assistimos muito a isso durante o século passado, em vários exemplos, como a Serra Pelada; verdadeiros formigueiros humanos, como todos devem ter tatuado na sua memória. Seres humanos tendo vidas sub-humanas, triste de se ver.

Quais medidas, pela experiência do Sr. Gilson Camboim, presidente inclusive de federação, você sugere que poderiam ser adotadas, no âmbito Legislativo ou do Executivo, para evitar esse triste fenômeno, reduzindo aquela corrida do ouro e dando dignidade ao garimpeiro que decide trabalhar nas minas de ouro legalizadas, nas minas de ouro legalizadas no Brasil? V. Sa. dispõe de cinco minutos.

O SR. GILSON CAMBOIM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, a organização dos garimpeiros em forma de cooperativa já traz para eles um bom crescimento nesse contexto. Por quê? Eles passam a contar, quando eles se organizam em cooperativas, eles passam a ter possibilidade de fazer contratação de corpo técnico, que vai orientá-los sobre uma lavra mais responsável. E aquela forma, como a gente viu lá no passado, no caso de Serra Pelada – que foi um exemplo citado -, hoje mudou muito a atividade.

O outro ponto que a gente sugere é que a gente tenha, no caso, o Governo mais próximo no processo de orientação, no trabalho de acompanhamento. O que a gente vê muito – e se viu muito nos últimos anos – é um trabalho punitivo apenas. Às vezes, nas regiões, nas atuações onde está ocorrendo a questão legalizada, precisa-se ter mais a presença do Governo junto, com orientações da área da saúde, como a gente falou anteriormente, com a questão dos órgãos ambientais.

Trazar a parte... Todos os órgãos ambientais têm a sua área de educação ambiental. É preciso levar isso para campo, acompanhar trazendo essa parte orientativa para o segmento. A gente vai ter um diferencial muito grande na atividade.

As nossas atuais legislações são boas. O que a gente não tem tido é braço de atuação do Governo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso um fortalecimento da Agência Nacional de Mineração porque ela está carente de quadro profissional adequado. Eu quero dizer que os profissionais que estão atuando lá hoje têm feito o possível e o impossível para atuar no setor, pois eles estão com um número de servidores deficitário. Eles têm também a questão da parte da remuneração. Ela é desproporcional a das demais agências. E também precisam ser ampliados com mais tecnologia e recursos. Se a gente quer ter um setor de mineração forte, um setor de mineração que se desenvolve cada vez mais, a nossa agência reguladora tem que estar em nível de atender o setor.

Então, esse é um dos pontos que eu coloco. No nosso setor ambiental, ampliar mais a parte educativa, porque, com a parte da educação, nós vamos conseguir promover um desenvolvimento permanente. A parte punitiva resolve coisas temporárias. A apresentação mostrou que as invasões na Terra Indígena Yanomami já vêm acontecendo há anos. Por que não promover, como a gente viu anteriormente...

Há 2 PLGs dentro do estado, 301 em fase de legalização, 726 autorizações de requerimentos para pesquisa, 195 autorizações de pesquisa. Então, nisso a gente vê que oportunidades há possíveis de se construir lá dentro do Estado de Roraima. Agora é preciso ter órgãos que venham estar mais próximos do setor para que isso possa, no caso, avançar. Essa é uma sugestão pessoal que, no meu ponto de vista, coloco aqui neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer a sua participação.

Gostaria de disponibilizar dois minutos para o Sr. Fabio Lobo, para a Sra. Ana Lobo e para o Sr. Gilson Camboim para suas considerações finais.

A SRA. ANA LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador. Há dois rápidos pontos que eu gostaria de comentar.

O primeiro é ainda sobre a questão de sustentabilidade, do impacto ambiental. Dentro dos nossos trabalhos, as orientações também vão ao encontro do que o Gilson apresentou. Nós só chamamos a atenção para a complexidade deste ponto também, porque, veja, toda a questão do ambiente, do solo, que se encontra no Mato Grosso não é a mesma que se encontra na Amazônia.

Então, nós temos que sempre fazer trabalhos de estudos bastante apurados, e esses estudos se entrelaçando com questões históricas, questões econômicas e questões sociais. Uma área que foi de lavra, depois de nivelada, para ser recuperada, pode tanto ser recuperada com o DNA da floresta, que é um trabalho que é bem mais longo e mais difícil, em que se retira húmus da floresta e se coloca dentro desse terreno para que a floresta ali seja replicada, ou ele pode servir como um elemento de diferenciação de atividade econômica, promovendo, inclusive, o prolongamento da vida daquela comunidade com base em outras atividades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão que eu queria comentar, não queria deixar passar em branco aqui, é a de que nós também sabemos que há uma pressão muito forte para a extinção do garimpo e a prevalência das grandes mineradoras. São duas atividades que são diferentes numa camada superficial da terra, e a mineração se dá numa camada mais profunda e, como se diz, a mineração é de uma lavra só, uma safra só, ou seja, retira todo o conteúdo que nós temos, todo o ouro do subsolo. Se nós extinguiamos o garimpo e dermos esta prevalência que está sendo tão fortemente solicitada às grandes mineradoras, nós não podemos nos esquecer de que essas grandes mineradoras estão em mãos estrangeiras.

Então, nós devemos e nós podemos fazer um trabalho conjunto que nos leve a um grande crescimento dessa atividade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradecemos à Sra. Ana Lobo.

Agora, o Sr. Fabio Lobo, por dois minutos.

O SR. FABIO LOBO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Mais uma vez, agradecemos a oportunidade que foi conferida a nós e, aproveitando o ensejo do Senador Marcos Pontes, que buscou o amparo na ciência para buscar trato ao tema, eu gostaria de, pessoalmente, sugerir dois nomes fundamentais nessa área que nós estamos comentando. Um é o da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha e o outro é o de Carlos Nobre, que dispensa qualquer apresentação.

Vejo que há interesse daqueles que participam da produção do ouro legal, total interesse em se envolverem e contribuírem com o trabalho que o Senado está se propondo a fazer. É importante que se busque uma alternativa de integração entre esses personagens, o que é sempre muito difícil, para que se construa um diálogo uniforme e de resultado também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradecendo ao Sr. Fabio Lobo, gostaria de passar a palavra ao Sr. Gilson Camboim, que dispõe de dois minutos para as suas considerações finais.

O SR. GILSON CAMBOIM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu lhe agradeço, em nome da Fecomim, a oportunidade de a gente levar um pouco do conhecimento sobre essa diferença da extração ilegal para a atividade garimpeira e a mineração. Fico à disposição para auxiliar e ajudar no que estiver ao nosso alcance no contexto da nossa atividade e, nesta oportunidade, eu quero pedir que os órgãos possam, no caso, sempre que houver, tanto o Ministério de... Que o Senado leve a indicação ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional de Mineração de que, sempre que houver matérias e notícias com informações distorcidas, a gente traga clareza à nossa população, à nossa sociedade sobre as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades, porque essas distorções atrapalham, no caso, o conhecimento da nossa população em relação a como são as atividades, da relevância que têm essas atividades no contexto, o que podem prejudicar o futuro e o crescimento da nossa nação e da nossa população.

Quero agradecer a todos.

Seria isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradeço ao Sr. Fabio Lobo, à Sra. Ana Lobo e ao Sr. Gilson Camboim pela importante participação nesta Comissão como convidados nesta audiência república.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Astronauta Marcos Cesar Pontes e sugerir, antecipadamente, que apresente um pedido de convite aos cientistas.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de agradecer a todos que participaram da audiência, ao Fabio, assim, dizendo que nós já anotamos os nomes, que serão incluídos no grupo de pesquisadores. Eu espero que, em data oportuna, nós tenhamos a oportunidade de trazer os pesquisadores para participar de uma audiência e exporem as suas opiniões a respeito, principalmente, de como recuperar a situação atual, desde a questão da saúde indígena, da interface social entre os indígenas e também com relação à sustentabilidade das operações legais de garimpo nos locais onde são legais. É importante que a gente aproveite essa situação atual para não só resolver a situação que existe, mas também progredir à frente, nos locais em que é legal o garimpo. E, sem dúvida nenhuma, isso vai ser um grande ganho para o nosso país como um todo.

Obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Marcos Pontes.

Eu gostaria de comunicar, inclusive a todos os telespectadores que acompanham esta sessão, como se fez aqui presente à mesa a Senadora Damares, mostrando exatamente o acompanhamento que está fazendo, a quantidade de pessoas que estão participando desta reunião e a enriquecendo, inclusive em termos de conteúdo, para que a população brasileira possa saber... Eu imaginava, mas não tinha conhecimento da dimensão que esta Comissão pode ter no sentido de ampliar a oferta de informações





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Governo Federal executar, porque é função do Governo Federal executar essas proposições que serão apresentadas por esta Comissão. Para que nós possamos...

Na verdade, agradecendo pela participação dos internautas através do e-Cidadania, eu gostaria de ler aqui algumas perguntas que foram colocadas e que nós encaminharemos, *a posteriori*, aos palestrantes convidados.

Algumas que foram aqui apresentadas:

A Nathaly da Silva, de Pernambuco, pergunta: "Como a mineração ilegal afeta os [povos originários] e o meio ambiente na Terra Indígena Yanomami?"

Esther Oliveira, do Rio de Janeiro, pergunta se existe alguma proposta para evitar que essa crise humanitária volte a se repetir.

Josimar Oliveira, de Mato Grosso, pergunta: "Quais ações de segurança pública [...] [estão previstas] para que novas invasões, bem como garimpos, não [...] [voltem a ocorrer] na reserva [Indígena] Yanomami?"

O Eduardo Almeida, do Rio de Janeiro, pergunta como enfrentar a questão da fome entre os ianomâmis.

E alguns comentários também, como o do Luis Fernando, do Rio de Janeiro. Ele fala: "Que esse povo possa ter segurança em sua própria terra!".

É para isso que a Comissão está aqui debruçada e fazendo essas audiências, e o Relator está se debruçando sobre as proposições que serão apresentadas.

Bom, dando continuidade à reunião e, em função do que vinha sendo discutido e apresentado aos Srs. Senadores, aos oito Senadores membros desta Comissão, incluindo a Senadora Damares, em relação à primeira viagem *in loco* à área, ao Estado de Roraima especificamente, tanto na capital, para visitar as instituições, quanto *in loco* na área indígena, foram apresentadas aqui datas alternativas. E os Senadores, em função da adequação de horários, fizeram uma proposta no sentido de que essa primeira viagem fosse realizada entre os dias 12 e 14 de abril. Alguns deverão estar no exterior nesses próximos dias e outros, na verdade, tinham compromissos anteriormente assumidos.

Por isso, ficou convencionado que esse roteiro que eu vou apresentar vai ser comunicado diretamente aos oito Senadores, que deverão ser acompanhados nessa viagem pela assessoria e consultoria do Senado Federal.

Nós estabelecemos o seguinte:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- dia 12, quarta-feira, 12 de abril, na parte da tarde, das 16h às 20h, deslocamento para Boa Vista, Brasília-Boa Vista, em avião, obviamente, oficial;

- dia 13, quinta-feira, das 8h às 12h, visita à área Surucucu; das 12h30min às 14h, almoço; 14h15min, 15h45min, visita à Casa de Saúde Indígena de Roraima; das 16h às 17h30min, visita ao hospital da criança, em Boa Vista, Hospital Materno Infantil Santo Antônio;

- dia 14 de abril, das 8h às 9h30min, podendo se prolongar, um debate na Assembleia Legislativa para colher sugestões, enfim, um debate mais amplo; das 14h15min às 18h15min, uma visita a alguns segmentos que ainda estão por ser definidos, mas que já estão sendo contactados; e, no final da tarde, deslocamento de Boa Vista para Brasília.

Portanto, fica comunicado aos Srs. Senadores, aos assessores.

Obviamente, nós pedimos aos oito Senadores membros titulares e à Senadora Damares, na verdade, que confirmem as suas presenças para que possa haver maior representatividade desta Comissão nesse primeiro deslocamento à área ora em questão.

Eu gostaria de agradecer a todos e a todas presentes, a todos os telespectadores que acompanham com interesse, que possam, inclusive, encaminhar sugestões também pelos canais de comunicação do Senado...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Pela ordem.) – V. Exa. me desculpe, eu queria só fazer uma sugestão.

Ontem, Senadora Damares e Astronauta Pontes, eu conversei com a Deputada Sílvia Waiãpi. Ela, inclusive, me manifestou interesse em ser ouvida pela Comissão, e eu achei muito pertinente, porque, além de ser a primeira oficial indígena do país, ela também teve uma experiência na gestão na Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena). Então, ela queria também falar do impacto dessa atividade garimpeira dentro das áreas indígenas do país. Ela tem muito conhecimento disso, e achei muito pertinente que a gente pudesse fazer um convite a ela para vir aqui – ela que se ofereceu, inclusive, para participar de uma audiência conosco.

Então, está feita aqui a sugestão, viu, Presidente? Eu gostaria que houvesse o acatamento dessa sugestão e que a gente convidasse a Deputada Federal Sílvia para vir aqui prestar esclarecimentos, que serão muito importantes para ajudar na confecção desse nosso relatório final.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito bem, nobre Senador Dr. Hiran.

A proposição é submetida às Sras. e aos Srs. Senadores.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ela será realmente convidada.

Na verdade, não havendo quórum para votação da ata da reunião anterior e nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos convidados e das Sras. e dos Srs. Senadores para essa audiência e declaro encerrada a sessão.

(Iniciada às 08 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

